

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

LEANDRO JOSÉ BRIXIUS

**OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA:
UM ESTUDO A PARTIR DAS ROTINAS DE PRODUÇÃO
DAS EDITORIAS DE POLÍTICA DE ZERO HORA
E CORREIO DO POVO**

SÃO LEOPOLDO

2006

LEANDRO JOSÉ BRIXIUS

**OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA:
UM ESTUDO A PARTIR DAS ROTINAS DE PRODUÇÃO
DAS EDITORIAS DE POLÍTICA DE ZERO HORA
E CORREIO DO POVO**

Dissertação apresentada como pré-requisito
para conclusão de Mestrado

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Henn

São Leopoldo

2006

AGRADECIMENTOS

Ao Capes, pela bolsa de estudos que viabilizou este mestrado, e a Emater/RS-Ascar, pela flexibilidade de horários, essencial à condução e conclusão desta atividade;

A minha família, por ter compreendido a importância deste momento para minha qualificação profissional e pessoal;

Aos amigos, mesmo aqueles que acompanharam a distância este trabalho, mas foram fundamentais ao ouvir as angústias e, principalmente, ofereceram espaços para o relaxamento;

Aos colegas mestrandos e doutorandos, tanto da Unisinos, como de outros PPGs, pelas contribuições e trocas que marcaram esta relação;

Aos professores, por terem demonstrado a validade do esforço de pesquisa e sempre auxiliarem a ver novos matizes no trabalho em curso;

Aos jornalistas de Zero Hora e Correio do Povo, pela disposição em abrir seu espaço para a inserção de um pesquisador e, principalmente, pelo interesse em contribuir para a qualificação desta dissertação;

Ao Ronaldo Henn, por todas as fundamentais contribuições a esta pesquisa, mas, sobretudo, pela sua maneira de orientar, permitindo que eu encontrasse os limites de minhas certezas e as potencialidades de minhas inquietações, sem que para isso fosse preciso interferir; somente deixar que o trabalho seguisse seu ritmo natural.

RESUMO

Esta dissertação realiza uma discussão a respeito do conceito de objetividade jornalística, problematizada a partir das rotinas de produção das editorias de política dos jornais Zero Hora e Correio do Povo. Para isso, parte-se de diferentes vertentes teóricas a respeito da objetividade jornalística. Em seguida, são analisadas as relações entre comunicação e política, principalmente as características da cobertura política realizada pelos mídia noticiosos, com especial atenção para as editorias de política em estudo. O cenário político e a crise política provocada por denúncias de compra de votos de parlamentares são descritos por sua relação com o período analisado. Após, as práticas profissionais observadas são analisadas e contrapostas a teorias do jornalismo. Por fim, são apontadas algumas considerações finais levantadas a partir da análise realizada.

ABSTRACT

This dissertation accomplishes a discussion concerning the concept of the journalistic objectivity questioned from the routines of the publications production and the politics of the Zero Hora and Correio do Povo newspapers. There to, it departures from different theoretical proposals concerning the journalistic objectivity. Following, the relationships between communication and politics are analyzed, specially the characteristics of the political covering accomplished by the news media, with special attention to the publications of politics in study. The political scenario and the political crises provoked by the denunciation of parliamentarians' votes purchase are described by its relationship with the analyzed period. After the observed professional practices are analyzed and opposed to the journalism theories. At last some final considerations are indicated, which were concluded from the accomplished analysis.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	Metodologia de pesquisa	12
2	OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA	15
2.1	Origens históricas	17
2.2	Objetividade x subjetividade	19
2.3	Objetividade construída.....	25
3	COBERTURA POLÍTICA.....	35
3.1	Zero Hora e Correio do Povo	40
4	A CRISE POLÍTICA E AS ROTINAS DE PRODUÇÃO.....	46
4.1	Na redação de ZH.....	49
4.2	Na redação do CP	67
5	DOS FATOS ÀS NOTÍCIAS.....	76
5.1	Valores-notícia	86
5.2	Fontes.....	96
5.3	A organização e as notícias	100
5.4	Um texto interpretativo.....	104
6	CONCLUSÃO.....	108
	REFERÊNCIAS	113
	ANEXOS	118

1 INTRODUÇÃO

Um tempo atrás assisti em um congresso a uma pergunta de uma pesquisadora a seus colegas sobre o que lhes motivou a pesquisar. No mesmo instante fiz a mesma pergunta e creio que a resposta indicou em boa parte um dos objetivos deste trabalho. Sou um jornalista e entendo que o jornalismo tem um papel muito importante e muitas vezes supervalorizado nas sociedades atuais, principalmente quando atua como Quarto Poder ou fiscalizador do Estado. No entanto, também é um espaço onde o poder econômico e político se sobressai e muitas vezes o jornalismo atua em favor de interesses particulares, não revelados em suas coberturas. Dessa maneira, entendo que minha motivação como pesquisador se dá no sentido de valorizar a atividade jornalística, compreender os processos pelos quais as notícias são produzidas e, quem sabe, auxiliar outras pessoas a também entender essas práticas. Nesse cenário de estranhamento entre o que seria um jornalismo de interesse público e acusações de manipulações de coberturas em função de interesses particulares ou de grupos, é que nasceram as primeiras inquietações que deram corpo a esta dissertação. Inicialmente, foram perguntas perdidas, um pouco sem nexo, que percebi, nas suspeitas a respeito dos mídia noticiosos, acusações de manipulação das notícias, coberturas direcionadas ou enfoques questionáveis. O período em que isso ocorreu envolveu a época dos governos Antônio Britto (1995/1998) e Olívio Dutra (1999/2002) no Rio Grande do Sul.

Perguntava-me, inicialmente, se era possível utilizar-se de práticas profissionais para manipular a informação. No entanto, as dúvidas passavam a questionar todo o sistema de

produção de notícias, especialmente o discurso de objetividade jornalística, reafirmado pelos veículos de comunicação, seja em suas coberturas ou em anúncios publicitários. O que acontece em uma redação e que dá condições a um jornalista de afirmar que a reportagem publicada retrata com isenção os fatos? Até que ponto a aplicação de práticas profissionais reduz a participação do jornalista, de suas opiniões, ou da empresa na produção das notícias e na orientação da cobertura?

Foi nesse caminho que se construiu esta pesquisa, onde se discutiu a construção das notícias, problematizando justamente a objetividade jornalística, observando os recursos aos quais os jornalistas se apoiaram na rotina diária de uma redação. A escolha da editoria de política se deu, em primeiro lugar, por sua vinculação com as primeiras inquietações, e depois também pelas características do campo coberto, que tornaram ainda mais complexa a relação entre fatos e notícias publicadas.

A objetividade jornalística oferece, sob meu ponto de vista, uma riqueza de aspectos muito grande para a discussão acerca da atividade jornalística. Permite-nos questionar a proposta fundadora do jornalismo de manter-se fiel aos acontecimentos, informando a sociedade a respeito das ocorrências mais relevantes de seu cotidiano e de interesse geral. Por um lado, a objetividade contribui para o discurso que sustenta a instituição jornalística. É com o argumento de uma prática profissional objetiva que os jornalistas e as empresas de comunicação afastam-se do sentido a ser gerado pelos fatos que veiculam e adotam uma posição, pressupostamente, mais neutra ou imparcial, de simples relatores de acontecimentos. Seguindo procedimentos profissionais que levam à objetividade, o jornalista pretende se aproximar, efetivamente, dos fatos, sem juízos de valor. Justamente da dificuldade em alcançar essa intenção é que surgem diversas regras de apuração, redação e edição.

Entretanto, grande parte do trabalho jornalístico depende de critérios de avaliação dos profissionais envolvidos, que podem recorrer a diversas explicações para suas decisões.

No meu ponto de vista, as notícias são o resultado de um processo, de uma construção, em oposição aos paradigmas que entendem a notícia enquanto uma distorção dos fatos e àqueles que as consideram como um espelho da realidade. Traquina (2001) esclarece alguns pontos desse posicionamento: é impossível distinguir a realidade dos mídia noticiosos, visto que os próprios veículos constituem a realidade; a linguagem não atua como transmissora direta do significado das ocorrências e os jornalistas estruturam, “inevitavelmente”, a representação dos fatos a partir de uma série de fatores que constituem o fazer jornalístico e as rotinas de produção. Todavia, o autor também destaca que as notícias são o resultado de processos da interação social dos jornalistas com seus pares, com as fontes e com a sociedade. Os jornalistas não são observadores passivos, mas fazem parte da construção da realidade ao redigir suas notícias ou editar os produtos noticiosos.

Dessa maneira, interessa-me compreender os processos de produção das notícias, a percepção dos jornalistas em relação a sua participação na construção da realidade. É possível abandonar todo o discurso de objetividade que ainda se mantém em alguns níveis do jornalismo e aceitar que tudo que os jornais publicam não passa do resultado de um processo de construção subjetiva, marcado por influências de diversas origens? Ou ainda há espaço para um discurso de defesa das notícias enquanto espelho da realidade? Por não acreditar que a complexa rede responsável pela transformação de fatos em notícias possa se resumir à resposta a uma dessas perguntas, debruçei-me em buscar conhecer o fazer jornalístico e compreendê-lo em um espaço que pode se colocar entre esses dois extremos. Nesse sentido, parte-se de uma hipótese apontada por alguns teóricos acerca do tema e que dizem que, na

atualidade, o discurso da objetividade está mais vinculado aos métodos de trabalho dos jornalistas do que aos indivíduos propriamente, uma vez que não é possível negar o caráter subjetivo das decisões e avaliações realizadas por repórteres e editores em sua rotina diária.

A pesquisa justifica-se no fato de que os veículos de comunicação têm grande importância na organização das sociedades atuais. É por meio das informações divulgadas pela imprensa que a população tem conhecimento dos fatos de sua cidade e país ou até de regiões mais distantes. Notícias sobre ocorrências do dia-a-dia ou que podem influenciar diretamente a rotina das pessoas tornam-se públicas pelos meios de comunicação de massa. A maioria dos temas tratados diariamente nos jornais, *sites*, rádios e TV tem relação com a vida das pessoas. Na área política, a cobertura ajuda a mostrar o que está acontecendo nos poderes executivos e legislativos, na votação de leis e na ação das pessoas eleitas para os cargos eletivos. Destaca-se uma preocupação com a formação dos cidadãos, pessoas que vivem em sociedades democráticas e que podem encontrar, na informação, orientação para a atuação enquanto eleitores. A cobertura jornalística sobre política é um espaço para o debate das idéias, mas também pode servir para a manipulação em favor de interesses diversos.

Sob este enfoque, a objetividade jornalística é uma problemática que pode ser debatida em todos os tipos de mídia noticiosos. No entanto, as preocupações que geraram essa pesquisa acabaram por direcionar a definição de um *corpus* a partir do jornal Zero Hora (ZH). Além disso, com a intenção de dar maior abrangência e de conseguir perceber possíveis diferenças e semelhanças entre processos produtivos, elege-se o jornal Correio do Povo (CP) também como *corpus* do estudo. São dois jornais de referência no Rio Grande do Sul, considerando-se número de leitores, capacidade de formação de opiniões e influência política. Além disso, são veículos com linhas editoriais e tratamento da notícia diferenciados. Os dois jornais diários

gaúchos circulam em todo o Estado, com coberturas amplas dos assuntos do cotidiano, o que faz com que disputem, comercialmente, o mesmo público de leitores. Tanto ZH quanto CP têm suas redações localizadas em Porto Alegre e mantêm uma rede de correspondentes no interior do Estado e em Brasília. A cobertura em ambos é complementada pelos materiais distribuídos por agências de notícias nacionais e internacionais.

Apesar de todas essas semelhanças, apresentam várias diferenças no tratamento da informação e no posicionamento estratégico. Em um primeiro olhar, ZH apresenta uma diagramação mais aberta, privilegiando gráficos e fotos, enquanto o CP concentra-se em textos curtos, diagramados em blocos nas páginas e em grande número. No tratamento da informação, também é possível perceber, em uma avaliação básica, sem análise aprofundada, que ZH direciona a cobertura com um enfoque voltado para os contextos e conseqüências dos fatos, enquanto que o CP prefere centrar-se na informação mais concisa.

A partir desse cenário, a pesquisa pretende analisar a relação entre as rotinas de produção nas editorias de política dos jornais Zero Hora e Correio do Povo e a construção da objetividade jornalística, abordando as práticas profissionais. Além disso, se propõe o questionamento a respeito da validade do discurso de objetividade jornalística. Como pano de fundo, destaca-se também um debate em torno da credibilidade dos mídia noticiosos.

A discussão a partir de diferentes vertentes teóricas a respeito da objetividade jornalística dá início à dissertação. Em seguida, são analisadas as relações entre comunicação e política, principalmente as características da cobertura política realizada pelos veículos, com especial atenção para as editorias de política de Zero Hora e Correio do Povo. O capítulo seguinte apresenta o cenário político do momento da observação de campo. Esse é um fato

importante porque caracteriza o que foi observado e é relatado na seqüência com a intenção de levar o leitor a acompanhar um pouco das rotinas produtivas dos dois jornais durante a cobertura da crise política gerada a partir das denúncias do pagamento de “mensalão” a parlamentares. Após, as práticas profissionais observadas são analisadas e contrapostas a teorias do jornalismo. Por fim, são apontadas algumas considerações finais levantadas a partir da análise realizada.

1.1 METODOLOGIA DE PESQUISA

Ao problematizar a construção da objetividade jornalística nas redações, um método de pesquisa se impõe: a etnografia com observação participante. Exige que o pesquisador vá aos locais de produção e lá observe os membros da comunidade jornalística. Schlesinger (1978 *apud* TRAQUINA, 2004, p. 172) defende que a etnometodologia permite uma observação mais qualificada sobre as práticas profissionais e as ideologias dos jornalistas. A vantagem apontada é a observação de momentos de crise, que podem corrigir a visão do pesquisador sobre o processo de produção.

Graças aos estudos etnográficos, foi possível aos estudiosos dos jornalistas conhecerem a importância da dimensão transorganizacional, toda a rede de relações culturais, com a sociedade e colegas de profissão a qual o jornalista está ligado em seu processo de produção de notícias. Além disso, identifica-se a importância das rotinas nos processos de produção. Traquina (2004) aponta ainda que os estudos etnográficos serviram como corretivo às teorias instrumentalistas e para o aumento das críticas à mídia e ao jornalismo. A etnografia não é simplesmente observar, mas exige o direcionamento do olhar, a coleta de dados e a análise dessas informações. Além disso, é um método que serve ao problema desta pesquisa – a objetividade jornalística.

Ferrando e Sanmartín (1986) listam uma série de procedimentos que fazem parte de uma observação social sistemática e estruturada, como a seleção do problema a investigar, a investigação preliminar através da observação direta, indicada como opcional, a definição do universo a ser observado, o período de observação, o desenvolvimento dos instrumentos de coleta e registro, os instrumentos de pré-teste, a organização direta no campo, o processamento das informações e, finalmente, a análise dos dados. Para a coleta de dados, foi necessária a minha permanência durante uma semana, de segunda-feira a domingo, em cada um dos jornais. Nesse período, todo o processo de produção da edição foi acompanhado, desde a chegada do primeiro jornalista até a definição e edição das notícias a serem publicadas. Durante a permanência na redação, tive total liberdade para conversar com os jornalistas e acompanhar os processos de produção. Optei por não acompanhar os repórteres em pautas externas, pois considerei mais rico o conjunto de interações possíveis de observar na redação. O período de tempo mostrou-se plenamente adequado à pesquisa, uma vez que, por ser também jornalista, corria o risco de naturalizar as práticas adotadas. Nos dois últimos dias, eram evidentes esses sinais, até mesmo com a redução de anotações no diário de campo – ferramenta essencial para o registro das observações¹.

Para entender melhor as práticas de cada um dos profissionais dessas editorias, foram realizadas entrevistas individuais a partir de um questionário aberto que buscava mapear, a partir de dez perguntas, as impressões dos jornalistas a respeito do seu trabalho, das rotinas de produção da editoria e da sua capacidade de ser objetivo ao atuar. Nessas entrevistas foi garantido aos repórteres e subeditores o anonimato, uma vez que a intenção era conhecer suas opiniões sem preocupações com sua identificação, já que isso não contribuiria para a

¹ Quando se fala em etnometodologia no acompanhamento de rotinas de produção nas redações, convém destacar que se faz, na verdade, uma apropriação. Em uma aplicação tradicional, a etnografia demanda outra temporalidade, incompatível com o tipo de problematização estritamente focada, como neste tipo de proposta.

pesquisa. Somente os editores têm seus nomes citados pela posição de gerenciamento que possuem. As posições que adotam e as opiniões que exprimem simbolizam a orientação da editoria e por isso eles são identificados. Eventualmente, recorre-se ao material publicado para ilustrar.

Um ponto importante a destacar neste tipo de pesquisa diz respeito à observação, que exige do pesquisador o refinamento dos sentidos, assim como o emprego de determinadas técnicas, que são modeladas de acordo com as exigências do problema de pesquisa.

Em nenhum caso podemos limitar a observação a uma mera contemplação do que ocorre diante de nós. Observar nunca se equivale a olhar. E ainda que não utilizamos somente nossos órgãos de visão (sons, aromas, sabores e texturas intervêm sempre complementando suas respectivas informações), não é possível reduzir a observação a uma percepção sensitiva. Se há algo com o que observamos é com categorias, idéias ou hipóteses. Tão importante é para o observador aquilo sobre o que focaliza sua atenção, como sua posição mental desde que efetua essa tarefa (FERRANDO; SANMARTÍN, 1986, p. 128)².

Neste caso particular, o pesquisador, ou observador, se coloca dentro da redação, com o conhecimento de todos sobre seus objetivos, mas passa a fazer parte do grupo. “O investigador não contempla seu objeto como um puro observador invisível ante os observados. Não é um mero apêndice anônimo que se limita a pôr em operação os critérios da disciplina que representa. Toda sua pessoa entra, inevitavelmente, em jogo no contexto da observação” (FERRANDO; SANMARTIN, 1986, p. 135). Seu interesse é analisar como se comportam os jornalistas e suas relações com as rotinas produtivas, sem passar a fazer parte delas.

² A tradução do original em espanhol, nesta e nas próximas citações desses autores, é de responsabilidade do autor desta dissertação.

2 OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA

Um mito jornalístico? A afirmação da profissão de jornalista frente ao público? Uma meta a ser buscada constantemente? Ponto polêmico nas discussões acerca do jornalismo, a objetividade é defendida e reivindicada por profissionais nas redações e apontada como inexistente por pesquisadores. Nesse meio, não se pode esquecer do público, que consome meios de comunicação de massa informativos crendo em um discurso de isenção, confundido com objetividade, calcado em afirmações de reprodução dos fatos objetivamente, sem intervenções pessoais ou subjetivas, mas restritas aos acontecimentos, uma vez que é desta maneira que o discurso jornalístico se apresenta.

Trata-se de uma noção presente a cada fase do processo jornalístico, desde a pauta de assuntos a serem cobertos até o tamanho, a apresentação gráfica e a natureza do espaço que o texto vai ocupar no jornal. Uma questão de honra, um ideal a ser atingido ou uma paixão do jornalismo do século XX, embora, desde a sua incorporação, tenha sido confrontada com o seu contrário, a subjetividade (AMARAL, 1996, p. 17).

Muitos pesquisadores apontam para a construção dos fatos, indicando a incapacidade do jornalismo em capturar as ocorrências, mas sim se apropriar de relatos sobre essas. As notícias seriam, então, resultado de escolhas, marcadas por opções subjetivas ou atendendo a critérios de noticiabilidade, que contribuem para a constituição do discurso de objetividade. “Do ponto de vista acadêmico, é quase consensual a crítica à objetividade que, apesar disso, ainda hoje é um dos pilares sobre os quais a instituição jornalística se sustenta. Essa situação é marcada, portanto, por um descompasso entre a prática profissional e as pesquisas teóricas que se fazem sobre o jornalismo” (GUERRA, 1998, p. 7). Para o autor, a objetividade é um conceito fundamental para explicar o jornalismo.

As teorias realistas outorgam ao jornalismo a capacidade de reproduzir os fatos da maneira como ocorrem na sociedade, retratando o real. Os fatos acontecem, são identificados pelos veículos de comunicação por meio de seu aparato e relatados na forma de notícias para o público. Nesse caso, é por meio da objetividade que se garante a fidelidade do relato ao fato. Por outro lado, há as teorias que tratam da notícia enquanto construção da realidade, diagnosticam a incapacidade da realidade ser apreendida, não só pelo jornalismo, mas por todos na sociedade. Dessa maneira, a objetividade seria um recurso estratégico para legitimar o jornalismo perante o público. Por meio desse discurso, o jornalismo reivindica a capacidade de identificar as ocorrências da realidade e reproduzi-las por meio de notícias. O público, em geral, confia nesse pressuposto, e “assina” um contrato com os veículos onde a principal moeda legitimadora do jornalismo é a credibilidade. As pessoas – leitores, telespectadores ou ouvintes – precisam acreditar que as informações que acessam nos meios de comunicação de massa são críveis e marcadas de verdade, puras de interesses que não o de informar. Ao se colocar em risco a credibilidade, questiona-se toda a instituição.

Público e profissionais se empenham no sentido de garantir o espaço noticioso do jornalismo como expressão da realidade. É o imperativo ético que funda o jornalismo, que o coloca como uma das mais importantes instituições das sociedades contemporâneas. Sem a confiança do público e a credibilidade dos jornais, torna-se muito difícil se pensar em jornalismo (GUERRA, 1998, p. 131).

Berger (2003), ao tratar da constituição de campos a partir de Bourdieu, diz que cada campo se constitui a partir de um capital, que só seria definível a partir do próprio campo. Os textos do autor francês não tratam do campo jornalístico, mas a autora defende que o capital do campo do jornalismo é a credibilidade.

É ela que está constantemente em disputa entre os jornais e entres estes e os demais campos sociais. E está sendo constantemente testada, através de pesquisas, junto aos leitores. A credibilidade é construída no interior do jornal assim como um rótulo ou uma marca que deve se afirmar, sem, no entanto, nomear-se como tal. Credibilidade tem a ver com persuasão pois, no diálogo com o leitor, velam os

“efeitos de verdade”, que são cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas (p. 21).

Para alcançar essa meta, as estratégias se fazem presentes em todo o complexo processo de produção dos meios de comunicação de massa, desde sua constituição enquanto empresas independentes até as rotinas que compõem a tarefa diária dos jornalistas de identificar as ocorrências na natureza e reproduzi-las em notícias. O discurso da objetividade se apóia nas práticas profissionais e nos critérios adotados no processo.

2.1 ORIGENS HISTÓRICAS

A origem das preocupações dos jornalistas quanto a sua capacidade de reproduzir a realidade, ou seja, os fatos, se dá no século XIX. Na época, o mundo passava por um período de afirmação da razão. No pensamento positivista, em ascensão, a ciência tem um grande valor e só o método científico pode explicar o mundo, as ações, os comportamentos. Com o jornalismo não poderia ser diferente. A prática opinativa ou interpretativa passa a dar lugar a uma orientação que prega, acima de tudo, a fidelidade aos fatos. Os jornais, únicos veículos de comunicação da época, irão se ocupar da reprodução das ocorrências tais quais aconteceram. É nessa época que começa a se desenvolver o conceito de objetividade, alavancado por princípios como os de imparcialidade e de equilíbrio. “Do estilo panfletário dos jornais do final do século XIX, o jornalismo passou a amparar-se em fatos e a recorrer a dispositivos para ‘objetivar’ o discurso, como, por exemplo, o uso de aspas e a responsabilização de fontes, pelas citações” (OLIVEIRA, 2003, p.2). Nessa época, editores e leitores não tinham muitas preocupações com relação a noções de equilíbrio e imparcialidade. A relação do público com a imprensa partidária e panfletária faziam com que o ato de comprar um determinado jornal pudesse ser tomado como um posicionamento ideológico.

Com a “objetividade nas mãos”, o jornalista criara o efeito de neutralidade do discurso jornalístico – produzido a partir das novas técnicas redacionais. Sem precisar tomar como seu o discurso panfletário de um ou de outro jornal, o leitor passou a acolher o jornalismo de forma diferenciada: se, com o caráter panfletário, o jornalismo era entendido como essencialmente político, já com a objetividade – ou a presunção dela – o leitor se tornaria mais ‘passivo’, pois a pretensa objetividade do jornalismo implicava uma certa garantia de não-distorção dos fatos e na não-necessidade de buscar outras fontes de notícia. Além disso, a ancoragem factual do novo jornalismo, baseando-se em nomes, endereços e fatos reais, dava a idéia de ‘ser o real’, proporcionando ao leitor a confiança de que o jornalismo precisava para operar com legitimidade” (RANGEL, 2003, p. 3).

Para Amaral (1996), a adoção de práticas de gestão capitalista nas empresas de comunicação, assim como o desenvolvimento industrial que permitiu a produção de jornais a um custo menor, são fatores determinantes para o abandono de uma postura política e panfletária e a transição para a fidelização aos fatos, nos primeiros 30 anos do século XIX. “A partir de então, a objetividade, ou melhor, aquilo que mais tarde ganharia o nome de objetividade, passa a se identificar com uma mistura de estilo direto, imparcialidade, fatualidade, isenção, neutralidade, distanciamento, alheamento em relação a valores e ideologias” (p. 26).

Algumas ocorrências históricas também são relacionadas à valorização da objetividade jornalística no início do século XX. Uma delas é a campanha realizada com o apoio de alguns jornalistas em favor da participação dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial. O segundo fato foi o surgimento de uma nova profissão – relações públicas –, que, em muitos momentos, entrava em choque com o jornalismo. O surgimento da fotografia na imprensa e das agências de notícias também contribuiu para a consolidação de uma orientação que solidifica para os jornalistas, e para sociedade em geral, a idéia de que a imprensa reproduz os fatos objetivamente.

No Brasil, a importância do jornalismo informativo cresce a partir da década de 1950, com a concentração dos jornais em grupos empresariais e o enfraquecimento dos veículos

ligados a partidos políticos. De acordo com Rangel (2003), o modelo de jornalismo norte-americano passou a ser apresentado nas universidades como o único possível, disseminando o *lead*, a objetividade, a imparcialidade, que passam a ser percebidos como valores da instituição jornalística. A modernização da imprensa provocou também mudanças em aspectos gráficos, editoriais e empresariais e permitiu “a construção de um lugar institucional que lhe permitiu (à imprensa), a partir de então, enunciar ‘oficialmente’ as verdades dos acontecimentos e se constituir como o registro factual por excelência” (p. 4). O golpe militar de 1964 contribuiu para o fim da imprensa opinativa (BARROS FILHO, 1994).

Atualmente, muitos manuais de redação afirmam a inexistência da objetividade ou tratam indiretamente do tema. O manual da Folha de São Paulo (2001) admite que não existe objetividade e explica que há subjetividade na escolha do assunto, na redação e na edição do texto. No entanto, lembra que o jornalista tem obrigação de ser o mais objetivo possível, encarando os fatos com distanciamento. No entanto, o manual recomenda textos objetivos, atentos aos fatos, aos dados da ocorrência. A objetividade pode ser considerada como inatingível, mas os procedimentos recomendados fazem com que o profissional procure se aproximar dela.

2.2 OBJETIVIDADE X SUBJETIVIDADE

É importante perceber que a objetividade surge justamente em uma época em que há a valorização do método científico e há a percepção de que os fatos são subjetivos, “ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo, que tem preceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiossincrasias” (PENA, 2005, p. 50). Muitas vezes, a objetividade é vista como a negação da subjetividade, o que é um erro. A objetividade surge justamente do reconhecimento de que a subjetividade é inevitável, pois é

possível separar o indivíduo de sua história, suas experiências pessoais. Em um mundo onde os fatos não falam por si só, mas são resultados de construção, consciente ou inconsciente, é preciso desenvolver métodos de trabalho a fim de dar condições à prática profissional dos jornalistas, assegurando o distanciamento na cobertura. Poderíamos afirmar, ainda, que a objetividade sustenta um *status* de profissionalismo ao jornalismo, cobrindo com “técnicas” a rotina de produção de notícias.

A defesa da objetividade atrelada ao profissionalismo seria, de acordo com Moretzshon (2000), uma maneira de reagir aos interesses comerciais que cada vez mais se impõem nos veículos de comunicação. Não se estaria mais sujeito a ditaduras de governantes, mas do capital e, ao demarcar o jornalismo como um espaço de práticas profissionais pautadas por procedimentos objetivos, estar-se-ia demarcando o espaço profissional do jornalista. Mais uma vez, há a necessidade de afirmação do jornalismo como atividade isenta, fundamentada na transmissão dos fatos e que, na credibilidade, se encontra seu maior valor.

Para Traquina (2004), os jornalistas substituem a fé nos fatos pela fé nas regras. O método é que deve ser objetivo, não o jornalista.

A objetividade, ou uma outra designação de uma noção de equilíbrio (balance), está associada pela esmagadora maioria dos cidadãos ao papel do jornalista, e é consagrada nas leis que estabelecem as balizas do comportamento dos profissionais, em particular os que trabalham nas empresas de comunicação social do setor público. Está presente, pelo menos de uma forma implícita, se não explicitamente, nos códigos deontológicos dos jornalistas nos países democráticos e está no centro de toda uma mitologia que representa os jornalistas em diversas narrativas que ocupam um papel central na cultura profissional (TRAQUINA, 2004, p. 143).

Pesquisa realizada por Hohlfeldt (2000) demonstrou que a objetividade é a categoria jornalística mais citada em livros sobre comunicação. A partir desta constatação, o autor busca saber se os jornalistas se preocupam com a objetividade, onde novamente a ocorrência

lidera a lista. Hohlfeldt consulta também os manuais de redação para verificar o que trazem sobre o tema, nos quais a objetividade é destacada em citações. O artigo demonstra a diversidade de entendimentos que variados pesquisadores, pertencentes a diferentes linhas, possuem com relação à objetividade, passando desde preocupações quanto à forma e chegando ao conteúdo e às rotinas de produção. Conclui que a “pesquisa, tentativa de levantamento do que se diz a respeito de objetividade, mostra não apenas a sua ambigüidade, quanto a sua crescente desvalorização científica e relativização. Mas, ao mesmo tempo, evidencia que ela continua mitificada em vários segmentos, tanto dos profissionais, quanto da opinião pública” (HOHLFELDT, 2000, p. 10). O autor aponta, ainda, a necessidade de estudos de *newsmaking* para a compreensão da atualidade e da operacionalidade do conceito da objetividade.

De acordo com Barros Filho, o processo de elaboração dos mídia noticiosos, especificamente nos espaços informativos, tem uma objetividade aparente e uma subjetividade real. “O trabalho midiático tem aparência de objetividade. ‘Informação pura’, retratação fiel da realidade são expressões de ordem” (BARROS FILHO, 1994, p. 5). Para o autor, o fato de que as matérias opinativas encontram-se em espaços bem definidos e identificados, como artigos de opinião e editoriais, reforça a aparência de objetividade dos demais textos. Há, ainda, os manuais de redação e estilo, que dão um único aspecto formal aos jornais. Do mesmo modo, há a consonância do conteúdo entre os variados veículos. A formação clássica do *lead* contribui nesse processo, fazendo crer que a matéria é uma descrição pura e simples dos fatos.

O alerta de Barros Filho é de que essa aparência de objetividade esconde o arbitrário, que está na origem da produção midiática, porque quem define o que será notícia são os

mídia. Esse é um poder do campo, constituindo-se “no sustentáculo da dominação mediática, cuja principal característica é a de impor, com a aquiescência tácita do leitor, a parte pelo todo (o conjunto de temas arbitrariamente eleitos pelo todo da realidade fenomênica” (BARROS FILHO, 1994, p. 7). Dessa maneira, o autor, apoiado em Habermas e Bourdieu, vai inferir que a objetividade será maior tanto quanto for menor a percepção da arbitrariedade que está no início do processo de produção. Por desconhecer esse processo, o leitor (ou ouvinte ou telespectador) estará mais inclinado a aceitar o que informa a mídia.

Todo o processo de produção é nitidamente indicado por escolhas sucessivas, marcadas pela arbitrariedade, o que não significa falta de critérios ou regras. Para Barros Filho (1994), os critérios são variáveis em função da organização, mas giram em torno de questões econômicas, políticas, ideológicas, referentes à competição interna dos profissionais e à competição da organização com seus principais concorrentes. No entanto, destaca que há também um componente de subjetividade, que, muitas vezes, é deixado de lado. Há uma “subjetividade condicionada por determinismos próprios a qualquer agente social” e também há “a subjetividade em relação ao controle estrutural do sistema midiático” (BARROS FILHO, 1994, p. 9). Mesmo quando estão em trabalho, os jornalistas são agentes sociais com uma trajetória social e cultural. Dessa maneira, serão predispostos a se sensibilizarem com determinadas categorias de fatos e a transformá-los em produtos midiáticos. Há também a subjetividade presente na estrutura de produção, como a escolha, dentro de uma grande gama de fatos, daqueles que serão notícia. Essa seleção se dá, também, a partir de conceitos da classe profissional, não só por critérios pessoais³.

³ O pesquisador português Jorge Pedro Souza (2002) sistematiza seis forças ou ações que atuam na produção da notícia: ação pessoal (notícias são resultado parcial das pessoas e suas intenções), ação social (fruto da dinâmica do sistema social), ação ideológica (interesses dos grupos), ação cultural (notícias são o produto do sistema cultural em que são produzidas), ação do meio físico (a tecnologia disponível no processo de produção) e ação histórica (produto da história e da interação das cinco forças).

Para Rosen (2000), a objetividade é uma das marcas que mais identificam o jornalismo nos Estados Unidos e uma importante contribuição do jornalismo praticado naquele país para o resto do mundo. O pesquisador tenta compreendê-la a partir de cinco formas. Uma das mais fáceis seria defini-la como um contrato entre os jornalistas e as entidades patronais, permitindo que os jornalistas relatem as notícias de uma forma independente, desde que, ao fazerem isso, não causem problemas à instituição por introduzir a sua política nas notícias. Esse contrato surgiu nos anos de 1920 e 1930, quando ocorreram transformações na propriedade do jornalismo, com os editores-proprietários perdendo o controle financeiro do negócio e as corporações dentro das redações. Esse processo teria se legitimado no conceito de objetividade. O que ocorre atualmente é que patrões e empregados não estão cumprindo suas partes no acordo. Os patrões não autorizam os empregados a sair e relatar as notícias de forma independente. A redução de custos e o interesse em transformar as notícias em instrumento de marketing são as causas, segundo o autor. “Afirmar que a objetividade é um contrato, mas, rephraseando um pouco este ‘contrato’, é também uma troca. Os jornalistas ganham sua independência, e em troca desistem de sua voz” (ROSEN, 2000, p. 140). No Brasil, entretanto, a objetividade dificilmente passa por esse tipo de acordo, uma vez que as empresas de comunicação são, em geral, de propriedade familiar e ainda há a presença marcante dos donos na gestão da redação.

Também é possível entender a objetividade como uma teoria para se chegar à verdade. Segundo essa compreensão, poder-se-ia chegar à verdade ao separar os fatos dos valores, a informação da opinião. Rosen aponta que há o problema intelectual em fazer as distinções e que, nem mesmo nas ciências naturais, a busca pela verdade é vista dessa maneira. Lembra que as ciências sociais e humanas têm desgastado a validade dessa teoria da objetividade, enquanto que, no jornalismo, esse conceito permanece forte. Os jornalistas teriam consciência

da impossibilidade de se alcançar à objetividade nesses termos, mas buscariam a equidade, argumento usado por eles frente ao seu desgaste epistemológico. Nesse ponto, a teoria da objetividade entra em choque com outras tendências do jornalismo, como o de *cão de guarda* ou *quarto poder*, muito mais assertivo, com tomada de posições claras. Além disso, há casos, como a violência contra crianças, em que não há parcialidade e sim tomada de posição, provavelmente advindas de um senso comum estabelecido.

Outra maneira de entender a objetividade é tratá-la como rotinas e procedimentos profissionais. A busca pelo equilíbrio e o cuidado com o uso das fontes são exemplos dessa rotina. O equilíbrio aparece como um argumento fraco e, muitas vezes, aponta para uma fuga da verdade. Também leva a ver o mundo a partir de dois pólos: os favoráveis e os contrários. Ao ser acusado de favorecimento por ambos os grupos, o jornalista ou veículo defende-se dizendo que justamente essa crítica aponta seu acerto, pois, ao ser criticado por duas partes antagônicas, significa não estar a favor de nenhuma. A objetividade acaba por criar um mecanismo que não só desvaloriza a crítica, como também produz um tipo de crítica que pode ser facilmente desvalorizado.

Rosen diz que a objetividade também pode ser compreendida como uma técnica de persuasão. Os jornalistas e os veículos se autoproclamam sem interesses, a não ser com os de contar os fatos como são. Para isso, dizem não ter paixões, convicções, filiações políticas, religião ou teoria. Dessa maneira, também desenvolvem autoridade para tratar dos fatos, não estando restritos às páginas de opinião, mas ao espaço informativo. A notícia é repleta de técnicas de persuasão, como, por exemplo, deixar claro que o veículo possui um jornalista cobrindo determinada ocorrência *in loco*, passando a mensagem ao público o qual deve confiar no relato, pois há um repórter no local, preocupado apenas em repassar os fatos.

Por fim, entende que a objetividade pode ser concebida como um ideal nobre e necessário para a democracia. “A objetividade é uma das formas de a cultura expressar esta esperança de se apresentar à comunidade política um objeto comum para que os seus membros possam ter dele várias perspectivas, e discordar de uma forma produtiva” (ROSEN, 2000, p. 144).

2.3 OBJETIVIDADE CONSTRUÍDA

De maneira geral, a objetividade jornalística não é dada pronta, mas construída. Essa afirmação não retira sua validade como meta dos jornalistas, mas exige o reconhecimento de que, enquanto construção, está sujeita aos processos subjetivos e culturais de escolhas que permeiam toda a produção de um veículo de comunicação.

A pesquisadora Gaye Tuchman (1999) defendeu que os jornalistas acreditaram que podiam reduzir as pressões da rotina, como prazos ou ameaças de processos, “com a argumentação de que o seu trabalho é objetivo” (p. 74). Isso se dava a partir de três instâncias: a forma, o conteúdo e as relações interorganizacionais. De acordo com Tuchman, o jornalista reivindicava a objetividade ao se apoiar em procedimentos que segue ao atuar, seja apurando um fato, escrevendo uma notícia ou editando uma publicação. Na organização de uma mídia noticiosa, as rotinas produtivas balizavam todo o trabalho, promovendo a objetividade jornalística. Então, a autora via a objetividade como um ritual estratégico para proteger os jornalistas dos riscos de sua profissão.

O jornalista tem menos de um dia, diria até que poucas horas, para se familiarizar com um acontecimento, apurar informações e escrever a matéria. Além disso, o resultado desse trabalho passará por instâncias superiores – os editores – que compõem a hierarquia dos mídia

noticiosos. Tuchman diz que esse processamento da notícia envolve conjecturas. O repórter procura atender as preferências que acha que o editor tem, fazendo o mesmo em relação ao seu superior, até que se chegue ao editor principal, responsável pela versão final da matéria a ser publicada. O caso de não atender a essas “expectativas” dos editores pode afetar a vida profissional do jornalista, influenciando em promoções ou demissões. Isso faz parte de um sistema de controle social. Se muitas matérias tiverem que ser reescritas, poderá ocorrer um atraso no fechamento e impressão do jornal, por exemplo. Isso denotará atraso na rodagem e na distribuição do jornal. Há toda uma seqüência de setores com funções a cumprir no processo industrial de produção de um jornal. Os jornalistas são parte de apenas uma delas. Um atraso de distribuição pode inferir até mesmo nas vendas do jornal. Por isso, os prazos de fechamento de uma edição são rígidos e somente em casos excepcionais podem ser desrespeitados. Justamente por isso, *o deadline*, ou últimas horas do fechamento, é bastante tenso nas redações, mesmo com os benefícios da informatização.

Uma notícia surge de um fato, avaliado e estruturado a partir do ponto de vista do jornalista, responsável pela exatidão da apuração e da redação. Após a publicação, será lido, assistido ou ouvido por um público diverso, formado por pessoas sem nenhuma relação com a ocorrência e outras interessadas diretamente ou indiretamente. Se um desses leitores se sentir atingido pelo que considera erro do jornalista, ou ação de má-fé, ele pode instaurar um processo judicial. Isso traz riscos de prejuízos à imagem do veículo, assim como provoca o afastamento dos jornalistas da redação para comparecer ao tribunal, afetando a rotina produtiva. Cada notícia traz consigo uma série de ameaças ao andamento das atividades da redação, para os jornalistas e para a estrutura organizacional. Justamente disso e da necessidade da própria mídia noticiosa em ter garantias sobre a padronização da atividade desempenhada por sua equipe, surgem as regras identificadas com a objetividade jornalística.

Para o próprio jornalista, ao seguir as regras de apuração e redação, mantendo-se numa postura isenta e imparcial, é possível reduzir os riscos de ameaça à rotina e de processos judiciais. A verificação da veracidade dos fatos é o primeiro passo na construção da objetividade. A ocorrência deve ser acompanhada ou resgatada com relatos de testemunhas e as informações devem ser confirmadas. Além disso, Tuchman (1999) apontou outros quatro procedimentos estratégicos que fizeram com que o jornalista conseguisse a objetividade.

O primeiro refere-se à apresentação de possibilidades conflituais. É preciso identificar os fatos. Muitas vezes, figuras de importância social fazem afirmações que não podem ser confirmadas, mas a própria afirmação passa a ser encarada como fato. Isso acontece muito nas coberturas políticas. Porém, o jornalista deve buscar confirmar a afirmação ou um contraponto, pois do contrário, poderá ser acusado de favorecimento. Ao apresentar os dois lados da questão, pode reivindicar a objetividade. Supostamente, o leitor terá condições de decidir em qual das versões acreditar. Para a autora, é problemático afirmar que, com essa política, se fomenta a objetividade. O decorrer dos dias pode fazer com que outras pessoas, reconhecidas enquanto fontes, reclamem a opinião ou versão verdadeira, todas impossíveis de serem verificadas.

Por isso, tem grande valor a apresentação de provas auxiliares, segundo procedimento apontado por Tuchman. A prática prevê a citação de fatos suplementares, aceitos como verdadeiros. A crença de que os fatos falam por si exige uma distinção entre os fatos em si e o que o jornalista fala sobre o fato. Como o que se lê nos jornais é o que o jornalista fala sobre os fatos e é ponto de discussão se os fatos falam por si, a pesquisadora questiona a legitimidade do jornalista ao afirmar-se objetivo.

O auxílio que o jornalista tem ao se apoiar em declarações de fontes é expresso através de sinais gráficos indicativos de falas, opiniões, como aspas ou travessões. Para a autora, opiniões de outras pessoas são encaradas pelos jornalistas como provas suplementares. “Ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar na notícia e deixam os fatos falar” (TUCHMAN, 1999, p. 81). A pesquisadora defende que, ao acrescentar mais fontes, o jornalista pode tirar sua opinião da notícia, fazendo com que as fontes o façam.

O último procedimento estratégico para obtenção da objetividade pelos jornalistas é, segundo Tuchman, a estruturação da informação em uma seqüência apropriada. Os dados são colocados na notícia de acordo com seu grau de importância. É o modelo da pirâmide invertida, amplamente difundido nas redações, com a concentração de dados importantes no início do texto. Para a autora, esse é o ponto mais problemático, pois somente o jornalista pode decidir quais são os fatos de maior relevância e que devem ocupar o topo da matéria. A validade do *lead* só pode ser defendida ao se invocar o *news judgement*, ou perspicácia profissional. São as noções de importância do repórter que aparecem na hierarquização do *lead*. De maneira geral, as seis perguntas que devem ser respondidas nas primeiras linhas de uma matéria (o quê, quem, quando, onde, como e por quê) indicam o caminho da materialidade e da objetividade. Ao seguir esse modelo consagrado, está atingindo a objetividade. Mas a escolha dentre essas informações para abrir a reportagem decorre unicamente do jornalista e de sua avaliação de noticiabilidade. Objetividade e subjetividade colocam-se em conflito em todas essas etapas enumeradas por Tuchman (1999) e esses momentos são o objeto de interesse desta pesquisa.

A organização das notícias nas páginas dos jornais também é indicativa de objetividade jornalística. As matérias com enfoque “objetivo” recebem um determinado tipo

de identificação, como as indicações das editoriais ou cartolas. O leitor sabe disso com base em seu conhecimento construído a partir da leitura cotidiana de jornais. Os textos de opinião recebem uma diagramação distinta, indicando ao leitor não se tratarem de informações “objetivas”, mas sim de opiniões do jornal, de repórteres ou outros autores. Esse material costuma ocupar uma página específica, denominada de Editorial ou Opinião.

Tuchman refere-se ao *news judgement* como que o conhecimento sagrado dos jornalistas, uma capacidade secreta que os diferencia das demais pessoas. Especificamente, o *news judgement* refere-se a três generalizações feitas pelos jornalistas e que podem evidenciar que, ao invocá-lo, há uma prática objetiva. A primeira trata das fontes. As pessoas têm, em geral, interesses pessoais a defender e isso deve ficar claro na relação dos jornalistas com as fontes. “Para ser crível, um indivíduo tem que provar a sua fiabilidade enquanto fonte de informação através de um método de ensaio e erro” (TUCHMAN, 1999, p. 85). Além disso, algumas pessoas têm funções que lhe dão acesso a um número maior de informações, como dirigentes de empresas ou deputados que integram comissões. Por isso, mesmo com os interesses pessoais, são fontes que têm uma informação mais precisa pelos dados de que dispõem. Há também, os procedimentos institucionais, pois as organizações têm mecanismos para se defender e proteger as pessoas com as quais têm contato. Nessa relação com as fontes, o jornalista tem de conhecer quais são os procedimentos da instituição em que atua no caso de negativas de informações, por exemplo. Muitas vezes, o *news judgement* baseia-se no senso comum. Em alguns casos, conteúdos podem ser tomados como fatos em função do senso comum, do que é tido como de conhecimento de todos e de opinião generalizada em uma direção. Fazer sentido, nesse caso, é justificado pelo *news judgement* alegado pelos jornalistas.

Os atributos formais das notícias e dos jornais é que permitem aos jornalistas reivindicar a objetividade. Essa necessidade de justificativa acontece por causa do grande número de pressões que os profissionais sofrem dos leitores, dos colegas de trabalho, das fontes, dos superiores hierárquicos. Tuchman aponta a necessidade de estratégias que permita afirmar que uma notícia é objetiva, impessoal e imparcial, assim como a direção do jornal quer mostrar que ele é objetivo, evidenciando a diferença entre a política editorial e a política informativa. “Os procedimentos noticiosos exemplificados como atributos formais das notícias e jornais são, efetivamente, estratégias através das quais os jornalistas se protegem dos críticos e reivindicam, de forma profissional, a objetividade” (TUCHMAN, 1999, p. 89). Entretanto, a autora diz que não são alcançados, defendendo que esses procedimentos expõem a percepção seletiva, insistem na idéia de que os fatos falam por si, são instrumentos de descrédito e servem para o jornalista passar sua opinião, são limitados pela política editorial e iludem o leitor ao sugerir que a análise é convincente e definitiva. Todas essas práticas constroem estratégias para que o jornalista possa se dizer objetivo.

Para Hackett (1999), parcialidade e objetividade são dois conceitos opostos e associados pelo público em geral ao papel político e ideológico dos produtos noticiosos. Parcialidade, de acordo com o autor, é “a intrusão da ‘opinião’ subjetiva do repórter ou da organização jornalística no que é pretensamente um relato ‘factual’” (p. 102). A objetividade seria, então, a retirada da opinião do repórter ou da instituição, o relato mais fiel ao fato que seja possível obter, livre de juízos de valor ou interpretações. Hackett diz que, na prática jornalística, pode não ser possível juntar os objetivos de equilíbrio e exatidão – a não distorção – e cita como exemplo a campanha eleitoral de 1972 nos Estados Unidos, na qual o candidato George McGovern fez mais aparições públicas que Richard Nixon, defendendo que uma exibição televisiva equilibrada teria alterado a campanha. É importante perceber a

relação que o autor faz da objetividade como imparcialidade – o contrário da parcialidade, como aponta.

Em geral, segundo o autor, os estudos de parcialidade partem de alguns pressupostos:

1) os *media* podem e devem refletir com exatidão o mundo real, de uma maneira justa e equilibrada; 2) os obstáculos que se colocam estão relacionados aos preconceitos políticos ou atitudes sociais dos comunicadores; 3) as parcialidades no conteúdo podem ser detectadas pelos métodos de leitura e decodificação e 4) a forma mais importante de parcialidade é o favoritismo, propositado ou não. Esses pressupostos sugerem que os fatos podem ser separados das opiniões, sejam dos jornalistas ou das instituições, ou, ainda, possam ser desconsiderados todo o sistema midiático por meio do qual os fatos são apreendidos e “transformados” em notícias. Sob meu ponto de vista, as lógicas produtivas que interagem durante todo o processo produtivo dos *media* noticiosos é mais decisivo do que as opiniões ou os valores defendidos isoladamente por jornalistas ou veículos de comunicação. A tensão entre “equilíbrio” e “não-distorção” é, de acordo com Hackett, critério prático da objetividade e seria também incompatível em um nível epistemológico.

Uma epistemologia relativista, manheimiana, sublinha a noção de que a parcialidade é evitada através do equilíbrio entre visões do mundo antagônicas e incompatíveis, cada uma das quais com sua própria validade (limitada e parcial). Por outro lado, o objetivo de evitar a distorção pressupõe uma afirmação positivista, não relativista, da veracidade dos fatos inalterados, cuja visibilidade é temporariamente obscurecida pelo jornalista tendencioso (HACKETT, 1999, p. 105).

Sobre a alternativa de que a objetividade jornalística promove uma visão imparcial dos fatos, o autor diz que depende que os jornalistas e os *media* “sejam observadores independentes, separáveis da realidade social que eles noticiam” (p. 106), além de prever a neutralidade do observador/jornalista. Ou seja, pressupõe que as notícias transmitem uma tradução imparcial da realidade externa. Os argumentos contrários lembram que os jornalistas

estruturam a representação dos acontecimentos, inevitavelmente. Ao se pesquisar a produção jornalística, os investigadores acabam por rejeitar a teoria do espelho. A linguagem também não pode ser tomada como transmissora direta da verdade ou do significado dos acontecimentos, uma vez que é, da mesma forma, resultado de construções.

No entanto, os *media* noticiosos são os responsáveis pela difusão das informações em uma sociedade cada vez mais dependente do que é transmitido pelos meios de comunicação em massa. Os fatos apresentados são ocorrências do cotidiano, mas não pode ser esquecido o caráter interpretativo, mesmo que inconsciente, em alguns casos, da apropriação dos acontecimentos e de sua apresentação enquanto notícias. É sabido também, que os *media* noticiosos influenciam na determinação dos acontecimentos, nos quais se busca a promoção de características que permitam uma maior identificação pelos meios. Hackett (1999) admite que “se o jornalismo participa ativamente na luta pela significação dos acontecimentos, então, nós não nos podemos limitar a acusar as notícias de ‘distorcer’ o seu verdadeiro significado” (p. 110). O jornalismo poderia ser analisado então como expressão teórica de relações sociais concretas.

Um outro ponto que impediria a imparcialidade e a objetividade jornalística seria o partidarismo dos empresários, donos dos veículos ou anunciantes. Entretanto, tal teoria pressupõe que os jornalistas tenham total controle sobre todas as etapas de produção, desde a ocorrência dos acontecimentos, além de terem interesse em colocar suas preferências nas notícias. Ao se observar as rotinas produtivas, percebe-se que não é tão simples, uma vez no processo produtivo, agem diferentes forças, e os jornalistas mantêm a intenção de isenção quanto a suas opiniões pessoais.

O terceiro pressuposto analisado por Hackett (1999) apontou que a parcialidade no conteúdo definiu-se operacionalmente e puderam ser adotadas medidas empíricas para avaliar a sua presença. A maioria dos estudos centrou-se, então, no conteúdo e não na produção. Essa posição é problemática para o autor, se a preocupação maior for a ideologia e não o partidarismo. O método utilizado tem sido a análise de conteúdo, geralmente quantitativa.

A parcialidade não pode também ser relacionada somente como o favoritismo a um grupo em detrimento de outro. Muitos estudos abordam as coberturas eleitorais para saber se os *media* noticiosos têm sido imparciais. Hackett (1999) defendeu que essa noção, voltada exclusivamente para períodos eleitorais, é limitada. A idéia de que a notícia funciona como ideologia alarga fundamentalmente e até contradiz a idéia de que as mensagens noticiosas são tendenciosas de acordo com as motivações dos comunicadores. Mas não se pode esquecer de perguntar no interesse de quem as regras do jogo são definidas.

Nas considerações finais em seu artigo a respeito da objetividade e da imparcialidade, Hackett (1999) afirmou que, enquanto o Estado fizer cumprir as definições existentes de equilíbrio e imparcialidade na radiodifusão, enquanto a objetividade continuar a fazer parte da própria definição profissional dos jornalistas e enquanto for do interesse das organizações midiáticas perseguir a imparcialidade, as investigações sobre o tema prosseguirão. No entanto, constatou que os suportes teóricos foram frágeis. Não se pode limitar a pressupor a possibilidade de comunicação imparcial, de notícias objetivas e independentes. Da mesma forma, não é possível confiar em métodos inadequados e especulativos para interpretar a ideologia presente no conteúdo noticioso.

Em vez de abandonar o conceito, Hackett (1999) propôs que a investigação prosseguisse em dois caminhos. O primeiro deles foi fazer da objetividade e da parcialidade, enquanto dispositivos retóricos e normas práticas, objetos de investigação, em detrimento dos padrões com que investigamos outros objetos. As linhas de investigação tratariam a política retórica da parcialidade, analisariam as raízes históricas para desnaturalizar e desmistificar e examinariam as conseqüências práticas e sociais da objetividade. O segundo caminho foi a substituição do conceito de parcialidade pelo de orientação estruturada. Ao abandonar a noção de comunicação imparcial, pode-se evitar o afastamento dos nossos propósitos pela busca de padrões de equilíbrio e imparcialidade. Em vez disso, analisa-se os tipos de orientações e relações sistemáticas que, inevitavelmente, estruturam os relatos noticiosos. Hackett (1999) afirmou que há problemas nas investigações sobre os *media* e a ideologia. Primeiro, porque transformaram as descobertas em denúncias de descumprimento da objetividade. Em segundo, as pesquisas foram incapazes de substanciar a tese de que os *media* distorceram a realidade. Por fim, não conseguiram especificar os mecanismos que ligam os enquadramentos midiáticos com as suas condições de produção.

3 COBERTURA POLÍTICA

Um cenário amplo composto desde as pequenas agremiações políticas ou os grupos dentro delas, até o Congresso Nacional, os Ministérios e a Presidência da República. Notícias que tratam dos projetos em andamento no Poder Legislativo, as negociações para a aprovação ou rejeição, os acordos, as disputas entre os partidos ou dentro deles pelo poder, as investigações em comissões parlamentares de inquérito, os projetos de lei e os impactos que podem provocar na vida dos cidadãos formam o espectro de temas publicados em editorias de Política nos jornais. Também integram o rol de temas de interesse da Política: escândalos, denúncias, investigações, enfim, a imprensa atuando enquanto Quarto Poder. Mais do que somente os fatos em si, o que é aparente e divulgado, os jornalistas que atuam nesse setor buscam os bastidores para compreender como se dão as negociações para votações importantes, quais são os interesses que existem por trás de determinadas posições, enfim, como se movimentam as peças no tabuleiro do xadrez político.

Repórteres e editores das editorias de Política de Zero Hora e Correio do Povo destacaram esse objetivo ao apurar as informações e redigir as matérias. Sua intenção é mostrar o que há além dos simples anúncios. Também procuram prever os próximos acontecimentos, qual será o reflexo futuro do que está ocorrendo no momento. Para isso, procuram se embrenhar nos corredores dos partidos políticos, da Assembléia Legislativa, do Palácio Piratini, da Prefeitura ou do Congresso Nacional. É ali que cultivam o que revelam ser o maior valor de um jornalista de Política – as fontes – como detalharemos adiante. A interpretação dos fatos é a garantia, para os profissionais que cobrem a área política, a informação ao público.

Na maioria dos casos, não basta apenas dar a notícia, ou seja, transmitir a informação factual mais recente. É necessário qualificá-la, relacioná-la com outros fatos, explicar suas causas e avaliar suas possíveis conseqüências. Em suma, é preciso entregar aos leitores não apenas a notícia, mas também o que está por trás e em volta da notícia. Dito de outra forma, é preciso explicar, analisar, interpretar o que aconteceu. (...) Interpretação e opinião não são a mesma coisa. São semelhantes, porque ambas buscam ir além do fato em si e dar uma explicação a ele. Mas são também muito diferentes. A opinião, no fundo, apenas se alimenta do fato para reafirmar um ponto de vista prévio. Já a interpretação é uma primeira leitura do acontecimento, é uma tentativa de juntar e relacionar seus vários fragmentos no momento em que ele está ocorrendo. A primeira fecha o foco em cima de uma explicação e quer passar certezas. A segunda, ao contrário, busca abrir o leque de possibilidades e sugerir linhas de raciocínio. Uma é taxativa, tem respostas definitivas; a outra é indagativa, no máximo tem idéias preliminares (MARTINS, 2005, p. 21)⁴.

O jornalismo sobre política no Brasil teve uma origem marcada, até a metade do século XX, pelo posicionamento ideológico ou partidário dos veículos de comunicação. Cada jornal ou emissora de rádio escolheu seus candidatos e se posicionou na cobertura, o que acabou por ficar mais presente justamente na editoria política, responsável pelo tema. Dessa maneira, também se dirigiu a leitores mais ligados a partidos políticos. Ao comprar o jornal, o leitor sempre esperou encontrar uma cobertura de acordo com suas opiniões pessoais, ou próxima disso. Cada veículo buscou fidelizar seu público com essa estratégia.

Nos dias de hoje, a grande imprensa, de um modo geral, não demonstra interesse em se vincular diretamente a partidos políticos ou correntes ideológicas. Preferem adotar um discurso de separação entre os fatos e a opinião em sua cobertura, justificando que trazem um panorama amplo dos acontecimentos. Tentam cativar seu público por meio de um discurso de isenção, de compromisso com a informação. Nas campanhas eleitorais, procuram garantir a equidade de espaço ao menos aos candidatos mais representativos, mesmo nos jornais que, em seus editoriais, assumem a simpatia por determinado candidato.

⁴ Trata-se da contribuição de um jornalista com larga experiência na cobertura política, e não de uma publicação teórica sobre o tema.

Para Martins (2005), o noticiário político foi “francamente engajado” há 50 anos e hoje é “relativamente objetivo” (p. 18). Isso ocorreu devido à concentração dos veículos em poucos grupos econômicos, já que, devido ao aumento dos custos de produção, somente conseguiram se manter aqueles jornais com altas tiragens. Para manter um público cada vez mais amplo e heterogêneo, os jornais tiveram que oferecer uma cobertura que agradasse petistas, tucanos, comunistas, liberais ou mesmo aqueles sem vinculação partidária. “Eles (*os jornais*) tiveram que deixar claro para o leitor que vendem informação, e não opinião embrulhada em notícia. Daí a necessidade da isenção na cobertura jornalística, ou pelo menos na busca da isenção” (MARTINS, 2005, p. 19).

A necessidade de interpretação das notícias também está vinculada à concorrência cada vez maior com outros veículos, especialmente a internet. A qualquer hora do dia, o leitor pode ter conhecimento do que está acontecendo ao acessar *sites* ou canais exclusivos de notícias. Pode, inclusive, assistir ao vivo as sessões das Câmaras e do Senado. O que o jornal, que é pago, teria a oferecer de diferente ao público, uma vez que circula com uma defasagem de até 12 horas entre as últimas ocorrências e a leitura? Justamente, a interpretação, agregar novas informações, que levem o leitor a compreender os bastidores dos fatos políticos. A isso, está aliada a característica da política em si, marcadamente uma prática de interesses, negociações e busca do poder, uma luta travada, em geral, fora da vista do público em geral.

A mudança na cobertura política também acompanha uma transformação na maneira de se fazer política. Jornais, emissoras de rádio e TV, revistas e *sites* passam a ser palcos nos quais a política acontece, não mais restrita aos plenários, partidos ou praças públicas, mas em um novo lugar de acontecimento social. Essa tendência já pode ser verificada há várias décadas, mas adquire cada vez mais importância com a dependência crescente do público dos

meios de comunicação para sua informação. Os atores políticos buscam se utilizar das notícias como ferramenta de disputa ou tentam influenciar o tom do noticiário.

Os enlaces entre política e comunicação, simultaneamente complementares e conflituosos, ao se (re)adequarem a nova circunstância de ambiente configurada pela mídia, possibilitam a emergência de novas configurações da política, pois ela se vê afetada pela presença de novas possibilidades de espaços, formatos e ingredientes, bem como pela redefinição de alguns de seus antigos componentes, desenvolvidos, em especial, desde os primórdios da modernidade (RUBIM, 2000, p.46)

Para Rubim (2001, p. 115), a política esteve em um lugar problemático na sociedade contemporânea, pois se dilacerou pela mídia. Gomes (1996) falou em política espetáculo, afirmando que “a encenação da política é o fruto mais característico da peculiar aproximação entre política e *mass media*” (p. 30). A eficácia da política dependia do abandono da prática tradicional fundamentada no discurso e na interlocução, passando a favorecer estratégias de enunciação e apresentação adequadas à lógica dos meios de comunicação.

A mídia estrutura e ambienta a contemporaneidade; faz a mediação, possibilitando o compartilhamento simbólico entre indivíduos em territórios distantes e também cria uma nova dimensão da realidade: a telerrealidade (RUBIM, 2001, p. 120).

A força do discurso jornalístico pode indicar uma das razões pela qual a política passa a ocorrer no campo midiático. “O discurso jornalístico pode fazer do campo da mídia um dos lugares estratégicos de constituição do discurso social. Não se trata de uma voz a fazer, simplesmente, o *reclame das coisas*, mas uma voz que se impõe às coisas e que anuncia seus próprios semantizadores” (FAUSTO NETO, 1999, p. 160). O discurso jornalístico possui uma gramática de produção que unifica suas partes, o que não quer dizer que a matéria significativa desse discurso seja homogênea e uniforme.

Duas hipóteses explicaram por que a política esteve mais teatral e espetacular, segundo Gomes (1996). A primeira apresentou a dependência crescente das democracias dos *mass media*, provocada pelas mudanças na sociedade. A outra, referiu-se às relações entre a política e os meios de comunicação,

em que estes últimos se ofereciam como meros instrumentos através dos quais a política alcançava as massas, não são mais possíveis nas mudadas condições dos meios, enquanto formas empresariais independentes do Estado e enquanto portadores de uma lógica própria, à qual deve se dobrar tudo aquilo que entra no circuito dos mídia (GOMES, 1996, p. 31).

A política, exercida nas sociedades democráticas como possibilidade de manutenção do exercício de cargos eletivos no campo político, passou a depender da visibilidade pela qual essa escolha foi definida nas eleições. Portanto, aqueles que praticaram a política mantiveram, de acordo com Gomes (1996), um olho no exercício do governo ou do legislativo e outro na necessidade de reconhecimento por um grupo de cidadãos distante do mundo da política, utilizando-se, para isso, da mídia. No entanto, os meios de comunicação colocaram-se, cada vez mais, como negócios voltados ao lucro, menos disponíveis aos engajamentos políticos. Uma das causas apontadas foi a incompatibilidade de objetivos. Os meios de comunicação se destinaram a exibir produtos, sendo eficientes na venda de produtos e na produção. Para vender, foi preciso seduzir e a sedução se deu pelo entretenimento. Desse quadro, surgiu o paradoxo onde a política necessitou dos meios de comunicação de massa e a constituição dos meios de comunicação como exibidores de produtos fez com que rejeitassem a política como conteúdo preferencial.

Pois, como todo mundo sabe, o comércio é a arte de agradar; a política, a de disputar. Além disso, os meios se motivam por cálculos de entretenimento; a política, por cálculos de competição. Portanto, fique a política com a sua retórica, que a habilita para o convencimento discursivo, que os meios de comunicação ficam com a arte da representação e do espetáculo, apropriada para a produção do entretenimento (GOMES, 1996, p. 33).

Rubim (2001) identificou nos enlaces entre comunicação e política, a emergência de novas configurações da política, atingida pela presença de novos espaços e tendo seus componentes redefinidos. A dimensão pública constituída pela midiatização tornou-se lugar essencial para a luta política, associando aos espaços públicos tradicionais, como ruas, parlamentos e sedes de governo. Essa mudança gerou debates fundamentais, como a adequação dos procedimentos da política às linguagens da mídia. Rubim (2001) diz que pôde ser entendida apenas como a transposição da política ao espaço eletrônico, sem alterações, como a submissão da política às gramáticas midiáticas.

Buscar produzir “efeitos de mídia” nos acontecimentos de rua, praça, parlamento, etc., aparecem como dispositivos fundantes da produção de sentidos políticos na atualidade. Um ato vale politicamente não só – ou mesmo primordialmente – pelo efeito induzido nas suas circunstâncias convivenciadas, mas (também) pelas repercussões que produz à distância na realidade-mundo, através da mediação operada pela comunicação midiática. Em outras palavras, pelo “efeito de mídia” que se consegue introduzir no ato (RUBIM, 2001, p. 128).

3.1 ZERO HORA E CORREIO DO POVO

As redações de Zero Hora (ZH) e Correio do Povo (CP), em Porto Alegre, estão organizadas em uma imagem que pode lembrar um arquipélago: ilhas formadas por mesas e terminais, reunindo em cada uma delas os jornalistas das áreas específicas. Dessa maneira, os profissionais ficam mais próximos e a interação é facilitada. Mesmo com essa característica comum, cada um dos veículos tem peculiaridades e uma organização distinta, desde o espaço físico – em ZH, a área deve ser pelo menos três vezes maior que em CP – até o tamanho das equipes, faixa etária e hábitos cotidianos.

Na editoria de política de ZH trabalham, normalmente, uma editora-executiva/colunista, um editor, um coordenador de produção, dois subeditores e quatro repórteres. O grupo ocupa os computadores localizados ao fundo da redação, na área central.

A editora-executiva/colunista trabalha em uma sala à parte, logo atrás, separada por um vidro. ZH mantém editores-executivos em todas as editorias. Estes profissionais não são responsáveis diretos pela edição das páginas, tarefa dos editores, mas sim pelo planejamento das coberturas e pela linha editorial, não só da edição diária, mas também dos cadernos semanais ligados ao tema.

A movimentação na redação de ZH começa por volta das 9 horas, quando chegam os primeiros repórteres (exceção para o plantonista da editoria geral) e os coordenadores de produção, jornalistas que têm a tarefa de organizar a pauta, distribuí-la entre os demais e acompanhar o andamento do trabalho. Às 9h30min, todos os coordenadores de produção reúnem-se para iniciar a preparar a edição do dia seguinte, definindo temas que poderão render durante o dia e ocupar um bom espaço no jornal do dia seguinte, as chamadas “apostas”. Nesse encontro, coordenado geralmente pelo editor-chefe, que estava de férias no período de acompanhamento, os jornalistas trocam várias informações e sugestões de enfoques para as matérias. Em seguida, cada um retorna para sua “ilha”, onde segue com as atividades de organização da equipe. Na editoria de política, há um repórter que trabalha no turno da manhã, chegando após as 10 horas. Pela característica da área, não há muita movimentação nesse turno, pois os poderes legislativos têm sessões à tarde e os próprios partidos e organizações não marcam atividades para o início do dia. É mais comum que ocorram eventos de interesse do jornal à noite. Em função disso, a editoria de política do CP começa as atividades diárias às 14 horas. No caso de pautas pela manhã, um repórter da editoria pode ser agendado ou de outras editorias.

A movimentação intensifica-se mesmo a partir das 13 horas, quando chegam os repórteres e subeditores e o editor. Em geral, cumprem um ritual semelhante, lendo os jornais

e acessando o e-mail. É na reunião da editoria que começam a se desenhar as matérias que serão publicadas no dia seguinte. No período de observação, as reuniões estavam acontecendo diariamente em função da divulgação constante de denúncias e os depoimentos em CPIs no Congresso. Em épocas normais, as reuniões são semanais, às segundas-feiras. No entanto, os jornalistas, em entrevista ao pesquisador, revelaram que as reuniões são um momento importante para discussão das pautas e que colaboram para o desenvolvimento da apuração e redação. No CP, essas reuniões são diárias e acontecem no início da tarde e no início da noite, quando os repórteres realizam um balanço das matérias e discutem os enfoques das reportagens com o editor.

O período é, efetivamente, quando as coisas acontecem em política, tanto os fatos quanto à produção dos jornalistas. É no intervalo compreendido entre 14 e 19 horas, em geral, que procuram as fontes, realizam entrevistas ou cobrem eventos. Para isso, em ambos os jornais, os profissionais contam com o apoio de repórteres fotográficos, telefones, computadores com acesso à internet e veículos com motorista. A estrutura de ZH e CP é montada para que os repórteres tenham uma única preocupação: apurar bem para produzir uma matéria completa. As reclamações, nos dois casos, restringem-se somente aos equipamentos de informática, considerados ultrapassados, o que, em alguns casos, dificulta pesquisas na internet.

Além das equipes situadas na sede dos jornais, em Porto Alegre, tanto ZH quanto CP mantém correspondentes no interior do Rio Grande do Sul. As principais cidades contam com jornalistas que trabalham para os diários da Capital. Em ZH, são jornalistas exclusivos do jornal, já no CP trabalham também para veículos locais. No entanto, há uma diferenciação quanto à dinâmica de trabalho. Os correspondentes de ZH estão subordinados à Central do

Interior ou à Agência RBS, no caso dos jornais Diário de Santa Maria, de Santa Maria, e Pioneiro, de Caxias do Sul. A coordenação da Central do Interior recebe as pautas sugeridas pelos repórteres, mas também repassa tarefas definidas pelas editorias em Porto Alegre. Não há uma editoria específica para a publicação das matérias, que ocupam a editoria pertinente ao assunto. Assim, um correspondente pode produzir matérias para a editoria de política, o que é bastante comum. Já em CP, os textos dos correspondentes são dirigidos à editoria Interior, que ocupa uma página diária no jornal com matérias de municípios gaúchos. Dificilmente, a produção de um repórter sai em outras editorias, como a política, formatadas quase que totalmente com a produção dos repórteres e das agências de notícias.

Com relação a correspondentes, a principal diferença entre os dois veículos está em Brasília. Enquanto a RBS mantém uma estrutura com diversos profissionais que atuam para os veículos do grupo, com repórter exclusivo para ZH e dois colunistas do jornal, o CP conta apenas com o apoio eventual do correspondente da Rádio Guaíba, pertencente ao mesmo grupo, na Capital Federal, que funciona como mais uma fonte, mas não um repórter do jornal. Como veremos adiante, essa condição impõe algumas limitações aos jornais no caso de cobertura de acontecimentos em Brasília, principalmente no período analisado, onde as atenções estavam todas voltadas para as CPIs do Congresso e as modificações de ministros do Governo Federal.

Se a largada em ZH e CP é semelhante, com reuniões de pauta e a apuração dos repórteres, a chegada tem diferenças nos dois veículos, ligadas, sobretudo, à organização dos veículos. A primeira edição de ZH tem que ser finalizada até às 22h30min, salvo exceções, como partidas de futebol. Para que isso ocorra, as primeiras páginas começam a ser fechadas desde cedo, pelas 20h, pois são revisados pelos editores e pelo editor-chefe. Dessa maneira, as

matérias devem ser finalizadas até esse horário. Há, ainda, a produção gráfica da página. No caso de utilizar infográficos, o material deve ser enviado o mais cedo possível para a editoria de arte, onde será produzido. As páginas de ZH são desenhadas pelo editor e pelos subeditores, responsáveis pela revisão da matéria, seleção de imagens e produção dos infográficos. Há uma preocupação muito grande no jornal com o aspecto visual, em tornar a página atrativa ao leitor, com a valorização de imagens e quadros. É comum que os repórteres fiquem na redação além da carga horária, finalizando a matéria ou acompanhando a edição. Em geral, são realizadas alterações para a segunda edição do jornal, que circula na Capital, como a substituição de matérias por outras mais atuais, com a retirada daquelas que interessariam mais ao interior.

No CP, o fechamento se estende até as 0h30min. Isso se deve ao modelo de pré-diagramação adotado pelo jornal. Por volta das 19h, o editor desenha, juntamente com um diagramador, a página da edição, indicando o espaço das matérias, mas sempre obedecendo à regra de textos curtos, com poucas ou nenhuma foto. Dessa maneira, após o editor selecionar o material a ser publicado, os textos das agências são enviados aos redatores, que editam a matéria, deixando-a de acordo com o espaço disponível para as notas, em geral a coluna da direita da página. Já o subeditor trabalha com o material produzido pelos repórteres e de agências, mas que ocuparão espaços maiores. Geralmente, há matérias de política publicadas na capa do CP, selecionadas na reunião de editores, no final da tarde, mas editadas pelo editor de capa e não pelo de política. No entanto, o horário de entrega das matérias não acompanha o horário mais tarde para fechamento da edição. Às 19h, quando se encerra o expediente dos repórteres, todas as matérias devem estar concluídas. Não há esquema de plantão rotineiro e, mesmo que a apuração não tenha sido concluída, o jornalista deve deixar a redação uma vez que, no jornal, não há pagamento de horas extras ou sistema de compensação. Nos dois

jornais, é possível que ocorram mudanças até o encerramento da impressão dos exemplares no caso de ocorrências de fatos importantes. Também nos dois casos, a edição dominical é produzida durante toda a semana, editada na noite de sexta-feira, após o fechamento da edição de sábado no caso de ZH, e finalizada no sábado de manhã. A impressão ocorre a partir do meio-dia e, no início da tarde, o jornal já começa a ser distribuído. Dessa maneira, as editorias de política não têm atividades entre o meio-dia de sábado e o início da tarde de domingo, geralmente. Nos finais de semana, as equipes de trabalho também são reduzidas, sendo que os jornalistas trabalham em sistema de rodízio de folgas.

4 A CRISE POLÍTICA E AS ROTINAS DE PRODUÇÃO

No dia 14 de maio de 2005, a revista *Veja* publicou uma reportagem sobre um possível esquema de corrupção envolvendo o diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Maurício Marinho, e o presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson. Trechos de uma fita de vídeo obtidos pela revista mostraram Marinho pedindo propina de empresários para "facilitar" o acesso de suas empresas no grupo, citando Jefferson como mandante. Nos dias seguintes, a oposição tentou criar a CPI dos Correios, contra a qual o governo lutou para não ser instaurada. Mas, no dia 6 de junho, o jornal *Folha de São Paulo* publicou entrevista de Jefferson na qual acusou o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, de organizar o pagamento de mesadas, o "mensalão", em troca de apoio ao governo. O Congresso deu início, no dia 9 de junho, à CPI dos Correios e, depois, criou ainda a CPI do Mensalão e dos Bingos.

Durante todo o processo, os meios de comunicação, especialmente as revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, e os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* tiveram papel importante ao fazer denúncias de novas evidências de um suposto esquema de corrupção em empresas públicas, de desvio de verbas para partidos políticos e de pagamento a deputados federais em troca de apoio nas votações. Os parlamentares, membros do Governo e pessoas ligadas aos partidos políticos, pautaram-se pelo que é revelado pelas reportagens para dar encaminhamento às investigações ou embasamento aos pedidos de abertura de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).

Inicialmente, o PT, principal acusado, e o governo Lula defenderam a investigação das denúncias, levando a crer que não foram encontradas irregularidades, posição que começou a sofrer alterações com a entrada em funcionamento da CPI dos Correios. Novas informações

veiculadas pela imprensa agravaram a crise política, como no dia 11 de junho, quando, em nova entrevista à Folha de S.Paulo, o deputado Roberto Jefferson deu mais detalhes sobre o "mensalão", esquema em que o governo pagou mesadas de até R\$ 30 mil para que deputados aprovassem emendas favoráveis ao governo. Segundo o presidente do PTB, as verbas vieram de estatais e de empresas privadas. Entretanto, Jefferson admitiu não ter provas das novas acusações. Em nota, o PT diz que as acusações foram falsas e repetidas.

No dia 16 de junho, ocorreu a primeira baixa no Governo Federal por conta das denúncias. O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, se afastou do cargo. Dirceu deixou o Ministério para responder às denúncias de corrupção feitas por Jefferson, nas quais ele foi um dos principais articuladores do esquema de corrupção denominado "mensalão".

No dia 30 de junho, o país acompanhou atento ao depoimento de Jefferson à CPI dos Correios. Com o olho roxo devido a um acidente doméstico, o já presidente licenciado do PTB denunciou que o "mensalão" continuou a funcionar, mesmo após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomar ciência do suposto esquema, em março passado. Jefferson confirmou ainda as denúncias sobre o esquema de corrupção na empresa Furnas Centrais Elétricas. De acordo com as denúncias, o publicitário Marcos Valério recebeu recursos de estatais e repassou por meio de sua agência para parlamentares. Os saques ocorreram em uma agência do Banco Rural, em Brasília. Além disso, houve recursos operados pelo PT por meio do ex-tesoureiro Delúbio Soares e do ex-secretário-geral, Silvío Pereira. Também existiu a acusação de repasse de recursos de caixa dois, ou seja, não contabilizados na prestação de contas do Tribunal Superior Eleitoral, para partidos aliados nos dois últimos pleitos.

Uma semana depois, em 6 de julho, novamente as atenções voltaram-se para um depoimento na CPI dos Correios. Dessa vez foi Valério, acusado de ser um dos operadores do "mensalão" por Jefferson (PTB-RJ), que prometeu cobrar parte do empréstimo feito pelo PT no qual foi avalista, no valor total de R\$ 2,7 milhões. No dia seguinte, a ex-secretária de Valério, Fernanda Karina Somaggio, disse à CPI dos Correios que as grandes quantias em dinheiro sacadas das contas das empresas do ex-chefe não foram destinadas ao pagamento de fornecedores, como afirmou o ex-chefe. Em entrevista à imprensa, Somaggio denunciou o transporte de grandes quantias de dinheiro em malas na agência de Valério, acostumado a viajar para Brasília para realizar pagamentos com esse dinheiro.

Em 8 de julho, a Polícia Federal prendeu no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, José Adalberto Vieira da Silva, com uma mala de dinheiro contendo R\$ 200 mil e mais US\$ 100 mil na cueca, num total de cerca de R\$ 440 mil. Silva foi assessor parlamentar de um deputado estadual do Ceará, José Nobre Guimarães, irmão do presidente do PT, José Genoíno. Com o ocorrido, Genoíno deixou o cargo em 9 de julho, alegando que tomou esta decisão para que as investigações sobre supostas irregularidades na direção do PT acontecessem "com isenção". O ministro da Educação, Tarso Genro, deixou o governo para assumir interinamente a presidência do partido.

Em entrevista ao Jornal Nacional, da Rede Globo, de 16 de julho, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares confirmou que fez vários empréstimos "de boca" com o publicitário Marcos Valério no valor de quase R\$ 40 milhões para campanhas eleitorais do partido. Delúbio – que assumiu toda a responsabilidade pelos empréstimos - negou existência do "mensalão" e culpou o sistema eleitoral por seus atos. O presidente Lula, em viagem à França, concedeu entrevista um dia antes a uma jornalista brasileira *freelancer* e que foi mostrada

somente no dia 17 de julho no Brasil, no Fantástico/Rede Globo, na qual também afirmou que os recursos foram utilizados em caixa dois de campanha.

Nesse período de pouco mais de dois meses, as atenções dos brasileiros voltaram-se para as denúncias cada vez mais freqüentes realizadas pelos veículos de comunicação e para os depoimentos e investigações das CPIs, criando um cenário de crise do Governo Federal. Os jornais Zero Hora e Correio do Povo deram ampla cobertura ao tema, que passou a dominar as manchetes e a capa do CP, aumentando inclusive, o número de páginas da editoria de Política e o número de profissionais na área, como em ZH. No entanto, os dois jornais mostraram-se atrás das informações veiculadas pela mídia, uma vez que sua estrutura em Brasília não permitiu a produção de matérias próprias.

É nesse cenário de extrema tensão e atenções voltadas para cobertura política que me inseri nas equipes de ZH e CP para a realização do trabalho de campo, permanecendo de 18 a 24 de julho no primeiro, e de 25 a 31 de julho no segundo. O momento atípico teve importância ao exacerbar o interesse nos temas tratados pela editoria.

4.1 NA REDAÇÃO DE ZH

O jornal Zero Hora de 18 de julho trouxe estampada na capa a pergunta “Quem acredita em Delúbio e Valério?”⁵. A manchete veio embalada por suspeitas de parlamentares da oposição e do PT de que houve uma combinação entre o publicitário Marcos Valério e o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, para explicar as movimentações nas contas de Valério: a

⁵ Anexo A.

utilização de caixa dois nas campanhas. Correio do Povo do mesmo dia também tratou do tema na manchete: “Para oposição, Delúbio e Valério mentem”⁶.

Em Zero Hora, o tema ocupou todo espaço da editoria, entre as páginas 4 e 11, com matérias que trataram também da paralisação das atividades na Câmara dos Deputados, da entrevista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na França e dos próximos temas e depoimentos das CPIs. A semana foi quente no jargão jornalístico, com depoimentos de Silvio Pereira, Delúbio Soares e Marcos Valério na CPI dos Correios.

Nesse clima de expectativa, cheguei à redação de Zero Hora, na Avenida Ipiranga, bairro Menino Deus, em Porto Alegre, por volta das 9h30min. Recebeu-me o coordenador de produção, primeiro profissional da equipe a chegar ao jornal, tendo a responsabilidade de começar a preparar a edição do dia seguinte. O primeiro compromisso foi a reunião de pauta, às 10h, quando todos os coordenadores de produção reuniram-se para informar as coberturas do dia e realizar o primeiro desenho da edição. Na política, uma reportagem sobre as contas de campanha, cuja pauta diz que as contribuições e contas de campanha foram colocadas em xeque com as denúncias de irregularidades e o atual sistema deu mostras de que não funciona. A proposta foi discutir alternativas, como o financiamento. A pauta também diz que convém encontrar alguém que só declarou o que de fato arrecadou. Também se questionou as declarações de Tarso Genro e Lula de que caixa dois foi prática corriqueira, não afrontando a Justiça Eleitoral. Sugeriram que o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) fosse ouvido sobre isso. A matéria foi publicada nas páginas 4 e 5, espaço nobre da edição, onde, sob a cartola Reportagem Especial, apresentou-se a principal matéria da edição.

⁶ Anexo B.

A pauta do dia seguiu com a repercussão de uma matéria da Folha de São Paulo que mostrou Marcos Valério utilizando um contrato de publicidade com os Correios como garantia para obter um empréstimo de R\$ 15,9 milhões no banco BMG. Os recursos foram destinados para o PT, de acordo com a matéria. O tema tratou-se a partir de material de agências, que também foram utilizadas nas pautas da indicação de membros para a CPI do Mensalão, prevista para ocorrer às 16h, e das reuniões do presidente Lula com ministros e com o presidente da Câmara dos Deputados na época, Severino Cavalcanti. As demais pautas trouxeram indicações de repórteres para cobertura, o que não significou que não foram utilizados nas matérias informações de agências de notícias e outros veículos de comunicação. Das matérias publicadas no dia 18, apenas uma – sobre a defesa do deputado federal João Batista Ramos, expulso do PFL, quando foi detido com um R\$ 10,2 milhões em sete malas, realizados por pastores da Igreja Universal em programas de TV – foi produzida por um repórter da editoria. Todas as demais são de agências, o que provocou o alerta do coordenador de produção ao pesquisador sobre esta maior participação dos materiais enviados em função das características das pautas.

Outra pauta apresentada pela editoria tratou do depoimento do ex-diretor da Loteria do RS, José Vicente Brizola, na CPI dos Bingos na terça-feira, sobre acusações de achaques a concessionários públicos em proveito do caixa dois do PT no Rio Grande do Sul. Sugeriu-se que a matéria apresentasse o depoimento, trouxesse uma entrevista com Brizola para antecipar o teor da fala, lembrando os problemas ocorridos na loteria gaúcha na gestão de Olívio Dutra. Houve a expectativa de que o depoimento atingisse o ex-governador. Também foi apresentado o depoimento de Silvio Pereira na terça, na CPI dos Correios. Na pauta solicitou-se uma entrevista com ele e que “também vale” um contato com Delúbio ou sua mulher, “que continua firme no PT”. Outra pauta tratou dos rumos da nova direção nacional do PT, sob o

comando de Tarso Genro, que ainda não se confirmou como candidato da chapa do Campo Majoritário para as eleições do partido, em setembro. Completaram a listagem: uma matéria sobre a queda de mitos, como de que a CPMF serviu para impedir a lavagem de dinheiro, de que as prestações de contas de campanha “serviram para alguma coisa” ou de que o pregão eletrônico impediu fraudes, que já foi produzida há mais dias e sobre a dificuldade das pessoas no acompanhamento da crise política em função da velocidade e do volume de denúncias, reportagem já concluída, aguardando espaço para publicação.

Durante a manhã, a rotina do coordenador de produção resumiu-se a acessar as agências de notícias e *sites* ou os *e-mails* em busca de notícias. Às 10h30min chegou o primeiro repórter do dia e conversaram sobre a pauta: o depoimento de José Vicente Brizola à CPI dos Bingos. Houve uma expectativa da editoria referente a esta revelação sobre questões referentes à CPI da Segurança no RS, Loteria Estadual e outras questões da gestão Olívio Dutra. O repórter também esteve trabalhando na matéria sobre a “queda dos mitos”. Relatou ao coordenador de produção que a reportagem estava muito técnica e que as fontes não estavam confirmando a tese da redação. Uma avaliação foi realizada com o editor sobre o andamento do trabalho. A partir do meio-dia, chegaram outros repórteres. Um deles que fechava uma matéria investigativa sobre licitação de paradas de ônibus em Gravataí, informou ao coordenador de produção que remeteu contratos para análise de advogados especialistas, aguardando seu retorno. Por isso, pediu para não receber matérias do dia e continuou trabalhando na investigação, no que foi atendido.

Às 13h30min iniciou-se a reunião de pauta da editoria, encontro semanal, mas que, ultimamente, passou a ser diário em função do grande volume de informações a respeito da crise em Brasília. Os jornalistas reuniram-se para debater suas impressões sobre o andamento

das denúncias e o que foi publicado pela mídia, além da definição da pauta do dia e a divisão das tarefas. Geralmente, a reunião tem duração entre 30 minutos e uma hora e o tom da conversa é informal. Um dos primeiros assuntos tratados: a reportagem da revista *Veja* da semana; surgindo com o tema – o presidente Lula teve conhecimento sobre as supostas irregularidades denunciadas nas CPIs? Em geral, o tom foi de crítica à reportagem. Disseram que não houve provas, apenas suposições infundadas. Lembraram que a revista estaria em uma cruzada contra Lula, não parando enquanto não derrubá-lo. “Se não teve capacidade para provar, não insinua”, disse um dos repórteres. Discutiram a onda de denúncias e avaliaram o risco de se cair em armadilhas como ocorreu na CPI do Orçamento, em 1993, quando “qualquer um que denunciasse alguma coisa tinha espaço, mesmo que depois isso não se confirmasse”. Trataram, ainda, de uma matéria publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo* no domingo com uma lista de pessoas que sacaram recursos nas contas de Marcos Valério. ZH optou por não publicar a matéria por entender que a fonte da reportagem do jornal não foi identificada e não sendo confiável. CP publicou uma nota informando sobre a matéria do jornal paulista. Um dos repórteres disse que, mesmo com fonte anônima, o jornal precisaria de documentos para acusar. Referiram-se a uma disputa entre veículos para dar pautas e denúncias. Um repórter comentou que achou que os anúncios estatais aumentaram na TV e que isto poderia ser indício de necessidade de mostrar as ações do governo. Afirmou que a Rede Globo teve muitos anúncios e estaria “levando grana do governo”. Sugeriu que este assunto aparecesse na pauta. Questionaram até onde é válido usar declaração em *off* e os riscos que isso implica, demonstrando preocupação quanto ao poder que a imprensa possui em momentos de crise.

Outro jornalista contou um fato pitoresco do fim de semana, quando um calvo foi chamado de Marcos Valério e sugeriu pauta para saber se isto realmente ocorreu, uma matéria

ambiental nas ruas com carecas. “Seria uma pauta leve para descontrair com um personagem que surgiu na vida das pessoas sem ninguém nunca ter ouvido falar dele”, explicou. Citaram nomes de carecas famosos, no esporte e na política⁷. O editor Luís Antônio Araújo sugeriu uma pauta sobre a possível depressão do deputado federal José Dirceu fora do governo. O deputado desorientou-se após perder todo o “superpoder” de ministro chefe da Casa Civil. Sugeriram que a equipe da sucursal acompanhasse os bastidores em Brasília, mesmo que José Dirceu não falasse. Conclusões surgiriam a partir do movimento e do próprio contexto. Um dos jornalistas propôs contraponto com Roberto Jefferson – um dos personagens principais da história que ficou em seu apartamento, sem ir ao Congresso e, mesmo assim, continuou recebendo e teve faltas abonadas. O diretor de redação, Marcelo Rech, sugeriu que o repórter especial Moisés Mendes, atuante na editoria de política, fosse a Brasília para uma pauta do tipo “Brasília à beira de um ataque de nervos” ou “como um marciano veria Brasília em semana de depoimentos quentes”. A matéria é para a edição dominical.

Após a reunião, cada membro da equipe partiu para suas tarefas. Em geral, conversaram primeiro com o editor para receber as orientações e depois começaram os contatos com fontes ou realizaram pesquisas. Às 14h30min, reuniram-se os editores para a segunda reunião geral do jornal no dia, na qual cada editoria apresentou as matérias que foram realizadas. Rech sugeriu mais uma pauta para domingo sobre o perfil dos tesoureiros de partido. O editor-chefe Ricardo Stefanelli defendeu que, pelo menos uma vez por semana, deveria ser publicado um infográfico de contexto, semelhante ao da edição de 9 de julho, quando foi veiculada uma arte de duas páginas que simulou um emaranhado de lã com explicações e um resumo cronológico da crise política. Para Rech, as matérias deveriam ter materialidade, pois “isso faz a pauta render, materializar em coisas, dar rostos”. Recordou

⁷ Anexo L.

que, na crise do Governo Collor, existiu um símbolo – a cascata da Casa da Dinda. A pauta sobre Tarso Genro, prevista na listagem do início da manhã, foi considerada “fria” por Stefanelli e ficou para mais adiante. Na linguagem jornalística, “fria” quer dizer sem apelo no momento ou sem novidades.

Ao retornar da reunião, Araújo repassou novas informações para equipe sobre os enfoques das matérias. Ficou uma dúvida sobre as páginas 4 e 5 – Reportagem Especial, que deixou de ser a questão da matéria da Folha e financiamentos de campanhas para virar “queda das versões”, ou seja, como foram questionadas as novas versões de destino de recursos apresentadas no fim de semana. Dois repórteres trabalharam na pauta das contas de campanha para saber o que poderia acontecer após PT assumir a caixa dois. Araújo orientou a ouvir “especialistas”, buscar TRE. Os repórteres demonstraram não terem certeza sobre o rumo a tomar. Um deles apurou a prestação de contas da última eleição e buscou alguns representantes de partido para avaliar. Ouviram o presidente do TRE e o ex-presidente e desembargador Luiz Melíbio Machado, esse na condição de “especialista”. Também recorreram ao Ministério Público para saber se existiria denúncia, uma vez que o Tribunal só agiria após denúncia. Ao final do processo, houve uma discussão sobre qual entrevista sairia como pingue-pongue (pergunta e resposta): TRE ou “especialista”. Optaram pela do presidente do TRE, por ser oficial.

O repórter que esteve trabalhando na matéria investigativa conversou com Araújo sobre a pauta e foi para rua, em carro discreto, para checar um local. Por volta das 16h, chegou, por agência, uma matéria sobre a depressão de José Dirceu, discutida na reunião de pauta. Optaram por publicar o material ao invés de produzir matéria própria. Às 17h, chegou o espelho do jornal, indicando as páginas a serem ocupadas pela editoria, já com definição dos

anúncios. Um repórter passou a tarde nas ruas do centro de Porto Alegre apurando a reportagem sobre os carecas apelidados de Marcos Valério. Chegou à redação às 17h20min, e foi orientado pelo editor para redigir a matéria, mas sua publicação será em outro dia.

Araújo repassou novas orientações para matéria da Reportagem Especial, pois ainda existiam dúvidas dos repórteres sobre qual o seu enfoque. Por *e-mail*, orientou os repórteres como estruturar a matéria com a seguinte pista: ouvir “especialistas” que pudessem afirmar as práticas assumidas por Valério e Delúbio que são comuns em casos de lavagem de dinheiro. Houve dificuldades em se conseguir essas fontes. O repórter que esteve na rua retornou e passou a trabalhar também nessa matéria. Avaliaram a necessidade de alguém para explicar, alguém que confiasse no jornal, falasse com eles e abrisse a história.

Às 20h, após a última reunião do dia entre editores, foi definida a primeira opção de manchete para a edição: “Versão de Valério e Delúbio começa a desmoronar”. A matéria das páginas 4 e 5 – Reportagem Especial – abriu com uma reportagem na qual “especialistas” explicaram que as versões apresentadas mostraram como as empresas e pessoas fizeram a lavagem de seu dinheiro. Um infográfico destacou vantagens e desvantagens da versão divulgada. O material foi produzido a partir de entrevistas realizadas por repórteres da editoria e informações de agências. Também foi publicada a matéria da Agência Estado sobre a entrevista do presidente Lula na França, apresentada pelo Fantástico no domingo. As duas páginas, em geral, repercutiram notícias do final de semana.

Às 20h40min, não houve tensão evidente, mas repórteres ainda não concluíram seus textos de abertura das matérias. Um dos subeditores editou entrevista concedida por José Vicente Brizola, que acabou não sendo publicada, porque a matéria perdeu espaço em função

de outras notícias. Às 21h, um subeditor e um repórter conversaram sobre a manchete da matéria sobre as contas de campanha. Foi sugerido: “MP avalia abertura de processo”. O repórter argumentou que “pode ser pesado”, uma vez que não falou com procuradores, apenas com o assessor. Mesmo assim, ponderaram que a escolha do título fez sentido com a matéria, onde o MP disse que estudou o que fazer com o PT. Um jornalista da sucursal de Brasília telefonou para saber o título da matéria que enviou sobre a possível queda do então ministro das Cidades, Olívio Dutra. Informou que mudanças estariam ocorrendo no cenário político as quais seriam diferentes das já publicadas. Inicialmente, a matéria disse que o presidente Lula garantiu Olívio no Ministério. Essa versão foi publicada na primeira edição do jornal. No entanto, com o telefonema do repórter, que fez novas apurações em Brasília, informou que Olívio teve reunião com o presidente no outro dia, pela manhã, atenuando o tom para a segunda edição, onde se enfatizou a oferta de um ministério ao Partido Progressista (PP).

O segundo dia de observação, 19 de julho, iniciou com os telefones da editoria de política tocando muito e com mais *e-mails*. Tudo porque foi publicada uma informação equivocada em um gráfico da página 6 na matéria sobre a prestação de contas da campanha municipal em Porto Alegre, em 2004. No caso do candidato Mendes Ribeiro, apareceu escrito *superávit* quando o correto seria *déficit*. No dia anterior, o repórter teve dificuldades com as informações do partido, PMDB, tornando-as incompletas no *site*. Somente à noite teve acesso aos dados corretos e fez a alteração na página. No entanto, a primeira versão dos dados apresentou *superávit* e a segunda, *déficit*. Por um descuido, a palavra no infográfico não foi alterada. Um dos leitores questionou a postura de ZH e a acusou de estar favorecendo um dos candidatos, sempre os mesmos, conforme relatou o coordenador de produção.

As pautas do dia indicaram a cobertura da possível saída de Olívio Dutra do Ministério das Cidades, uma vez que o ex-governador teve uma reunião com o presidente Lula pela manhã e o PP mostrou-se interessado na pasta. Logo após a reunião de pauta, foi confirmada a demissão de Olívio e três repórteres foram escalados para produzir a reportagem, tratando do significado da demissão, o futuro substituto e qual a reação dentro do PT e dos movimentos sociais. Escalou-se outro repórter para apurar uma lista de nomes apresentada por Marcos Valério à Procuradoria Geral da República; pessoas estas que sacaram dinheiro no Banco Rural. A intenção foi obter a lista e verificar se houve gaúchos entre os nomes apurados. À tarde, aconteceram dois depoimentos: Silvio Pereira na CPI dos Correios e José Vicente Brizola na CPI dos Bingos. Utilizou-se material de agências para a cobertura, segundo previu a pauta. A agenda também previu a instalação da CPI do Mensalão e uma reunião da direção nacional do PT para tratar da situação financeira do partido, que foram acompanhadas por agências.

A informação da saída de Olívio Dutra do Ministério das Cidades chegou à redação às 10h30min por meio de um repórter da sucursal de Brasília. Um assessor informou que o ministro foi chamado para reunião com o presidente. ZH soube deste acontecimento desde a noite anterior e, ao sair, convocou a equipe para uma reunião, onde disse que estava deixando o ministério. A partir daí, a pauta começou a se alterar, pois a grande expectativa concentrou-se para o depoimento do Silvio Pereira na CPI dos Correios, mas, em função da importância de Olívio no Estado, foi a manchete do dia seguinte. Os editores ligaram para a redação e trataram com o coordenador de produção sobre a previsão de páginas e encaminhamentos para a cobertura. Às 13h20min, ao chegar na redação, o editor Araújo ligou para a assessora de imprensa do Ministério das Cidades. Perguntou sobre os bastidores, como foi recebida a

notícia por Olívio e pela equipe de gaúchos existente no ministério. Solicitou entrevista com o ex-ministro e lembrou que Dilma Rousseff, ao assumir a Casa Civil, falou primeiro com ZH.

Às 13h30min começou a reunião da editoria, na qual discutiram sobre as impressões sobre a queda, os rumos do PT, o que significou politicamente e quais foram as ações da editoria para realizar a cobertura. Dividiram pautas. Houve um grande interesse da editoria em interpretar os fatos, o que esteve por trás, o que significou, o que acontecerá. Após a reunião, um repórter informou que o Ministério Público investigará o PT pelas declarações de caixa dois, conforme matéria publicada por ZH. Às 15h15min, a colunista e editora Rosane de Oliveira informou que Olívio talvez não caísse. Disse que tentou entrevista com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e ele só falaria mais tarde afirmando que ainda não houve confirmação oficial. Houve indícios de que a situação mudou. “Ninguém sabe para qual lado vai”, definiu. Dez minutos depois, Araújo disse que “Dilma mandou segurar”. Aí começaram novos comentários da equipe. Avaliaram que os movimentos sociais e a esquerda do partido preparavam resistência fazendo Lula recuar. Também se falou em possíveis riscos de denúncias contra o substituto, Márcio Fortes, ligado ao PP, fazendo o presidente rever a indicação. Araújo falou com o repórter em Brasília, que relatou que a queda não se confirmou. Disse que se encontravam todos os jornalistas no gabinete, não havendo confirmação. Araújo insistiu que a nota da Agência Brasil, ligada à estatal Radiobrás, informou da substituição. A equipe avaliou que as pautas previstas poderiam ser mantidas, mas a situação foi de indefinição.

Enquanto isso, o coordenador de produção e um subeditor prepararam a página para a matéria dos carecas. Pensaram em usar como ilustração o cartaz do filme “Quero ser John Malkovitch”, onde várias pessoas com máscaras do rosto do personagem-título apareceram

lado a lado. Ponderaram que a idéia pode “furar”, porque, no filme, todos quiseram ser o personagem e, na reportagem, não ser. Às 16h05min, Araújo disse que as agências e *sites* de notícias ainda apontaram queda de Olívio. Ninguém saiu da redação, todos se envolveram na preparação das matérias, e os editores acompanharam os depoimentos pelas agências e TV.

Às 18h, Araújo conversou com um repórter sobre a matéria de repercussão com o PT da queda de Olívio e também sobre a informação que receberam de que os candidatos à presidente regional do PT – eleições marcadas para setembro –, retirariam a candidatura em favor do ex-governador. Ele disse que “a matéria está indo por aí, as declarações levam a crer que vêem o Olívio como uma bandeira do lado mais esquerda, das antigas causas”. Araújo avaliou que, como a saída não se confirmou, houve um claro esquema das esquerdas para segurar e amparar Olívio. Falaram que ele esteve no governo, mas foi o que bateu mais forte nas “más companhias”. Também que foi o último dos fundadores do PT a permanecer no governo. Tentaram tratar do simbolismo dessa realidade.

Perto das 19h mais uma reviravolta na redação. Ficaram sabendo que o *site* do Jornal Já publicou matéria com denúncia de uso de recursos do caixa dois de Delúbio Soares na campanha de Raul Pont para a prefeitura de Porto Alegre. Imediatamente, o editor distribuiu tarefas entre a equipe para a cobertura, tendo como idéia a informação da denúncia e sua repercussão. A fonte da reportagem do Jornal Já é um ex-assessor, não identificado⁸. No dia anterior, a editoria defendeu a não publicação de uma reportagem do jornal O Estado de São Paulo, porque a fonte era anônima. Às 19h20min, agências informaram que houve uma nova lista do Banco Central com nomes e valores de quem sacou dinheiro nas contas de Marcos Valério no Banco Rural. Novamente organizou-se a cobertura. Araújo e Stefaneli

⁸ Anexo C.

conversaram e definiram pela publicação da listagem de nomes, distribuída por agências. Às 20h50min, matéria do Jornal Nacional informou que Olívio Dutra estava fora do governo. O editor telefonou para Brasília, pois a matéria de ZH informou que a situação ainda se encontrava indefinida. No dia seguinte, a capa de ZH estampou a manchete: “Lula demite Olívio, acena com recuo e mantém indecisão”. O CP, por sua vez, publicou “Saída de Olívio causa crise”.

Após a agitada terça-feira, o terceiro dia de observação, 20 de julho, começou bem mais calmo. Como nos dias anteriores, a pauta foi preparada a partir dos fatos agendados e do material que foi distribuído por agências de notícias ou publicado em *sites* de notícias. Para o dia, a cobertura do depoimento de Delúbio Soares, a primeira reunião da CPI do Mensalão, com eleição do presidente e dos vice-presidentes, o depoimento da ex-mulher do ex-deputado e presidente do PL, Valdemar Costa Neto, Maria Christina Mendes Caldeira, no Conselho de Ética da Câmara. Além disso, continuou a repercussão da saída de Olívio Dutra do Ministério das Cidades e da lista de nomes de pessoas que sacaram recursos nas contas de Marcos Valério. Também foi sugerida uma reportagem sobre o risco do excesso de CPIs em funcionamento no Congresso e com temas parecidos – Bingos, Correios e Mensalão – que perderiam a objetividade ao conter elementos de disputa política. Na pauta encontrou-se um espaço para projeção política e que, no final, quem definiu os denunciados à Justiça foi o Ministério Público. Sugeriu-se a recordação de outros exemplos de CPIs que mobilizaram o país e que não ofereceram grandes resultados, citando como exemplo a CPI da Segurança durante o governo Olívio no Rio Grande do Sul. Ainda, foi lembrada a necessidade de uma entrevista com o deputado federal Roberto Jefferson.

A manhã prosseguiu sem sobressaltos. O coordenador de produção finalizou a diagramação da matéria sobre os carecas apelidados de Marcos Valério. À tarde, na reunião da editoria, trataram da reportagem. Araújo achou que poderia ter uma página e não meia, e discutiram sobre a ilustração da página. A idéia de reproduzir o cartaz do filme “Quero ser John Malkovitch” foi abandonada e utilizou-se uma foto de um careca de costas. O mote do debate foi a ilustração da página e não o que a matéria revelou. Discutiram sobre a possibilidade de recursos operados por Delúbio Soares no caixa dois do PT que favoreceram a campanha do partido em Porto Alegre, como denunciou o jornal Já. Um dos repórteres afirmou que seria preciso avançar na denúncia do jornal e avaliaram como realizar a investigação, verificar quais foram as exigências da legislação. Apontou a necessidade de ouvirem uma fonte próxima da redação, um procurador de justiça, de “forma quente”, pois ele tem o hábito de dar entrevistas somente em *off*, o que impede a citação, muitas vezes. Araújo disse que nunca se levou a sério as prestações de contas dos partidos. Outro repórter sugeriu “apertar” Arno Augustin, coordenador da campanha de Raul Pont. Araújo indicou uma entrevista pingue-pongue com ele, no que outro repórter achou que deveria ser feita pessoalmente, e não por telefone. Acharam que ele tinha condições de explicar realmente a prestação de contas da última eleição do PT, com mais informações do que o presidente do diretório municipal, Waldir Bohn Gass. Araújo orientou que se investisse na pauta das contas de campanha. A equipe também debateu sobre o excesso de informações gerado pela crise e como mostrar isso ao leitor, sem a sua perda. Avaliaram que seria melhor publicar cada dia um quadro sobre o fato do dia ao invés de um quadro geral semanal.

Na reunião de editores, o editor-chefe Ricardo Stefanelli sugeriu matéria sobre o descrédito dos depoimentos nas CPIs com a utilização de *habeas corpus* que impediriam a prisão dos depoentes em caso de mentiras ou negação no momento de prestarem informações

necessárias. A pauta sobre as CPIs, como cenário político, indicada nos temas para matérias para a editoria, foi semelhante, mas em nenhum momento discutida na reunião da editoria. O enfoque sugerido acabou sendo abandonado, uma vez que, segundo o editor, todos saberiam que a CPI é um palco político, não se esperaria nada de diferente. Enquanto apuraram as matérias, dois repórteres conversaram sobre a necessidade de “ter matéria” durante o trabalho de entrevista, checagem de dados. Quando encontraram confirmações, declarações conclusivas, provas documentais ou avalizadas por fontes de confiança, a matéria surgiu.

Um dos subeditores entrou em contato com o repórter que estava em Brasília para realizar uma reportagem especial para a edição de domingo. Já começaram a tratar da edição de texto, previsão de espaço e da chegada do jornalista em Porto Alegre, além das fotografias para ilustração. No início da noite, a redação recebeu uma informação a respeito de uma nova listagem de nomes de sacadores das contas de Marcos Valério e que estaria em poder da CPI. Não foi possível registrar a origem da informação, mas em seguida o deputado federal Pompeo de Mattos enviou a lista por fax. Foi copiada pelo próprio deputado, a punho, na CPI. Com os nomes checados em Porto Alegre, a relação foi publicada, identificando-se a fonte. Às 19h15min, Araújo disse que teriam que “sacrificar” a matéria do careca, pois chegou informação de que o Supremo Tribunal Federal (STF) enviou documentos para a CPI do Mensalão, entre os quais a lista enviada por Pompeo de Mattos. No entanto, depois de um reajuste, não retiraram a matéria, mas reduziram outros espaços já planejados. Às 20h, informaram que o líder do PP, José Janene, confirmou que recebeu R\$ 1,2 milhão do PT e afirmou que foi para pagar dívidas da campanha. Foi o primeiro beneficiário do mensalão. Após a reunião dos editores para definição da capa, alteraram a ordem das matérias nas páginas, abrindo mais espaço para a lista do STF, que se transformou na manchete do dia seguinte: “STF recebe lista dos que sacaram em contas de Valério”. Mais uma vez houve um

clima de tensão para o fechamento da edição, uma vez que chegavam novas informações a todo instante, o que provocou a alteração do planejamento. Além disso, o depoimento de Delúbio Soares prosseguiu na CPI dos Correios.

Um debate interessante ocorreu entre dois repórteres e um subeditor a respeito da assinatura de uma matéria. Ambos acharam que não deveriam assinar o texto, pois repercutia a denúncia de profissionais de outro jornal. Nas palavras deles, não seria ético. Já o subeditor defendeu a assinatura. Definiram que somente a entrevista pingue-pongue com o presidente municipal do PT seria assinada, uma vez que o manual editorial de ZH não permite a publicação de entrevista no modelo pergunta e resposta sem assinatura do repórter.

Na quinta-feira, 21 de julho, a grande aposta da editoria de política foi a transferência do cargo de ministro das Cidades, marcando a saída de Olívio Dutra do governo Lula. Houve também a indicação na pauta de várias matérias que seriam enviadas por agências com relação à crise em Brasília. No entanto, apareceram mais como registro, pois, no decorrer do dia, perderiam importância e seriam superadas por informações mais completas ou substituídas por outras notícias. O fluxo constante de geração de novas informações nas CPIs se refletiu no planejamento do jornal, que foi modificado até os últimos momentos antes de iniciar-se a impressão. No entanto, a grande maioria dessas matérias foi produzida a partir de textos remetidos por agências de notícias. Em geral, os subeditores reescreveram o texto, mesclando informações de diversas fontes. A colunista e editora Rosane de Oliveira trouxe sugestão de Marcelo Rech para produzir uma matéria comparando a atual crise com a do Governo Collor, apontando semelhanças e diferenças.

Na solenidade de substituição dos ministros, o presidente Lula disse que retirou Olívio do Ministério para concorrer a governador no Rio Grande do Sul. A declaração provocou reorganização na editoria, que procurou repercutir o fato que foi a manchete do jornal no dia seguinte: Lula substituiu Olívio por aliado de Severino. O jornal publicou uma entrevista com o ex-ministro, que rejeitou a indicação do presidente. Uma das opções de manchete do jornal afirmaria que Lula lançou Olívio ao Piratini, mas foi substituída mais tarde.

Sexta-feira é um dia atípico no jornal. Além de produzir a edição de sábado, a edição dominical foi finalizada e diagramada, fazendo com que o trabalho se estendesse madrugada adentro. O jornal de domingo foi impresso a partir do meio dia de sábado e, na manhã, foram realizados apenas ajustes e atualizações. Considerou-se a pauta do dia bem menos extensa, até porque não houve atividades previstas nas CPIs. O destaque foi uma suspeita de membros da CPI dos Correios sobre a utilização de recursos da agência de publicidade DNA, de Marcos Valério, para o pagamento de pesquisas encomendadas pelo PT à Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS). O presidente da fundação disse que foram realizadas pesquisas de satisfação de clientes do Banco do Brasil. O tema foi apurado pela equipe da sucursal de Brasília. Na reunião da editoria, no início da tarde, os jornalistas da equipe questionaram-se se houve irregularidade em um instituto de pesquisas prestar esse tipo de serviço. Araújo e um dos repórteres destacaram que sempre deveriam perguntar se tal ato foi ilegal para evitar caírem em denúncias vazias. Em Porto Alegre, um repórter foi escalado para ir até a entidade em busca de informações. O trabalho de pesquisa, conforme discutido na reunião, foi executado pelo Cepa-UFRGS, Instituto que fez as pesquisas eleitorais para ZH. Ao final, optaram por não publicar a reportagem veiculada pela RBS TV, Rádio Gaúcha e Band. Segundo o editor, não houve indicativo de irregularidade, uma vez que a FAURGS

presta esse tipo de serviços, e as agências de publicidade têm autonomia para realizar os contratos dos fornecedores.

No domingo, 24 de julho, encerrou-se o período de observação em Zero Hora. Teria tudo para ser um dia normal, sem sobressaltos, uma vez que não haveria muitas atividades e o jornal trabalharia com equipe reduzida. No entanto, um turista mobilizou a editoria de política de ZH. O ex-deputado federal Roberto Jefferson passou o fim de semana na casa da ex-vereadora Sônia Santos, em Porto Alegre. Desde à tarde de sábado, o jornal teve a informação da sua presença no Estado. As indicações foram de sua ida para Gramado, para onde foram enviados um repórter e um fotógrafo ainda na noite de sábado. No domingo à tarde, o mistério se desfez. O homem apontado como detonador da crise política foi visto na Livraria Cultura, no Shopping Bourbon Country, zona norte da Capital. A informação chegou ao jornal por meio de um leitor. Imediatamente, repórter e fotógrafo foram enviados ao local. Na redação, excitação em torno do material a ser produzido. Qual o tratamento a ser dado à matéria? Quantas páginas serão destinadas? O objetivo principal foi obter uma entrevista com Jefferson. O repórter que estava no shopping telefonou informando que o ex-deputado não concederia entrevista. Araújo o pressionou, orientou para que tentasse conversar sobre outros assuntos, aproximando-se de Jefferson. Inicialmente, somente ZH estava no local, mas rapidamente as equipes de outros veículos de comunicação chegaram ao shopping.

Na redação, descobriram que Jefferson estava hospedado na casa de Sônia Santos, cujo marido é amigo pessoal do editor de esportes de ZH, David Coimbra. Entraram em contato com Coimbra, que se dirigia ao jornal. Por meio do telefone do repórter que estava no shopping, Coimbra conversou com Sônia, que repassou o telefone para Jefferson. O ex-deputado concordou em conceder uma entrevista exclusiva ao jornal à noite. A equipe

comemorou e começou a preparar a pauta. A entrevista foi realizada por Coimbra. Estimaram que seriam necessárias três páginas, mas ponderaram se o leitor leria todo o material sobre o assunto.

Às 18h15min, o repórter retornou do shopping e relatou o material que conseguiu. Editores avaliaram como dar a matéria. O repórter faria um ambiental do tipo “um turista passeia em uma tarde de sol em Porto Alegre”. O editor de fotografias foi chamado para auxiliar na seleção das fotografias, pois a intenção era produzir uma página bem ilustrada. Coimbra retornou pelas 21h da entrevista, redigiu a matéria e disse que Jefferson plantou um *off*, dizendo que revistas estariam investigando o cartão de crédito de Marisa Leticia. Araújo pediu para a equipe da sucursal apurar a informação. O fato da entrevista com Jefferson que foi realizada por Coimbra causou estranhamento no CP, como foi possível constatar no dia seguinte ao iniciar a observação no jornal. A manchete de ZH de segunda-feira trouxe estampado: “Roberto Jefferson exclusivo: estou tão surpreso quanto o povo brasileiro”⁹. Houve uma avaliação da equipe em usar a palavra exclusivo ou não, uma vez que o deputado também conversou rapidamente com outros jornalistas quando saiu do shopping. Preponderou a tese de que o material publicado foi concedido somente à ZH.

4.2 NA REDAÇÃO DO CP

Roberto Jefferson também esteve na capa do Correio do Povo de 25 de julho, não como a manchete principal, mas com destaque¹⁰. Sob a manchete “Jefferson espera a ‘verdade’ de José Dirceu”, publicou-se uma foto do parlamentar caminhando em uma rua da cidade e um texto que relatou sua presença em Porto Alegre e a rápida entrevista que

⁹ Anexo D.

¹⁰ Anexo E.

concedeu ao sair de um shopping. Diferentemente de Zero Hora, o Correio do Povo publicou matérias na capa, como essa, que foi produzida por um repórter de política, mas não estava na página da editoria. As reportagens veiculadas na capa foram editadas por um jornalista que teve exclusivamente essa função. Por isso, ao tratarem de materiais de agências, terão apenas o registro, uma vez que a editoria não discutiu sobre a publicação dessas matérias. Quando forem reportagens da equipe, serão tratadas dentro do contexto da editoria, apenas com o destaque para a publicação na capa.

A chegada do pesquisador à redação do CP também se deu em meio ao turbilhão de notícias vindas de Brasília, com mais uma semana de expectativas sobre depoimentos nas CPIs. No jornal, a equipe de política começou a trabalhar a partir das 14h, salvo exceções. São quatro repórteres, um subeditor e um editor, Armando Burd. Às 14h30min, aconteceu a reunião diária da editoria. Ali, em conjunto, repórteres e editor discutiram a respeito dos temas em evidência, sugeriram pautas e dividiram as responsabilidades para produção da edição. Em uma conversa informal, comentaram a respeito dos acontecimentos do dia e Burd anotou as pautas. Nesta segunda, repercutiriam as eleições internas no diretório do PSDB, tratando dos motivos por trás da disputa nos tribunais (uma das chapas entrou com liminar na justiça solicitando alteração da data), repercutiria a ameaça do presidente do PT, Tarso Genro, a Marcos Valério para revelar o que sabia e também sobre a dívida do PT. Nessa pauta, um dos repórteres sugeriu uma abordagem mais técnica, com advogados, para saber o que poderia acontecer. Burd propôs que fossem ouvidos advogados bancários e sugeriu alguns nomes. Houve, ainda, a fundação do PSOL, marcada para às 17h, e o acompanhamento ao Roberto Jefferson em Porto Alegre, para o qual foi escalado um dos repórteres, que, desde o início da tarde, encontrava-se de campana no local onde o parlamentar esteve hospedado. Nessa reunião, discutiram, basicamente, as pautas locais e repercussões que a editoria realizaria

sobre a pauta nacional, já que a cobertura foi realizada exclusivamente com a publicação das agências de notícias. O editor deixou o jornal e retornou por volta das 18h.

Uma vizinha do ex-ministro Olívio Dutra em Porto Alegre telefonou para a redação informando que preparavam uma recepção com flores e faixa na próxima sexta-feira, quando estava prevista sua chegada na Capital. Após, o repórter entrou em contato com a executiva do PT em busca de informações sobre os preparativos para Olívio. Um repórter procurou por um advogado indicado pelo editor para a matéria sobre a legislação de empréstimos, analisando a situação do PT e de Marcos Valério. A fonte, amiga do editor, respondeu as perguntas, mas disse que não gostaria de ser identificado por atuar em um banco. Então, foi pedida a indicação de outro advogado que tivesse condições de dar as mesmas informações e pudesse ser identificado. A fonte declarou não haver e, dessa maneira, o repórter então disse que poderia enviar a matéria para ser lida antes de ser publicada, o que foi aceito e a fonte autorizou a publicação de seu nome. Sobre isso, o repórter comentou que precisou negociar, já que a matéria não poderia ser publicada sem a identificação de uma fonte.

Por volta das 15h30min, chegou a informação de uma manifestação em frente à Assembléia Legislativa. Um repórter, que já estava de saída para cobrir a fundação do PSOL, se deslocou ao local. Às 16h30min, um dos fotógrafos do jornal comentou que ficou sabendo que o ex-presidente Fernando Collor estaria em Gramado. Burd disse que já teve conhecimento e pediu que entrassem em contato com o correspondente no município. Ao que parece, houve um interesse do jornal em conseguir localizar Collor em função da concorrência com ZH, que publicou uma entrevista exclusiva com Jefferson. O repórter que cobriu Roberto Jefferson comentou com um colega sobre o espaço a ser destinado à matéria. Disse que o deputado não deu entrevista e que permaneceu o tempo todo em casa. O editor

definiu que seriam três colunas e uma foto, com um enfoque ambiental. Enquanto isso, prosseguiu a busca por informações a respeito da presença de Collor na Serra. O correspondente afirmou que a reserva foi desmarcada, mas, às 18h, fez novo contato e declarou que o ex-presidente estava em Gramado. Burd pediu que buscassem informações na empresa de Collor, em Maceió. O editor sabia o nome do hotel no qual ele estaria, obtido em conversas com fontes durante a tarde.

Às 18h a editoria realizou nova reunião. Dessa vez, cada repórter apresentou o que produziu e o editor definiu o espaço que cada matéria teria. Só depois disso os textos seriam finalizados. Assim como a reunião do início da tarde, também houve um clima de descontração, com todos os jornalistas explanando suas opiniões e impressões. Em geral, procuraram interpretar e compreender as decisões políticas, adiantando-se aos acontecimentos, como no caso do desafio feito por Tarso Genro a Marcos Valério, comparados por Burd a um jogo de pôquer. No entanto, o resultado de muitas dessas discussões apareceu na coluna de opinião de Burd e não nas matérias da editoria.

Os repórteres deixaram a redação por volta das 19h, quando chegou o subeditor. Sua função foi revisar as matérias dos repórteres e as de agências que teriam destaque, deixando o texto dentro do tamanho adequado. O trabalho de edição dos textos também foi realizado por um grupo de jornalistas, os redatores, que receberam o material da agência e colocaram no tamanho destinado na edição. Por ter o horário de fechamento mais estendido, a definição do número de páginas da edição também foi posterior, por volta das 18h30min, na reunião de editores. Depois disso, cada editor desenhou sua página, repassando aos diagramadores. O jornal utiliza um modelo de página pré-diagramado, onde são encaixados aos textos de acordo com sua finalização. Não há preocupações com relação ao visual gráfico da página, uma vez

que o projeto editorial não permite modificações. Burd imprimiu dezenas de informes da agência, a partir dos quais selecionou o que publicar. A partir das 20h, quando todas as matérias já publicadas estavam definidas, assim como os seus respectivos espaços, o editor permaneceu acompanhando as agências de notícias e redigindo a coluna diária.

Na terça-feira, 26 de julho, a tarde começou com a visita do vereador Nereu D'Ávila (PDT) à redação. Estava participando do programa de Armando Burd na Rádio Guaíba e passou para saudar os repórteres. Manteve um tom amistoso, que mais tarde foi destacado pelos jornalistas, dizendo que possuem uma relação bastante próxima com as fontes pelo fato do jornal manter o sistema de setoristas, permitindo que estejam em contato freqüente com políticos. Na reunião, começaram a pensar na edição dominical. O editor pediu uma matéria sobre a Operação Mãos Limpas, realizada na Itália na década de 90 para combater a corrupção. Lembrou que procuradores italianos estiveram no Rio Grande do Sul na época para explicar como procederam. Disse que poderiam ser mostrados resultados e por que a operação não foi realizada no Brasil. No domingo, seriam publicadas ainda frases curtas com opiniões de deputados sobre as expectativas quanto ao resultado das CPIs. Para o dia, houve poucas pautas. Na avaliação do editor, temas foram frios. Burd fez análises de cenários, preocupado em interpretar o momento político. Nesse dia, a esposa de Marcos Valério, Renilda Souza, esteve depondo na CPI dos Correios, mas os repórteres pareceram não dar muita atenção, já que o material a ser publicado foi produzido pelas agências de notícias.

Os repórteres permaneceram na redação, realizando as apurações. A tarde foi bastante tranqüila. Na reunião de pauta do final do dia, os repórteres relataram sobre as pautas. Em geral, expressaram opiniões críticas e negativas com relação aos políticos e suas intenções. No

entanto, evitaram que isso transparecesse nas matérias. “Já pensou se pudéssemos escrever tudo que vemos, ouvimos ou pensamos?”, comentou um repórter.

Na edição de quarta-feira, quase todo o material publicado foi sobre temas nacionais, uma vez que não houve muitos fatos no Estado. Na capa, foi publicada uma matéria sobre a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Bagé, Canoas e Osório, no dia e na quinta-feira. A editoria de Geral esteve responsável pela cobertura. Explicaram que, muitas vezes, não é o repórter de política que cobre as agendas do Presidente, ainda mais que os temas são de interesse de outras editorias. Um repórter da política foi cotado para viajar a Bagé, mas não pôde ir em função de compromissos particulares. CP não exige exclusividade dos jornalistas e todos os profissionais da política têm outro emprego, inclusive, no setor público e político.

À tarde, os repórteres aguardaram a liberação pelo Superior Tribunal Federal (STF) de uma listagem com pelo menos 120 nomes de parlamentares envolvidos com o mensalão. Na reunião de pauta, analisaram mais uma vez a conjuntura política nacional. Burd orientou para que buscassem informações no PT gaúcho sobre as finanças do partido, uma vez que houve uma crise financeira na instância nacional. Também pediu que os repórteres entrassem em contato com o deputado Ônix Lorenzoni para obter mais informações sobre a CPI dos Correios, principalmente o que as agências não noticiariam. O editor disse que era preciso ligar para os parlamentares gaúchos que fazem parte da CPI todos os dias, sem esquecer os do PT, garantindo a “representatividade” na cobertura.

Dois repórteres apuraram uma matéria sobre as eleições internas do PSDB. Burd informou na reunião que haveria um consenso em torno de um nome para a direção estadual. Consultada, esta pessoa declarou que só ouviu rumores e as pessoas do partido não fecharam

com a teoria. Os repórteres ficaram em dúvida sobre como tratar a matéria, já que a informação não se confirmou. Ao entrevistar o presidente do partido, um repórter disse ter encontrado matéria na crítica à postura do vice-governador Antônio Hohlfeldt em apaziguar o partido. A avaliação sobre o enfoque da matéria realizou-se mais tarde, na reunião. Um repórter se deslocou no final da tarde para o hotel onde o presidente Lula se hospedaria, permanecendo lá até mais tarde. Mais uma vez, o noticiário nacional ocupou maior parte da edição, com a publicação de duas matérias produzidas pela editoria – eleições do PSDB e informações de Ônix Lorenzoni sobre a CPI dos Correios.

Mesmo que os repórteres da política não estivessem cobrindo diretamente a agenda do presidente Lula no Estado, os repórteres acompanhariam os contatos políticos que poderiam acontecer. No início da tarde, um repórter telefonou para a deputada Maria do Rosário para saber do que tratou, no café da manhã, com o presidente. A parlamentar foi candidata ao diretório nacional do PT e o jornalista quis saber se houve algum pedido para retirada da candidatura. Na reunião de pauta, os jornalistas trataram das intenções de Tarso Genro para as eleições da presidência do PT. Queriam entender os objetivos das suas ações, o que estaria realmente querendo, qual a sua estratégia. O tema foi recorrente durante toda a semana, assim como na ZH.

Um repórter recebeu uma denúncia do deputado Berfram Rosado (PPS) sobre a Urcamp, cuja federalização foi anunciada por Lula no dia anterior em Bagé. O deputado disse que não houve federalização, que ainda dependia de votação no Congresso, que o anúncio foi jogo de cena. Burd contrapôs e mostrou que foram infundadas as denúncias, já que a cobertura realizada pelo jornal deixou claro essas questões e trâmites. A editoria faria uma matéria com os preparativos para a chegada de Olívio Dutra em Porto Alegre. Ao se

aproximar o final da semana, aumentou o ritmo de trabalho entre os repórteres, uma vez que as reportagens para a edição dominical precisaram ser finalizadas até sexta-feira.

Na sexta-feira, a reunião foi bastante rápida e aconteceu somente com três repórteres. Burd esteve envolvido em um compromisso na Rádio Guaíba e outro repórter chegaria mais tarde, pois acompanhará a chegada de Olívio Dutra, prevista para as 21h. As pautas do dia estiveram em torno da eleição do PT, nacional e estadual. Tarso Genro assumiu a candidatura e deseja que a esquerda do partido se unisse em torno de uma candidatura de consenso. No RS, os candidatos de esquerda propuseram renúncia coletiva em favor do nome de Olívio Dutra.

Muitas vezes, mais de um repórter trabalha na mesma matéria. Cada um ouve algumas fontes, escreve e depois um deles reúne o material. O estilo declaratório das matérias permite isso. Enquanto apuram, vão conversando sobre o que as fontes estão falando. Ainda é preciso fechar a sessão, os tópicos para a edição de domingo, com frases curtas dos deputados sobre um tema. Brincam sobre as escolhas de quem ouvir, já que procuram representantes de diferentes partidos. No final da tarde, na reunião de pauta, Burd informou sobre o congresso do PSB, no domingo, informando que há manobras sendo arquitetadas, como a saída do governo federal. Na reunião, também fecharam a edição de domingo, deixando apenas um espaço para atualizar no sábado pela manhã com o que for publicado pelas revistas semanais. Nesse dia, o fechamento do material da edição de sábado aconteceu mais tarde, já que dependia do material a ser produzido pelo repórter que acompanhava a chegada de Olívio Dutra.

No domingo, a movimentação na redação começou a partir das 15h. Havia dois repórteres escalados, além do editor. As matérias previstas trataram da cobertura do congresso do PSB, onde existia um repórter do jornal, e de uma reunião da comissão de ética do diretório nacional do PT, julgando o ex-tesoureiro Delúbio Soares. Essa última pauta acabou “caindo”, já que o tema não foi tratado na reunião. O repórter passou, então, a procurar deputados gaúchos que atuaram nas CPIs em busca de novidades. No final da tarde, retornou o repórter que estava no congresso do PSB. Pela manhã, Burd entrevistou o governador Germano Rigotto, que embarcou para o Uruguai para participar de uma feira agropecuária. Resolveram procurar o senador Pedro Simon para ouvir sobre a crise política. O repórter avaliou que as avaliações renderam a abertura de página na falta de matéria melhor, o que acabou ocorrendo.

5 DOS FATOS ÀS NOTÍCIAS

A notícia é o produto oferecido pelos jornalistas à sociedade e os fatos, sua matéria-prima. Toda notícia mantém, obrigatoriamente, vinculação com algum tipo de materialidade, de ocorrência, seja ela um acidente ou um evento como uma entrevista coletiva, por exemplo. É na crença da verdade do que é relatado nos veículos de comunicação que se fundamenta a relação com os leitores e a credibilidade depositada pela sociedade no jornalismo. A notícia não é o fato em si, mas a apreensão realizada pelo jornalista de um relato de uma ocorrência real, mas que não pode ser retida em sua essência, somente a partir de testemunhos e reconstituições. Os fatos são resignificados pelo processo de produção do jornalismo, e a notícia é o produto da indústria jornalística.

A credibilidade do discurso jornalístico funda-se em um compromisso tácito entre o veículo e o público segundo o qual os fatos noticiados são reais. No entanto, a veiculação de um fato real no discurso jornalístico é, em si, outro fato real. Os fatos originários têm conseqüências em si (por exemplo, o desvio de recursos causa a interrupção de uma obra) e outras conseqüências quando noticiado (o escândalo, a eventual punição dos responsáveis, etc.) (LAGE, 2005, p. 119).

Os fatos são ocorrências da natureza e, sobretudo, sociais, ações consumadas em um determinado instante. A ocorrência em si é o que se chama de real¹¹. Disso desdobram-se interpretações, sejam elas de quem esteve diretamente envolvido na ocorrência, de quem a presenciou ou de quem irá coletar as informações sobre ela. O fato resume-se à ocorrência em si e não pode ser apreendido dentro de toda sua essência e componentes. Dessa maneira, o que os jornalistas buscariam seriam interpretações ou apreensões individuais sobre o fato e que depois seriam levadas ao conhecimento do público em forma de notícia. O fato não está presente na notícia, mas sim uma interpretação dele, construída a partir das regras jornalísticas

¹¹ Existem ocorrências que estão em um nível de superfluidade em que acabam conferindo outras tonalidades do real, como a cobertura realizada por ZH na passagem de Roberto Jefferson por Porto Alegre.

de produção. “As teorias que pensam a notícia como construção da realidade se caracterizam basicamente por considerar que a realidade apresentada pelos jornais adquire tal condição pelo próprio trabalho jornalístico” (GUERRA, 1998, p. 43). São apontados três momentos para que essa apropriação ocorra: o repórter se volta para a sociedade para conhecê-la, a cultura e a sociedade fornecem ao repórter informações sobre como o mundo deve ser entendido e a estrutura de trabalho – as rotinas – acaba por dar um direcionamento na cobertura. Ou seja, as notícias são construídas a partir da ação do jornalista.

As pesquisas que tratam da notícia como construção rejeitam a teoria do espelho, em primeiro lugar, porque não é possível distinguir a realidade e os mídia noticiosos que devem distinguir essa realidade, uma vez que as próprias notícias veiculadas ajudam a construir a realidade a partir da sua repercussão. Em segundo lugar, a linguagem não é transmissora direta do significado dos acontecimentos. Em terceiro lugar, aponta Traquina (2004), a própria estrutura de produção acaba por determinar a representação dos acontecimentos, seja pela rotina organizativa, pelos orçamentos que dificultam determinadas coberturas ou a própria condição de ação da organização frente aos fatos imprevistos. Um fato, para se tornar notícia, está sujeito ao processo produtivo diferenciado de cada veículo de comunicação, ou, como escreveu Darnton (1990), “a notícia não é o que aconteceu no passado imediato, mas o relato de alguém sobre o que aconteceu” (DARNTON, 1990, p. 18), alertando ainda que muitos historiadores não fazem essa distinção e consideram “os jornais como repositórios de fatos em si”.

A sociologia do conhecimento define que a realidade é construída socialmente e que cabe a ela analisar o processo em que isso ocorre. Berger e Luckmann (1985, p. 11) definem “‘realidade’ como uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser

independente da nossa própria volição (...) e ‘conhecimento’ como a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas”. Essa compreensão é fundamental para o entendimento dos processos através dos quais os fatos são apropriados na forma de relatos, notícias, levados ao conhecimento da sociedade.

Mas como identificar, dentre a abundância de ocorrências diárias, aquelas que serão transformadas em notícia, atravessarão a linha industrial do jornalismo, os processos de produção, para chegar no dia seguinte nas mãos dos leitores, representando para eles o que de mais importante aconteceu? Para Tuchman (1977, p. 45 *apud* WOLF, 2003, p. 195), a superabundância de fatos que poderiam se transformar em notícias exige dos veículos três tarefas: a possibilidade de reconhecimento de um evento como noticiável, a elaboração de modos de relato desses eventos e a organização do trabalho, criando condições para que esse evento possa ser noticiado. Essas tarefas estão todas inter-relacionadas. Então, têm-se a cultura profissional e as restrições ligadas à organização do trabalho. Os eventos, para serem considerados como noticiáveis, devem satisfazer as três tarefas acima. “A noticiabilidade é constituída pelo complexo de requisitos que se exigem para os eventos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas –, para adquirir a existência pública de notícia” (TUCHMAN, 1977, p. 45 *apud* WOLF, 2003, p. 195).

A noticiabilidade está ligada aos processos que tornam rotineira a produção jornalística. Isso se deve ao fato de que é preciso estar organizado para fazer frente aos fatos variáveis e imprevisíveis, que marcam o jornalismo. Altheide (1976 *apud* WOLF, 2003) relaciona a definição de notícias à definição dos jornalistas e que, raramente, seriam explicitadas, constituindo o *modus operandi* da atividade. Porém, não é possível afirmar, com

base nisso, que ocorre uma seleção arbitrária, visto que são desenvolvidos procedimentos práticos para resolver as questões operacionais. A noticiabilidade de um fato está sujeita aos interesses e às necessidades dos veículos e dos jornalistas. Dessa maneira, os critérios de relevância são flexíveis e são, de acordo com Altheide, sempre considerados com relação à capacidade de produção do veículo.

A imagem de um processo estabelecido de maneira rígida e de uma avaliação esquematicamente preordenada da noticiabilidade é falaciosa: suas margens de flexibilidade e de ajuste induzem a adiantar uma hipótese sobre a natureza negociada dos processos de produção de informação. Sendo assim, o produto informativo parece ser o resultado de uma série de negociações, orientadas pragmaticamente, que têm por objeto o que deve ser inserido e de que modo deve ser inserido no jornal, no noticiário ou no telejornal. Essas negociações são realizadas pelos jornalistas em função de fatores com diferentes graus de importância e de rigidez, e ocorrem em momentos diversos do processo de produção (MAGISTRETTI, 1981 e WOLF, 2003, p. 200).

Diariamente, jornalistas das editorias de política de Zero Hora e Correio do Povo organizam uma listagem de fatos que deverão ser cobertos pelos profissionais naquele dia a fim de gerar a edição do jornal. Em geral, baseiam-se nas atividades previstas para ocorrer naquela data, como uma reunião partidária, um depoimento em alguma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), um anúncio por parte do Governo ou, ainda, uma data especial e que mereça a atenção do jornal, como o aniversário de nascimento ou falecimento de um político ilustre. A partir desse panorama estruturado na pauta começa a se desenhar a edição do jornal. Durante o dia, novos fatos podem chegar ao conhecimento dos jornalistas e receberem a atenção do veículo, no entanto, já terão que disputar espaço com as previsões iniciais da pauta e, muitas vezes, saem vencedores nessa disputa, principalmente, pelo caráter de atualidade.

As informações chegam aos jornais, basicamente, por meio de duas fontes: agências de notícias e assessorias de imprensa. As agências são as responsáveis pelas notícias de outros estados e de Brasília. Mesmo que Zero Hora tenha uma sucursal na Capital Federal, é

extremamente dependente dos materiais produzidos pelas agências e outros veículos, como emissoras de rádio e TV. Nos dois jornais, os jornalistas, em entrevista ao pesquisador, expressam que é difícil “sair na frente dos outros” quando não se têm equipes bem-estruturadas para cobrir o Congresso e o Palácio do Planalto, locais onde as pautas políticas efetivamente acontecem. Dessa maneira, ficam reféns dos enquadramentos e das pautas produzidas pelas agências e outros veículos. Pode-se perceber, pelas entrevistas e pelo acompanhamento das discussões na equipe, que há um desconforto dos jornais, especialmente ZH, em não conseguir realizar um trabalho investigativo como fazem as revistas semanais, por exemplo. Além disso, os jornais acabam publicando as matérias com pelo menos um dia de atraso, depois de já terem repercutido nos meios eletrônicos. Dessa maneira, ficam atrás na corrida contra o tempo travada constantemente pelo jornalismo. A identificação dos fatos que poderão ser transformados em notícias em um período de tempo adequado para a apuração está ligada diretamente com a qualidade da cobertura realizada pelo veículo, por isso o desconforto das equipes em depender de outros meios de comunicação.

No entanto, com relação à cobertura local, a proximidade com as fontes parece dar mais segurança aos jornalistas para o acompanhamento das ocorrências, reduzindo também a dependência das assessorias de imprensa e das agências de notícias. Para garantir o permanente contato com as principais fontes da editoria, o Correio do Povo adota o sistema de repórteres setoristas. Cada um dos quatro jornalistas é responsável por alguns partidos e locais, como o Palácio Piratini, a Assembléia Legislativa ou a Câmara Municipal. Quase que diariamente, ligam para dirigentes, deputados ou assessores, mesmo que não esteja prevista nenhuma pauta em especial, mas para “sentir o clima”, ter conhecimento das negociações, evitando ser pegos de surpresa, como relataram ao pesquisador. Também cultivam o hábito de ir aos locais pessoalmente, reduzindo o uso somente de telefones para entrevistas, mas

fortalecendo as relações com as fontes. Ainda assim, o material divulgado pelas assessorias de imprensa tem grande importância nos jornais. Em ambos não são publicados *releases*, mas o material distribuído pelos assessores de governos, parlamentares ou partidos acaba por ser considerado entre os fatos do dia que poderão ser cobertos e publicados. Ou seja, a possibilidade de uma ocorrência ser identificada pelos jornalistas e transformada em notícia é maior quando os envolvidos integrarem o sistema que faz chegar as informações aos jornais. Fontes e instituições com assessorias de imprensa especializadas têm mais chance de serem reconhecidas pelos jornalistas do que aqueles que não contam com esse apoio. Escreve Alsina (1989, p. 29) que

ao estudar a natureza do acontecimento, constato as inter-relações do mesmo com o sistema que lhe dá sentido. Como é natural, sempre me remeto, em última instância, ao sistema dos *mass media*. Ao determinar as características do acontecimento faço referência expressa aos meios de comunicação. (...) De minha parte, tenho relacionado o acontecimento-notícia com a realidade social a partir da noção da construção da realidade como produção de sentido através da prática produtiva e das rotinas organizativas da profissão jornalística. Por consequência, a concepção desta construção da realidade variará segundo o caráter que se outorgue a própria realidade social¹².

Para os jornalistas das editorias de política de Zero Hora e Correio do Povo, a identificação correta dos fatos a serem noticiados exige muita atenção dos profissionais para não se tornarem vítimas de artimanhas políticas. Muitas informações são “plantadas”, como se diz no jargão jornalístico, sem ligação com facticidade, mas interessadas em garantir a divulgação de informações que poderão determinar outros acontecimentos nas esferas políticas.

No período analisado pela pesquisa, a cobertura realizada pelos dois jornais concentrou-se, maciçamente, nas CPIs em andamento no Congresso Nacional e que investigavam denúncias de compra de votos de deputados por parte do Governo Federal,

¹² A tradução do original em espanhol é de responsabilidade do pesquisador.

prática de Caixa 2 nas campanhas eleitorais, utilização de recursos públicos pelos partidos e uso de empresas públicas em benefício próprio. Além disso, trataram de disputas partidárias e repercussões das investigações realizadas em Brasília e no Rio Grande do Sul, procurando verificar possíveis irregularidades também no Estado. Dessa maneira, ficou evidente a dependência dos veículos pela cobertura realizada pelas agências de notícias e outros veículos, uma vez que grande parte do espaço nas páginas era ocupada por matérias oriundas de Brasília e, algumas vezes, apenas editadas pelas equipes de jornalistas em Porto Alegre.

Nos primeiros estudos sobre a produção jornalística, David Manning White (1999) nos apresenta, a partir de um trabalho do final da década de 1940, um personagem a quem chamou de Mr. Gates, editor telegráfico responsável pela seleção entre os materiais enviados por agências de notícias ao jornal daqueles que seriam publicados. Ali passava a ser desenvolvida a teoria do *gatekeeping* e se começava a “compreender como a comunicação de ‘notícias’ é extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do gatekeeper” (WHITE, 1999, p. 145).

Mesmo que os motivos indicados pelo selecionador possam parecer subjetivos, há uma grande identificação entre as histórias escolhidas, apontou White. Entre as razões pela recusa aparecem com destaque a falta de espaço (das 1.333 explicações de recusa, 800 têm esse motivo), sobreposição com outras histórias (300), falta de interesse jornalístico, distância geográfica, entre outras. Nas editorias de política do Correio do Povo e da Zero Hora, não há um jornalista com a tarefa claramente definida de selecionar os fatos a serem publicados. Essa é uma das tarefas do editor e dividida com os demais membros das equipes, que, pela facilidade de acesso às agências de notícias e ao material enviado pelas assessorias de imprensa, tomam conhecimento da oferta de informações. No entanto, a decisão final cabe ao

editor, é ele que definirá o que será ou não publicado e qual espaço receberá. E o espaço, ou a falta dele, é uma das principais alegações para a não publicação ou redução das matérias. Mesmo assim, em entrevista ao pesquisador, a maioria dos jornalistas das editorias diz que o espaço destinado à editoria é adequado em comparação com as demais áreas do jornal.

Outra razão para a não publicação de determinada informação refere-se ao tempo. A pesquisa de White mostrou que quanto mais tarde chegavam as notícias, maior era o número de alegações “sem espaço” ou “serviria”. Ou seja, para cumprir a rotina diária de produção industrial de uma edição de jornal, acabam sendo privilegiadas ocorrências em um período de tempo capaz de dar condições de apuração e redação por parte dos jornalistas. Há um determinado momento do dia em que não é mais possível promover grandes mudanças, sob pena de atrasar todo o processo de impressão e distribuição do jornal. Esse tempo começa a se extinguir com a chegada da noite. No Correio do Povo, os repórteres cumprem uma carga horária diária de cinco horas, controladas rigorosamente pela direção do jornal para que não sejam excedidas em função de processos trabalhistas da qual já foi ré. Dessa maneira, chegam ao jornal a partir das 14 horas e permanecem até às 19 horas. No entanto, a reunião de pauta da editoria ocorre entre as 18 horas e 18h30min. É nesse encontro que as matérias e seus enfoques são definidos. Após a reunião, os textos são finalizados e entregues ao editor. O que ocorrer após esse horário poderá ser incluído na edição, principalmente informações nacionais provenientes de agências de notícias, mas não produzidas pelos repórteres da editoria. O horário de fechamento do CP é às 0h30min, em uma única edição, impressa em três parques gráficos no estado – Porto Alegre, Carazinho e São Sepé. Para a equipe do Correio do Povo, o tempo disponível para a realização do trabalho é suficiente e adequado à quantidade de material que deve ser produzido para preencher o espaço de uma página concedido à editoria geralmente. Apontam que a equipe tem grande capacidade de mobilização em caso de

ocorrências inesperadas, re-organizando-se e produzindo, em pouco tempo, o material necessário para a edição.

Essa capacidade de mobilização da equipe também é destacada pelos jornalistas da editoria de política de Zero Hora como ponto forte e estratégia para vencer o tempo, muitas vezes escasso, para a produção das matérias. A rotina diária de ZH é mais extensa que no CP, iniciando as atividades já no turno da manhã. Mesmo assim, há os característicos momentos de tensão no final da tarde, quando se aproxima o horário de fechamento. Em comparação com o CP, o encerramento da edição em ZH acontece pelo menos duas horas antes, às 22h30min, quando começa a ser impressa a primeira edição do jornal, direcionada para municípios mais distantes da Capital, impressa em Porto Alegre e em Cruz Alta. Após esse horário, há a segunda edição, que é normalmente atualizada até às 0h30min. No entanto, o processo de fechamento das páginas de ZH exige que algumas sejam finalizadas a partir de uma escala de horários após as 20h, evitando a concentração de páginas para revisão no horário máximo. Também há outra particularidade de ZH em relação ao CP no que diz respeito à diagramação das páginas e utilização de recursos gráficos. Como o projeto gráfico do CP já é pré-estruturado, não é preciso preocupar-se com a diagramação. Em ZH, pelo contrário, a editoria recomenda e cobra a inovação na diagramação das páginas, com farta utilização de fotografias e infográficos. Esse material de arte precisa de mais tempo para ser produzido, o que obriga o repórter a prepará-lo com tempo hábil para inclusão na página. Além disso, os subeditores, responsáveis pela edição da página, atuam em conjunto com o repórter para definição da diagramação a ser utilizada, as fotos e os infográficos.

A compreensão da força do processo industrial de produção de notícias na definição do que será publicado, de que maneira será feito e com qual ênfase nos leva à constatação de

que a estrutura possui um poder forte na edição do jornal, reduzindo a força concentrada, muitas vezes, nas mãos do jornalista. Estudos posteriores sobre a teoria do *gatekeeping* concluem que as decisões do *gatekeeper* “estavam mais influenciadas por critérios profissionais ligados às rotinas de produção da notícia e à eficiência e velocidade do que por uma avaliação individual de noticiabilidade” (PENA, 2004, p. 134). No entanto, a problemática da seleção de notícias não é abandonada dos estudos sobre o jornalismo, mas passam a tratar na maneira como a seleção é realizada, envolvendo os contextos em que atua o selecionador, considerando as decisões dentro de um processo de produção e organização que envolve todos os níveis da redação.

A pesquisa de White e outras realizadas posteriormente “confirmam que, na seleção e no filtro das notícias, as normas ocupacionais, profissionais e organizacionais parecem mais fortes do que as preferências pessoais” (WOLF, 2003, p. 185). A seleção de notícias não pode ser entendida como uma etapa isolada no processo de produção, mas sim integrada a um sistema. O modo como é realizada essa filtragem pelo *gatekeeper* pode, também, indicar o controle do meio de comunicação sobre as informações, a ideologia do veículo ou editoria, a linha política adotada.

Em suma, os estudos sobre *gatekeeper* relacionam o conteúdo do jornal com a seleção das notícias. Já estudos recentes sobre a produção da notícia tratam da imagem da realidade social mostrada pela mídia ligada à organização e à produção dos *mass media*. Afastam-se da idéia de distorção deliberada e informam que as notícias são influenciadas pelos valores sociais. De acordo com Wolf,

autonomia profissional e distorção na informação surgem como dois lados da mesma moeda: a perspectiva é muito mais radical do que a que, ao reconduzir toda carência e manipulação da cobertura informativa exclusivamente a pressões e influências

explícitas externas, impede a apreensão do funcionamento da “distorção inconsciente”, ligada às práticas profissionais, às rotinas de produção normais, aos valores compartilhados e interiorizados sobre as modalidades de desempenhar o ofício de informar (2003, p. 189).

Ao que parece, há a consideração das distorções involuntárias, inerentes a uma prática humana e, sob alguns aspectos, subjetiva, como o jornalismo. É preciso conhecer o sistema de valores e o processo de produção dos meios de comunicação de massa, já que são dois elementos indissociáveis. Por isso, a pesquisa leva em conta os fatores organizacionais e aqueles ligados à peculiaridade da matéria-prima trabalhada.

Então, quais as razões que levam os jornalistas a escolher determinados fatos ao invés de outros, selecionando aqueles que serão transformados em notícias e renegando à não existência pública um grande número de ocorrências? A observação e as entrevistas realizadas demonstram que há uma certa dificuldade dos profissionais em expressar seus critérios de seleção. Na maioria dos casos, recorrem ao interesse do leitor, à repercussão que tal fato terá na vida das pessoas, à necessidade de conhecimento dos bastidores da política. A falta de critérios claros e pré-definidos se manifesta nas reuniões de pauta realizadas diariamente nas duas editorias, nas quais os jornalistas discutem sobre a importância ou não de publicar as ocorrências e tentam traçar implicações a respeito da evolução dos acontecimentos. Nesses momentos, também são direcionadas as coberturas, apontados os enfoques das matérias. No entanto, não há unanimidade entre os profissionais para apontar os caminhos a seguir e as vozes diretivas acabam tendo mais força.

5.1 VALORES-NOTÍCIA

No processo de seleção, há várias características do fato que fazem com que seja selecionado, desde que se enquadre em uma lista de valores, atendendo as necessidades de

relevância, interesse e significação para publicação. Mesmo que os valores-notícia apareçam individualizados em uma lista, eles atuam de modo complementar e não estão concentrados apenas na seleção das notícias, mas também presentes em todas as demais etapas da produção. Além de indicar se tal fato será ou não notícia, os valores-notícia hierarquizam as matérias, seu posicionamento na página e o enfoque da reportagem (WOLF, 2003). Os valores-notícia são, ainda, referências que auxiliam na elaboração complexa e rápida dos noticiários, o que faz com que sejam aplicáveis sem muita reflexão. No entanto, devem ser flexíveis para comportar a dinâmica dos fatos. Também precisam ser comparáveis e relacionáveis, uma vez que é necessário encontrar parâmetros comparativos para efetuar a escolha. Em caso de ocorrência de novos fatos, a substituição deve obedecer a critérios rápidos e fáceis, por isso os critérios devem ser racionalizados. O objetivo final é garantir a eficiência, com uma quantidade adequada de notícias em um tempo correto, sem desperdício de esforços ou recursos.

O resultado é um amplo número de critérios, e toda notícia disponível pode ser avaliada com base em muitos deles, alguns contrastantes entre si. Para prevenir o caos, a aplicação dos critérios relativos às notícias requer consenso entre os jornalistas e, sobretudo, uma organização hierárquica em que aqueles com mais poder possam impor sua opinião sobre os critérios relevantes para uma determinada notícia (GANS, 1979, p. 82 *apud* WOLF, 2003, p. 204).

Pela definição acima, os valores-notícia aparecem ligados diretamente à necessidade de desenvolvimento de condições de produção das notícias em um ritmo que consiga abastecer as páginas do jornal. É necessário selecionar dentre um grande número de acontecimentos, aqueles que terão existência pública. Após, hierarquizar-los na edição e na página, considerando nesta etapa os limitantes do espaço. Ainda é preciso ter condições de realizar a apuração do fato, envolvendo questões relacionadas à disponibilidade de tempo e de recursos humanos. No entanto, os critérios devem ter flexibilidade para os momentos inesperados, onde todo o planejamento pode ser substituído por uma nova programação. Para

isso, a redação tem os critérios racionalizados e agilidade para operacionalizar o cumprimento da nova demanda. Os valores-notícia são dinâmicos, acompanhando a evolução da sociedade, porque se não fossem assim, comprometeriam a capacidade dos meios de comunicação de massa em informar com atualidade. A especialização dos jornalistas em áreas ou temas específicos também está relacionada aos valores-notícia, pois um repórter especializado em determinada área terá o compromisso de trazer notícias. Um exemplo disso, na editoria de política, são os repórteres setoristas, responsáveis por acompanhar partidos políticos, secretarias e outras instâncias de governo. Para Wolf (2003), os valores-notícia derivam de considerações relativas ao conteúdo das notícias, à disponibilidade do material e dos critérios relativos ao produto, ao público e à concorrência.

Os critérios substantivos estão ligados à importância e ao interesse da notícia. Quatro variáveis estão envolvidas neste processo de importância. O primeiro deles é o grau e o nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável. Em seguida, o impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional: um evento deve ter relevância frente ao sistema de valores ideológicos e aos interesses próprios do país. A esse fator agrega-se o critério da proximidade geográfica e cultural. A terceira variável refere-se à quantidade de pessoas envolvidas no fato, seja diretamente ou potencialmente. Por fim, a relevância do acontecimento em função do desenvolvimento de fatos futuros. Já as variáveis relacionadas ao interesse da notícia são mais heterogêneas, ligadas às imagens que os jornalistas fazem do público. É preciso atrair os receptores com uma capacidade de entreter, pois não adianta um noticiário bem produzido que não tenha público.

Para os jornalistas de Zero Hora e Correio do Povo que participaram desta pesquisa, a importância do fato e o interesse do leitor no assunto são critérios que justificam a seleção ou

não de determinada ocorrência para publicação. Em conversas rotineiras ou nas entrevistas ao pesquisador, eles expressam a dificuldade em categorizar ou apontar critérios claros a respeito da seleção que fazem, mas, no entanto, dizem que buscam sempre responder a pergunta: “Isso interessa ao leitor?”. “E daí, quais são os critérios? Acho que são os mesmos que qualquer um deve usar. Passa pelo critério do que é mais importante. Acho que nós temos um desafio que é tornar o mais importante atraente”, disse um repórter de ZH ao pesquisador. Já outro repórter do mesmo jornal expressou-se assim:

E aquela velha pergunta: quais são os critérios? Critérios de relevância, importância da informação, que impacto terá na vida das pessoas. Nem sempre a gente consegue, nós sistematicamente fazemos avaliações, reconhecemos que a edição ficou mal, não ficou bem feita, principalmente em função daquele nosso grande desafio que é o tempo. A rigor, nós temos uma jornada de trabalho de oito horas, mas tu vais decidir mesmo em três horas, duas horas e meia, sabendo que há um fluxo de trabalho e não se pode deixar acumular tudo para as dez e meia da noite (Repórter de ZH em entrevista ao pesquisador).

Ao falar sobre os critérios de seleção, os editores dos veículos tratam também da preocupação em praticar um jornalismo independente, focado no interesse público e não no das fontes.

Critério de edição é do interesse público, o que a gente acha que tem interesse, distinguindo bem, e isso todo repórter de política sabe e o editor pratica isso por carimbar o momento final, aqui não se faz relações públicas de partido nem de políticos, aqui não tem privilégios, prevalece o interesse daquilo que entendemos que seja o interesse do leitor, interesse público, nas acertadas e erradas (BURD, em entrevista ao pesquisador).

Os meus critérios são baseados na busca, como imagino que em todos os veículos sérios do Brasil e do mundo, na busca da informação, da notícia, de uma forma precisa, objetiva, clara, preocupada com o receptor, o leitor, e que a apuração seja feita da forma mais independente possível (ARAÚJO, em entrevista ao pesquisador).

A importância dentro do cenário coberto pela editoria de política e o reconhecimento de um indivíduo pela sociedade fazem com que atividades nas quais esteja envolvido recebam maior ou menor atenção da mídia. Os repórteres da editoria de política estão habituados a

relacionarem-se com pessoas de importância hierárquica dos diversos poderes, mas mesmo assim há aqueles que alcançam maior destaque e ocupam mais espaço nas matérias publicadas. Isso se dá, na maioria das vezes, pela função que exercem. Por exemplo, deputados gaúchos que integram as CPIs foram mais procurados e citados em matérias de ZH e CP no período observado. O senador Pedro Simon (PMDB/RS) é outro exemplo. Apontado por políticos e analistas da área como referência no Congresso Nacional, as opiniões emitidas pelo senador recebem bom espaço nas edições dos jornais, como ocorreu em ZH em 19/07/05¹³, e em CP na edição de 1º/08/05¹⁴, quando um repórter procurou Simon por telefone motivado pela ausência de assuntos no domingo para a edição de segunda-feira e acabou por transformar as declarações do senador na matéria de abertura da página, espaço destinado à reportagem mais importante da edição. Por outro lado, a importância hierárquica das fontes da editoria faz com que os jornalistas sejam constrangidos para a publicação ou não de matérias.

Como todas as fontes da editoria de política são, em tese, de reconhecido destaque na área, a importância do fato a ser noticiado é um valor-notícia que pode definir a publicação ou não de uma notícia. No entanto, os acontecimentos que geralmente envolvem políticos têm impacto sobre a nação e interesse social e por isso, são conjugados à hierarquia dos envolvidos. As denúncias de corrupção e as CPIs em andamento no Congresso no período de observação não deixam dúvidas quanto à importância que possuem para o País e, sendo assim, ocupam o maior espaço nos jornais. Esse foi o tema diário das manchetes. Além disso, têm grande relação com os fatos futuros e uma das intenções do jornalismo é indicar possíveis acontecimentos ou encaminhamentos a partir das ocorrências do presente.

¹³ Anexo F.

¹⁴ Anexo G.

Temas ligados ao Rio Grande do Sul receberam maior atenção, como as hipóteses de vinculação do PT gaúcho às denúncias de uso de Caixa Dois nas campanhas eleitorais e a demissão de Olívio Dutra do Ministério das Cidades. A proximidade geográfica e cultural é um valor-notícia que pode determinar a publicação e a maior cobertura de um fato. Por exemplo, ZH não publicou a matéria do jornal O Estado de São Paulo com uma lista de pessoas que teriam sacado dinheiro nas contas do publicitário Marcos Valério sob a alegação de que a fonte da reportagem não era identificada e não havia informações sobre sua idoneidade. Mas publicou e repercutiu em edições seguintes a reportagem do Jornal Já, de Porto Alegre, a respeito do recebimento de recursos de Marcos Valério na campanha de Raul Pont à prefeitura da Capital. O que diferencia um fato do outro é justamente o critério de proximidade. Um fato de interesse direto da comunidade atendida pelo jornal não poderia passar sem ser publicado, mesmo que a fonte da reportagem de origem não seja de conhecimento de ZH. Um repórter de ZH revelou, em entrevista ao pesquisador, que há a intenção do jornal em procurar relações de fatos de interesse nacional ou internacional com o Rio Grande do Sul. “A gente sempre procura alguma coisa mais localizada pro jornal, alguma coisa que tem a ver com pessoas aqui do Rio Grande do Sul” (Repórter de ZH em entrevista ao pesquisador).

Para que uma ocorrência se transforme em notícia é preciso que seja de conhecimento dos mídia noticiosos, acontece em um horário no qual é possível ao veículo realizar a cobertura, em um local de fácil acesso ao jornalista, sem demandar muitos custos para a empresa, além das demais características tratadas anteriormente. Ou seja, é preciso que possa ser tecnicamente tratado por meio das rotinas jornalísticas de produção. São valores-notícia relacionados ao produto, à disponibilidade de material e às características específicas do meio de comunicação. De nada adianta ocorrer um fato extraordinário em um lugar onde não é

possível ter acesso ou as condições de transmissão de informações sejam inoperantes. Se o investimento para realizar a cobertura for muito grande, o veículo não irá noticiar o fato. É claro que, em função da relação com outros valores-notícia, o evento pode ter pontos relevantes que justifiquem a despesa.

Com relação ao produto, estão em jogo critérios como as condições técnicas e organizacionais e os limites do próprio meio. Acontecimentos em Brasília dificilmente serão acompanhados por repórteres da editoria de política do CP, uma vez que o jornal não possui equipe própria de jornalistas na Capital Federal, contando com o material produzido por agências de notícias para publicação, o que é motivo de frustração e indicativo de limitação do veículo para alguns jornalistas do jornal ouvidos pelo pesquisador. No entanto, fatos ocorridos em Porto Alegre ou próximos à Capital podem ser acompanhados pelos repórteres. A brevidade também é um critério nesta classe. É preciso ser objetivo ao se relatar o fato, para se ter condições de oferecer uma lista maior e mais representativa dos acontecimentos do dia. Inclui-se também o critério que relaciona a notícia como resultado da ideologia da informação. Sob esse pressuposto, são noticiáveis, em ordem de prioridade, os eventos que constituem uma infração, os que alteram a rotina. A novidade também é um valor-notícia ligado ao produto. Os eventos noticiáveis devem ter ocorrido no intervalo de tempo entre uma edição e outra. Por fim, procura-se um produto equilibrado, fazendo com que um dos valores-notícia seja dar uma carta de vários tipos de notícias na edição. Sobre esse ponto específico, Wolf (2003) chama a atenção para a cobertura política:

Obviamente, a forma mais explícita, recorrente e formalizada de equilíbrio diz respeito à cobertura informativa das forças políticas e partidárias: sobre esse argumento, muito foi escrito e dito; sendo assim, é suficiente observar apenas um ponto. No que concerne às rotinas reais de produção, a tensão ideal em relação a uma informação pluralista transforma-se exatamente na prática de equilíbrio, razão pela qual a cobertura informativa sobre o partido X deve corresponder sobre o partido Y e assim por diante (WOLF, 2003, p. 219).

Os repórteres e editores dos dois jornais observados não revelam preocupação quanto à quantificação da cobertura realizada dos partidos políticos. Esse fato, segundo relataram, fica mais evidente em períodos eleitorais, quando há o esforço em garantir igual espaço aos candidatos com mesmo peso eleitoral. No dia-a-dia, a relevância das atividades partidárias é mais importante para a definição da cobertura e do espaço a ser destinado à notícia.

Os critérios relativos ao meio também devem ser levados em conta. Para televisão, as imagens têm um grande valor e a capacidade do fato em gerar boas ilustrações para a matéria é um diferencial. Todavia, não é um valor-notícia decisivo, uma vez que são freqüentes as coberturas de fatos que não geram boas imagens, mas atendem a outros critérios, principalmente de importância e relevância. Para Zero Hora, a edição visual da página é um ponto importante no processo diário de produção do jornal e é objetivo do veículo obter um efeito visual capaz de atrair a atenção do leitor. Por isso, a capacidade do evento em gerar boas imagens também pode ser apontada como um valor-notícia importante, ou que pode influenciar a definição do espaço destinado à matéria, se terá a publicação de uma foto ou se a página será colorida. Muitas vezes, notícias não tão relevantes recebem bom espaço em função das imagens que produziram, como um protesto de esposas de militares em Brasília (ZH, 19/07/05)¹⁵ e manifestações contra Lula no interior de São Paulo (ZH, 20/07/05)¹⁶ ou em Pelotas (ZH, 21/07/05)¹⁷. Com relação ao meio, há outros valores-notícia, como a freqüência (capacidade do evento em ocorrer e gerar significados dentro do espaço de tempo de produção da edição) e o formato (os limites de espaço e tempo característicos de cada produto).

Há, ainda, os critérios relativos à imagem que os jornalistas constroem do público. É um valor-notícia de muitos contrastes, pois os jornalistas conhecem pouco seu público e têm

¹⁵ Anexo H.

¹⁶ Anexo I.

¹⁷ Anexo J.

pouco interesse em conhecê-los. Em ZH, os jornalistas contam com algumas informações relativas aos assuntos mais lidos pelos leitores na edição, repassados à redação pelo setor de atendimento ao leitor, ou as editorias com maior índice de leitura. As correspondências enviadas aos jornalistas também servem de parâmetro, assim como os comentários ouvidos nas ruas, em conversas informais. A opinião das fontes também parece influenciar os jornalistas, que revelam satisfação ao ouvir elogios às reportagens ou repercussões. Explica Wolf (2003) que os jornalistas devem produzir programas informativos e não satisfazer o público. Por outro lado, as exigências do público são cada vez mais presentes nas rotinas de produção. Muitas pautas são pensadas com o objetivo único e exclusivo de entreter o público, como a reportagem a respeito de pessoas calvas apelidadas de Marcos Valério. O jornalismo tem também essa função de oferecer momentos de prazer e distração ao leitor, seja pelos assuntos trabalhados nas reportagens ou pelo tratamento dado às informações, em se tratando de jornais, principalmente gráfico.

Os critérios relativos à concorrência encerram a listagem de valores-notícia. Três aspectos estariam presentes nesse critério: a concorrência entre os veículos de informação por furos e materiais exclusivos, a seleção de determinadas notícias por se acreditar que os outros veículos irão noticiar e o desencorajamento de inovações, o que contribui para a semelhança entre as coberturas dos veículos. ZH e CP são os maiores jornais diários gaúchos e possuem tiragens e poder de influências semelhantes. Concorrem em busca de leitores e anunciantes. Na redação, essa disputa se dá em busca de fatos exclusivos, entrevistas ou enfoques aos quais o outro jornal não terá acesso. Durante a observação, não foi possível perceber uma preocupação direta e permanente quanto ao risco do concorrente publicar a notícia, mas os comparativos são freqüentes, comentando o tipo de cobertura realizada por cada veículo ou as condições de produção que possuem. A partir da declaração do editor de política do Correio

do Povo é possível observar que o leitor pode ser o principal beneficiário nesse processo de concorrência.

Nós aqui não usamos release, os jornais não usam mais releases. Nós buscamos as nossas pautas, elas podem até coincidir, mas nos jornais de Porto Alegre, de um modo geral, como regra, os enfoques são diferentes porque não baixamos releases. Imagino se todos baixassem releases, não haveria nem reportagens e nem diferenciação entre os jornais. Os leitores se identificam com a forma X, Y ou Z, de matérias mais longas, mais especulativas ou menos, com mais declaração ou menos declaração. Qual é o parâmetro? É o motorista de táxi, a moça do cafezinho, são os amigos, são os políticos, o livreiro, cada um aqui tem um universo, e a tiragem do jornal. Se o jornal tem uma tiragem alta, como tem, então é porque o jornal está acertando. O retorno com o e-mail, os telefonemas, isso tudo a gente vai botando, nós vamos avaliando a avaliação que fazem (BURD, 2005, entrevista ao pesquisador).

Os valores-notícia não devem ser considerados isoladamente, mas em função uns dos outros. Eles adquirem significado nos contextos prático-operativos. A todo o instante, repórteres e editores realizam o raciocínio de avaliar se um fato tem relevância ou não. Fazem isso de maneira quase que automaticamente, sem conseguir explicitar os critérios que utilizaram, mas sempre em comparação com outros fatos. Uma notícia pode ter todos os atributos necessários para ser publicada, mas ser preterida quando colocada em comparação com outra que possui maior destaque sob determinado aspecto. É importante perceber que, mesmo que atuem a partir de decisões pessoais, os valores-notícia aplicados são de conhecimento e uso comum de todos os jornalistas, mesmo os de outros veículos, diferenciando-se pelas características editoriais das publicações. Ou seja, há uma sintonia entre os profissionais que não nos permite dizer que o jornalista toma decisões unicamente a partir de seus conhecimentos ou vontades, mas faz isso em sintonia com um conhecimento compartilhado nas redações.

5.2 FONTES

As fontes são a principal riqueza de um jornalista que atua na editoria de política. É nela que os repórteres e editores encontram as explicações, as análises e as informações necessárias para as matérias que produzem. Bons contatos garantem o conhecimento das movimentações dos partidos e políticos, característica essencial da Política e que deve ser apreendida na cobertura realizada pelos jornais. Os fatos políticos, em muitos casos, não são anunciados ou não são eventos, como em outras editorias ocorre com mais frequência, mas são resultados de ações dos políticos, que muitas vezes procuram agir nos bastidores, sem dar publicidade. Já em outros, procuram publicar seus planos ou ações com interesse de provocar reações. Há ainda, uma tensão específica nesta editoria entre a publicização (quando há interesse da fonte neste sentido) e o ocultamento (quando os interesses são contrariados). Há ainda, as fontes que falam, mas não querem seu nome vinculado à denúncia ou à matéria jornalística. É a partir das diferentes fontes que o jornalista terá condições de avaliar e entender os processos. Sob o ponto de vista do jornalismo em geral, as fontes colaboram para a reconstituição das ocorrências não presenciadas pelos jornalistas ou para a explicação dos fatos. Na política, vão além disso, constituírem-se como próprios acontecimentos em função do que dizem ou fazem. A complexa relação entre jornalistas e fontes envolve uma série de fatores e que são problematizadores da objetividade jornalística. A qualidade da fonte está diretamente ligada à qualidade do produto jornalístico, por isso, encontrar boas fontes e mantê-las é objetivo dos jornalistas.

Refiro-me, especificamente neste caso, às fontes que se enquadram na categoria de verdadeiras, de acordo com a definição de Wolf (2003, p. 233), ou seja, pessoas que são entrevistadas ou observadas pelos repórteres, que repassam alguma informação que contribua para a apuração. Na maioria dos casos, essas fontes representam grupos ou instituições. A

outra categoria distintiva de Wolf trata das agências de notícias enquanto fontes. Entende-se que as informações divulgadas pelas agências contribuam para a apuração de uma reportagem, mas devem ser tratadas de maneira distinta das fontes primárias ou verdadeiras, uma vez que já são um produto jornalístico gerado pelos jornalistas que trabalham nas agências. As fontes são classificadas de maneiras diferenciadas.

As possíveis classificações das fontes são muito diferentes, conforme o parâmetro a que se faz referência: por exemplo, podem-se distinguir as fontes institucionais das oficiosas, ou as estáveis, opostas às fontes provisórias; uma categorização diferente separa as fontes ativas das passivas, conforme o grau de uso e o tipo de relações que se institui entre fonte e aparato de informação. Fontes centrais, territoriais e fontes de fase são categorias definidas não apenas pela localização espacial dessas fontes, mas também pelo tipo de utilização que se faz em relação à relevância e à noticiabilidade dos acontecimentos (WOLF, 2003, p. 234).

As fontes institucionalizadas são as que possuem mais força nas editorias de política de ZH e CP. Falar em nome do governo, de um partido ou de um movimento dá mais credenciais a um indivíduo para se tornar fonte do que a outra que é um simples integrante.

Tens que procurar as pessoas autorizadas a falar. Ontem mesmo, fiz uma matéria sobre uma manifestação dos servidores da Fazenda contra o Governo do Estado. O que eu fiz? Fui atrás do subchefe da Casa Civil, que era o cara que estava falando sobre o tema, e ouvi duas ou três entidades representativas dos servidores públicos, porque são categorias diferentes dentro da pasta da Fazenda, para ver o que eles estavam reivindicando. Acho que esse é o critério. Não adianta eu pegar quem não conhece. Não adianta pegar o secretário da Administração se quem está falando é a Casa Civil. Não posso pegar qualquer servidor, tenho que pegar as entidades que estão liderando (Repórter de ZH em entrevista ao pesquisador).

Isso se dá porque a relação entre jornalistas e fontes é marcada, sobretudo, pela confiança. A fonte deve oferecer a garantia ao jornalista de que o que afirma é verdade, caso contrário não terá validade para a apuração da reportagem. Dessa maneira, fontes ligadas a instituições representativas que promovam ações freqüentes de impacto social têm maior presença nas páginas de jornal do que aquelas que estão fora desse sistema, que só serão percebidas ao protagonizarem fatos negativos.

A busca pelas fontes não é um processo casual, mas também não pode ser considerado arbitrário. O repórter, ao apurar uma informação, busca sua fonte dentre várias opções, baseado em alguns critérios mais ou menos definidos pela prática jornalística. Não se pode negar que há um jogo de forças entre fontes, especialmente aquelas institucionalizadas ou com interesses que vão além da notícia, e os jornalistas. Nessa relação, um precisa do outro: o repórter necessita das informações para apurar sua notícia (e quanto mais exclusivas, melhor) e a fonte, em muitos casos, tem interesse em ter seu nome relacionado ao fato ou até mesmo em que determinado tipo de informação seja divulgado. Por parte dos jornalistas há a consciência desse fato e essa relação é tratada com naturalidade no dia-a-dia. Pela frequência com que se relacionam, a relação entre fontes e repórteres se aproxima do nível pessoal. Na busca de informações, os repórteres de política de ZH e CP costumam procurar fontes que irão somente indicar caminhos para a apuração da pauta, mas não serão citados na matéria.

Matéria sobre crise do PT. Antes mesmo de pedir uma entrevista como presidente estadual do PT, conversei com alguém de dentro do PT, um assessor com quem tenho contato para pegar um pouco de clima. Isso é uma coisa que faço em algumas pautas, não em todas, trocar idéias com alguém sobre aquele assunto, não é uma entrevista, só pegar o espírito (Repórter de ZH em entrevista ao pesquisador).

Diariamente, eu ligo para pessoas chaves dentro do PT, para uma fonte, um vereador, para um dirigente da executiva, daí eu começo a construir. Hoje eu liguei para uma fonte no começo da tarde. “Bah, cuida que o Olívio está vindo, mas o Estilac (Xavier, deputado estadual do PT) não quer abrir mão porque o Tarso quer que o Olívio ganhe a disputa aqui para presidente estadual do partido”. Daí em cima do que essa fonte, que não pode aparecer me disse, eu vou tentando chegar naquele passo formiguinha a um deputado, um dirigente. Mas claro que muitas vezes, o que tu tens no começo não vai chegar no fim porque as pessoas não vão te abrir de uma forma muito explícita, principalmente nessas coisas de política, que a gente trabalha com muita coisa especulativa (Repórter de CP em entrevista ao pesquisador).

A busca por fontes que possam ser identificadas na matéria e tenham reconhecimento para tratar do assunto é necessária, porque é preciso identificá-las na matéria. Aqueles que passam as informações de bastidores o fazem com a condição do anonimato, indicando os assuntos e possíveis desdobramentos, mas sem aparecer. No CP, as matérias precisam de fontes identificadas, como foi possível observar na apuração de uma matéria com um

especialista em Direito Bancário sobre as movimentações de caixa dois, quando o repórter explicou ao entrevistado que, se não pudesse citar seu nome, teria que procurar outro profissional nas mesmas condições e que pudesse aparecer. Em ZH, também é prática comum procurar fontes próximas ao jornal, inclusive os repórteres costumam comentar que precisam de alguém de confiança para “abrir” a história. Em muitos casos, as fontes não são identificadas nominalmente, mas apenas genericamente, como “especialistas”. Para que a utilização do anonimato ocorra, é preciso o conhecimento do editor. No entanto, ao utilizarem-se do recurso de procurar fontes próximas ao jornal, os jornalistas acabam por trabalhar com as mesmas fontes, aquelas que já construíram uma relação de confiança e disponibilidade com o jornal. De acordo com Wolf (2003), jornalistas especializados tendem a desenvolver relações mais próximas de suas fontes, que acabam se tornando até mesmo informantes de temas reservados. Porém, pode se desenvolver uma relação quase simbiótica entre fonte e repórter, que cria obrigações de uma parte em relação à outra. No jogo de forças, as fontes, neste caso, parecem ter mais poder.

Do ponto de vista dos jornalistas, os fatores que direcionam a escolha de uma fonte estão fortemente ligados à necessidade de gerar um produto informativo dentro de um período de tempo determinado (GANS, 1979 *apud* WOLF, 2003). Os fatores são: a oportunidade de contatar a fonte; a produtividade; a fidedignidade; a confiabilidade e a responsabilidade. Ao optar por fontes institucionais, os jornalistas têm a possibilidade maior de contar com informações e dados complementares, o que evita muitas fontes. A questão relativa à fidedignidade expõe um ponto de vista interessante: a fonte tem que ser fidedigna para que suas informações possam ser utilizadas sem a verificação com outras fontes. Contudo, a questão também pode ser resolvida de outra maneira, relacionando explicitamente a informação à fonte, deslocando a necessidade de fidedignidade da informação do jornalista

para a fonte. Essa é uma das estratégias relacionadas à construção da objetividade jornalística: o uso de aspas para identificar claramente as opiniões dos entrevistados, distanciando-as do texto jornalístico, que deve ser, por essência, objetivo. A credibilidade da fonte também conta nessa relação, pois contribui para que o entrevistado seja considerado confiável, muitas vezes a frequência de contatos contribui nesse sentido. Pressupõe-se que as fontes oficiais são mais confiáveis ou, pelo menos, que uma versão oficial deve aparecer na matéria. O tipo de informação gerada pela fonte também está relacionado à credibilidade da fonte. Personagens públicos, especialmente ligados à política, que procuram aparecer constantemente, por qualquer razão ou que geram fatos apenas com foco midiático, os chamados factóides, perdem pontos nesse quesito no momento da seleção de fontes.

5.3 A ORGANIZAÇÃO E AS NOTÍCIAS

Na descrição das rotinas produtivas das editorias de política dos jornais Zero Hora e Correio do Povo, foi possível perceber que o tempo entre a chegada dos primeiros jornalistas à redação e o encerramento da edição varia de 13h, no caso do primeiro, e 10h, no segundo veículo. Esse é o período de tempo usual para a apreensão dos fatos e sua transformação em notícias. É claro que muitos desses fatos poderão – e irão – ocorrer próximos ao horário final, o que exigirá da equipe condições de apurar, redigir e publicar em tempo hábil. Para que tudo isso funcione adequadamente e sem oferecer riscos à publicação do jornal ou atrasos em etapas subseqüentes, como a impressão e a distribuição, as tarefas são distribuídas entre os jornalistas e horários para entrega de matérias fixadas. Além disso, há uma hierarquia profissional dentro da redação – que passa pelo diretor de redação, editores-chefe, editores, subeditores e repórteres – que procura dar vazão ao processo, dividindo as responsabilidades e as decisões necessárias ao bom fluxo do trabalho. A maneira como esse veículo está organizado e os recursos que dispõem para produzir as notícias têm influência direta no tipo

de jornal a ser publicado, na qualidade da informação disponibilizada aos leitores e na maneira de atuar de seus profissionais.

Em 1955, Warren Breed (1999) escreveu um artigo no qual chamou atenção para a influência do contexto profissional, da organização e da burocracia do veículo nas escolhas dos jornalistas. O texto chama a atenção para o fato do principal foco de atenção dos jornalistas estar voltados para seu grupo – superiores e colegas de trabalho ou de outros veículos – e não para o público leitor. Exercer as funções de acordo com as expectativas dos chefes, mas sem comprometer-se com os demais membros da equipe, pode garantir benefícios na progressão profissional, ou, no caso inverso, punições. Breed indica que esses constrangimentos profissionais fazem com que o jornalista se conforme com as regras editoriais e abandone as crenças individuais.

O autor explica que cada jornal tem uma política editorial, que pode ser admitida ou não, e essa orientação manifesta-se na parcialidade. Os proprietários de jornais têm o que dizer a respeito de muitos temas, mas essa informação é disfarçada devido à existência de normas éticas do jornalismo. Breed alerta que nenhum executivo irá se arriscar a ser acusado de dar ordens para distorcer uma notícia, uma vez que a base da relação entre o veículo e os leitores – ou seja, o que garante a sua viabilidade econômica – é a confiança na verdade das notícias publicadas. O raciocínio de Breed prossegue para compreender como as regras da política editorial chegam aos repórteres. Os executivos, donos dos jornais ou seus editores, são os responsáveis pela política editorial, mas não os responsáveis pela redação das notícias. A pesquisa realizada pelo autor aponta seis mecanismos de manutenção da orientação política e que podem nos ajudar a compreender como a estrutura organizacional de Zero Hora e Correio do Povo podem determinar diferenças nas coberturas realizadas na área política.

Antes de tudo, a relação mantida entre os jornalistas e o jornal é a mesma que existe entre empregados e patrões de uma fábrica. Os chefes têm o poder de determinar as tarefas que cada um irá exercer, decidindo aqueles que ficarão com as reportagens mais importantes ou que terão apenas pautas “frias” para apurar. Cada membro dessa equipe sabe a importância de receber a confiança para boas matérias e o fato de não considerar adequada a matéria sugerida é um índice de insatisfação várias vezes expresso pelos jornalistas entrevistados nesta pesquisa. O tempo de trabalho na equipe é um fator que acaba por garantir maior independência aos jornalistas, que se sentem mais seguros por já terem demonstrado sua capacidade profissional, não dependendo mais desse tipo de avaliação tanto quanto os mais jovens.

Breed constata também o dever e a estima com relação aos superiores, que se transformam em sentimentos de obrigação para com a empresa. A observação permitiu perceber que muito mais do que em relação aos jornais, os jornalistas de ZH e CP têm esse sentimento em relação aos seus superiores hierárquicos. Pautas sugeridas por editores são realizadas e não questionadas, procurando adequar-se ao enfoque pretendido inicialmente. A aceitação aumenta de acordo com o crescimento do nível hierárquico de quem sugeriu o tema. No entanto, jamais são tratadas como ordens, sempre como sugestões. Isso se reflete em outro fator, as aspirações de mobilidade profissional. Os repórteres sabem que, no início da carreira, recebem pautas de menor importância para o jornal, mas que aos poucos buscam matérias de maior responsabilidade.

Eu vejo que por mais que uma pauta pareça de menor importância ou às vezes nem vá ser publicada, eu vou com a mesma vontade do que com relação às outras. Isso define o momento que estou vivendo na redação, aproveitar todas as chances que tenho de conviver, de aprender (Repórter de ZH em entrevista ao pesquisador).

Há, também, a ausência de fidelidades de grupos contrapostos, já que, segundo Breed, as redações são locais pacíficos, sem a presença de sindicatos. Na atualidade, a redação de ZH enfrenta um processo de negociação do dissídio salarial no qual os jornalistas assumiram as negociações, rompendo com o sindicato. Já no CP, a obrigação imposta pela direção do jornal de que todos os funcionários devem bater ponto e trabalhar somente a carga horária legal – cinco horas diárias – é apontada como limitante por alguns repórteres do jornal. Percebe-se que o sindicato perde a força de influência junto aos seus sindicalizados. A esse fato está relacionado a outros fatores, ao caráter prazeroso da atividade e à representação das notícias com um valor. Os jornalistas têm um comprometimento 24 horas por dia com os acontecimentos e as notícias, assumindo a tarefa de informar com um sacerdócio, que deve ser exercido acima de pretensões pessoais. Além disso, convivem com pessoas importantes, freqüentam locais aonde não iriam se não fosse pela profissão e sabem das coisas antes que os demais.

Por outro lado, há também fatores que auxiliam o jornalista a escapar do controle social da empresa, como a falta de clareza das normas editoriais, as rotinas de produção que não são presenciadas pelo chefe (entrevista, coleta de dados), a especialização em determinadas áreas, a pressão do furo em função do risco de um concorrente publicar a informação e o “estatuto de estrela” construído ao longo da carreira, que permite aos colunistas ou repórteres especiais transgredir com mais facilidade a política editorial. No caso da pesquisa em ZH e CP, problematizar essas relações profissionais não está entre os objetivos principais, mas é importante para compreender porque determinados repórteres com mais experiência na editoria detinham maior liberdade de escolha das pautas e de argumentação com relação às matérias realizadas. É evidente que a hierarquia profissional possui uma importância muito grande na organização das editorias e que é dessa maneira que

é garantido o fluxo mais perfeito possível das notícias até a publicação. O que é importante perceber é a preocupação quanto ao encaminhamento e enquadramento das reportagens que estão em produção. Em ZH, o editor permanece constantemente em contato com os repórteres para verificar o andamento da apuração e qual será o enfoque da matéria. Dessa maneira, reduz o índice de imprevisibilidade para o final do processo de edição, quando há maior tensão na redação em função do horário de fechamento do jornal. Além disso, garante a atenção à política editorial, que não é expressa em manuais, mas de conhecimento dos profissionais.

5.4 UM TEXTO INTERPRETATIVO

O texto jornalístico divide-se, basicamente, em dois tipos: informativo e opinativo. No primeiro grupo, estão os textos publicados nas diversas editorias dos jornais e identificados como notas, notícias, reportagens ou entrevistas. Restringe-se ao relato dos fatos, seus desdobramentos e repercussões. São construídos a partir das informações coletadas, seja por meio da observação, da coleta de dados e de entrevistas. Ao relatar, o jornalista procura informar o leitor a respeito do que ocorreu – ou irá acontecer –, mesclando em seu texto os diversos dados obtidos na apuração. Os textos opinativos, por sua vez, procuram fazer uma análise dos fatos, procurando opinar a respeito das ocorrências a partir das informações coletadas pelos jornalistas ou apresentadas à sociedade junto com os fatos. É um texto onde, independente do que reporta a ocorrência, o autor pode emitir uma opinião de caráter pessoal, até mesmo com o objetivo de convencer outras pessoas a respeito desse ponto de vista. Sua publicação se dá em espaços delimitados, como as colunas de opinião ou de artigos, editoriais, resenhas, comentários, charges ou cartas. A diferenciação visual utilizada na diagramação dá condições ao leitor de perceber que está lendo um texto diferente das notícias. Essa diferenciação é importante também para a afirmação jornalística baseada na reprodução dos

fatos, distante da opinião, e que auxilia no processo de construção de uma aparente objetividade. Nesta pesquisa, trabalhamos apenas com o acompanhamento da produção de textos informativos.

De acordo com Lage (2005, p. 73),

o que caracteriza o texto jornalístico é o volume de informação factual. Resultado da apuração e tratamento dos dados, pretende informar, e não convencer. Isso significa que o relato, por definição, está conforme o acontecimento – este sim, passível de crítica e capaz de despertar reações distintas nos formadores de opinião e entre os receptores da mensagem em geral. O texto básico do jornalismo é a notícia, que expõe um fato novo ou desconhecido, ou uma série de fatos novos ou desconhecidos do mesmo evento, com suas circunstâncias.

A estrutura da notícia parte do ponto mais relevante da ocorrência redigido no *lead* – o primeiro parágrafo de uma notícia –, que contém os elementos essenciais para o conhecimento do fato. Na seqüência, são acrescentados dados que podem contribuir para o entendimento da notícia e compreensão de sua abrangência. Nesse caso, o jornalista vai recorrer ao que coletou em pesquisas, na observação ou com as fontes. Ao final, teremos um relato informativo, não opinativo.

Afastar-se da emissão de opinião nas notícias é a meta dos jornalistas ao redigirem seus textos, buscando a maior proximidade possível com a ocorrência originária ou que seja possível repassar aos leitores o contexto em que determinada situação está inserida, como uma disputa pela presidência de um partido político, por exemplo. No entanto, nas editoriais de política de ZH e CP, a intenção dos jornalistas parece não ser somente informar aos leitores a respeito dos fatos, assumindo a responsabilidade de interpretar o significado desses fatos em suas notícias.

A gente procura fazer a análise do contexto (Repórter de ZH em entrevista ao pesquisador).

Acho que é um desafio nosso, num jornal, ter, além das informações diárias, das notícias do dia, a contextualização, ter análise e procurar fazer isso de uma forma que surpreenda o leitor (Araújo em entrevista ao pesquisador).

Geralmente, aquilo que tu estás vendo não é o que está ocorrendo por trás. Tu tens que entender um pouco o processo, o que está ocorrendo nos bastidores, para levar isso ao leitor (Repórter de ZH em entrevista ao pesquisador).

Se eu for cobrir política, chegar em um lugar, em tal dia ocorreu tal coisa, fulano disse x, sicrano disse y, redigir um texto da maneira mais objetiva, vou estar deixando de fazer uma coisa também importante que é pegar informações contextuais e inserir essas informações, às vezes pra dar um contraste, que não deixa de ser uma interpretação, questões que ajudam a ter uma base crítica, que não deixam o fato solto (Repórter de ZH em entrevista ao pesquisador).

Eu tenho feito um esforço de fazer, de tratar, os assuntos da forma mais objetiva possível, me despir de opiniões pessoais, só que é muito complicado. Aqui (*na editoria de política*) tem dificuldade porque é preciso dosar informação com interpretação e meu papel, que me pedem para fazer com muita frequência, tem a ver com interpretação, levar o leitor a isso. Mas por que está acontecendo? Quais são as forças que estão por trás? E isso é subjetividade, uma análise misturada em um texto com informação (Repórter de ZH em entrevista ao pesquisador).

Essa nossa área (*política*) é um pouco diferente. A gente não informa prestando um serviço. A nossa forma de informar é diferente. Então é esclarecer e tentar formar uma opinião com aquilo que a gente está fazendo e sempre de uma forma muito correta (Repórter do CP em entrevista ao pesquisador).

Nas conversas cotidianas na redação ou nas entrevistas, os jornalistas que atuam nas editorias de política de ZH e CP expressam com clareza o objetivo de revelar os bastidores da política, explicar aos leitores como os processos políticos acontecem, não informar somente um fato, mas ter condições de dizer quais são os impactos que irá provocar ou quais foram as conjunturas que o provocaram. No entanto, esbarram em outra característica da política: na maioria das vezes, essas razões não estão evidentes, não são apresentadas ou defendidas pelos envolvidos. Então, para capturá-las, os repórteres e editores lançam mão de seu conhecimento acumulado na área e de seus contatos. Conversam com diversas pessoas, na maioria das vezes sob a condição do anonimato, e dessa maneira vão construindo um cenário de bastidores que os ajudará a interpretar todo o contexto do fato.

O caráter interpretativo dos jornalistas que atuam nas editorias de política de ZH e CP também se revela nos comentários que fazem a respeito da cobertura realizada por outros veículos, atuando como críticos dos próprios processos de produção. Um exemplo são os comentários da equipe de ZH, em reunião de pauta, a respeito da matéria da revista *Veja* de 20/07/05, com o título “O que o presidente Lula sabia das lambanças do PT”. Na avaliação dos jornalistas, não está fundamentada em provas, mas contém “suposições infundadas”. O parecer da equipe é de que, se não há como provar, não é possível insinuar. Inclusive, relatam que a revista está em uma cruzada contra o presidente Lula e não irá parar enquanto não derrubá-lo. Nesse sentido, o comentário é de que há uma onda de denúncia na imprensa e isso pode oferecer riscos para os processos de investigação. Os jornalistas relembram situações vividas na CPI do Orçamento, quando qualquer pessoa que fizesse denúncias tinha espaço nos veículos, mesmo que não apresentasse provas de irregularidades. Outro ponto de discussão refere-se à publicação de anúncios do Governo Federal em emissoras de TV, principalmente Globo. Isso seria, na avaliação do grupo de jornalistas, indícios da necessidade do governo em melhorar sua imagem e também constrangeria as emissoras e provocaria uma cobertura mais favorável. Nessa conversa informal da equipe aparecem critérios importantes para a vinculação da prática profissional à objetividade, como a necessidade de apresentação de provas, mas que também fazem com que o jornalismo procure manter seu compromisso com a veracidade dos fatos que noticia. Por outro lado, demonstra que é possível que, sob alguns subterfúgios, essa relação de verdade seja desfavorecida em favor de outros interesses do veículo de comunicação. Os próprios jornalistas que cobrem diariamente o setor têm dúvidas quanto à legitimidade das notícias publicadas e das práticas profissionais de outros colegas e veículos.

6 CONCLUSÃO

Esta dissertação desenvolve uma trajetória para compreender a problemática da objetividade jornalística, especialmente quando observada em editoriais de política de dois jornais locais de grande abrangência e poder de formação de opinião. Trabalhar com a objetividade implica reconhecer seus limites enquanto conceito norteador do jornalismo, cuja origem está relacionada à afirmação da atividade como prática profissional, distanciando-se de posicionamentos políticos, ideológicos ou de qualquer outro tipo. Figura assim, como alicerce de um contrato entre produtores e consumidores de produtos noticiosos, jornalistas e leitores, no qual a credibilidade nas informações publicadas mantém as relações entre as partes. Significa perceber que a objetividade jornalística pode ser tratada não só como uma meta inalcançável, mas registrar que, no cotidiano de uma redação, jornalistas debruçam-se na tarefa de reportar os fatos, da maneira mais verdadeira possível, mas próxima, verossímil e com informações capazes de informar e formar os leitores. Não se trata de defender que as notícias sejam o espelho da realidade, uma vez que, em toda a pesquisa, foram valorizados conceitos de construção dos fatos sociais e também dos relatos jornalísticos, mas reconhecer que, mesmo que os fatos atravessassem etapas de produção marcadas pela subjetividade dos profissionais, há uma série de regras e procedimentos padrões que buscam garantir a semelhança com a ocorrência inicial e a isenção e imparcialidade da cobertura, tanto quanto for possível.

Consciente de que a objetividade não poderia ser buscada nos indivíduos, esta pesquisa trabalhou com a idéia de que os métodos profissionais é que deveriam ser objetivos. A necessidade de dar conta das exigências da rotina produtiva, transformando acontecimentos em notícias em um curto espaço de tempo, faz com que os jornalistas busquem adotar procedimentos capazes de lhes permitir cumprir essa tarefa, assim como evitar problemas

futuros, como críticas ou processos judiciais. Além disso, a própria complexidade dos fatos faz com que os jornalistas busquem maneiras de aproximar-se mais da verdade ou ao menos de uma versão mais pura. Outra solução é apresentar a pluralidade de versões, delegando ao público a tarefa de formular conclusões.

Em grande parte, essas questões estão presentes no dia-a-dia dos repórteres e editores de ZH e CP. A todo instante, desenvolvem suas atividades em busca do real significado dos fatos que cobrem, conscientes da realidade de disputas e interesses que permeia com naturalidade o cenário político, seja nos partidos, governos ou espaços legislativos. Em cada nova fonte contatada, a intenção é agregar informação à notícia que está em produção. No entanto, a definição dessas fontes, desses locais onde serão coletadas as informações ou, ainda, quais serão as informações mais relevantes, não atendem a critérios puramente objetivos ou estruturados em manuais. Pelo contrário, representam escolhas dos jornalistas, seja pela confiança depositada no entrevistado, pela familiaridade com o espaço a ser explorado ou pela necessidade de apontar o contraditório. Essa procura, porém, não dirigida apenas pelos interesses e opiniões pessoais dos jornalistas, mas por uma conjuntura profissional estabelecida na redação. Como referiram os profissionais durante a observação do pesquisador ou nas entrevistas individuais, todos acabam por adotar práticas semelhantes e disseminadas na cultura dos membros das equipes.

Nesse sentido, podemos inferir que há uma intencionalidade dos jornalistas analisados em buscar uma maior aproximação possível com o real dos acontecimentos e o fazem por meio das práticas profissionais que realizam, mesmo com as ressalvas apontadas com relação ao alto grau de subjetividade a que estão sujeitos. Ao realizar uma cobertura tendenciosa estarão afastando-se dos fatos e colocarão em risco o contrato de credibilidade com os

leitores. No entanto, ao redigir as notícias, os jornalistas dessas editorias aproximam-se de um estilo mais próximo da interpretação dos fatos, e não somente de sua informação. A partir das ocorrências observadas e apuradas, constroem um texto que apresenta ao leitor uma contextualização maior das movimentações políticas. Muitas vezes, utilizam-se para isso de fontes anônimas e de seu conhecimento adquirido na cobertura do setor. O leitor, em muitos casos, não tem acesso à informação com clareza, como nos casos em que são citados como fontes especialistas não identificadas. Não são dadas ao público as condições de julgar até que ponto essa fonte é desinteressada ou avalizada para prestar determinada opinião ou informação. Na observação realizada, foi possível perceber, em muitos casos, a dificuldade em encontrar fontes que aceitassem ser identificadas em reportagens ou matérias sobre bastidores.

O mesmo se dá com as fontes às quais os jornalistas recorrem para buscar informações, “sentir o clima”, como definiram, e que, em momento algum, farão parte do texto final. São fontes que atuam na produção da notícia, as informações que repassam são consideradas na produção do texto, no entanto não tem sua identidade citada ou nem mesmo é informado que fontes anônimas foram consultadas. O público acaba por receber um produto do qual tem pouco conhecimento a respeito do processo de produção. Para os jornalistas, isso garante sua autonomia e o valida enquanto profissional. Caso os leitores conhecessem como são apuradas e redigidas as notícias, talvez o grau de credibilidade que depositam nos jornais seria menor.

Em vários momentos, os jornalistas de ZH e CP expressaram a importância das fontes e dos contatos para a obtenção das informações necessárias ao seu trabalho. No caso do Correio do Povo, há ainda o destaque dado à prática de manter repórteres setoristas,

ampliando a proximidade dos repórteres com as fontes e os locais dos acontecimentos políticos. No entanto, com relação a temas ligados à Brasília há quase que total dependência dos veículos às agências de notícias ou outros meios noticiosos. No período observado, quando o foco da cobertura esteve nas investigações das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) do Congresso Nacional, grande parte das notícias tinha como fonte agências ou outros veículos. Apenas em casos de interesse direto do Rio Grande do Sul, como a demissão de Olívio Dutra do Ministério das Cidades, houve a cobertura de repórteres da sucursal da Capital Federal, no caso de ZH. Sendo assim, a matéria a ser lida pelo público já passou por critérios de edição anteriores ao do veículo que ele lê.

Todos esses apontamentos¹⁸ podem colocar em xeque a defesa de uma possível objetividade jornalística nos processos produtivos das editorias de política analisadas. Acredito que sim se considerarmos a incapacidade dos sujeitos em apropriarem-se integralmente dos objetos, dos repórteres tomarem decisões durante seu processo de produção livres de juízos de valor, baseando-se unicamente nos fatos. Isso é impossível dada à própria dinamicidade das ocorrências cobertas diariamente pelos veículos de comunicação, ressaltada ainda as particularidades mais complexas do meio político. Mesmo assim, essa não deixa de ser uma meta, uma vez que o ideal poderia ser um jornalismo asséptico, sem emoções, resumido aos relatos dos fatos. Mas qual seria a função social desse tipo de jornalismo, já que os jornais atuam na formação do conhecimento do público em geral? Acredito que é possível

¹⁸ Embora a preocupação central da pesquisa estivesse focada na objetividade, o acompanhamento e análise das práticas levaram a um confronto com os critérios de noticiabilidade que organizam em larga medida essas práticas. Na verdade, os critérios acentuam a problematização da objetividade na medida em que são códigos construídos historicamente e mutáveis.

falar em um mínimo de objetividade jornalística na intenção dos jornalistas em dar mais ênfase aos fatos do que aos sujeitos que nele atuam.

REFERÊNCIAS

Obras:

ALSINA, Miquel Rodrigo. *La construcción de la noticia*. Buenos Aires: Piados, 1989.

AMARAL, Luiz. *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra - DC Luzzatto, 1996.

BARROS FILHO, Clóvis. A crítica à objetividade da mídia. *Revista Pauta Geral: Revista de Jornalismo*, Salvador, v. 2, n. 2., 1994.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BREED, Warren. Controlo social na redacção. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias, “estórias”*. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

DARNTON, Robert. *O beijo de lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FAUSTO NETO, Antônio. Vozes do impeachment. In: MATOS, Heloísa (org). *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo: Saraiva, 1999.

FERRANDO, Manuel Garcia; SANMARTÍN, Ricardo. La observación científica y la obtención de datos sociológicos. In: FERRANDO, M. G.; IBÁÑEZ, J.; ALVIRA, F. (comps). *El análisis de la realidad social: métodos e técnicas de investigación social*. Madrid: Alianza, 1986.

GOMES, Wilson. Duas premissas para compreensão da política espetáculo. In: PINTO, Milton José; FAUSTO NETO, Antônio. *O indivíduo e as mídias: ensaios sobre comunicação, política, arte e sociedade no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

GUERRA, Josenildo Luiz. *A objetividade no jornalismo*. Salvador: UFBA, 1998. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Culturas Contemporâneas), Universidade Federal da Bahia, 1998.

HACKETT, Robert A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias, “estórias”*. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

HENN, Ronaldo. *Os fluxos da notícia: uma semiose sistêmica*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

HOHLFELDT, Antônio. Objetividade: categoria jornalística mitificada. *Anais do IX Encontro Anual da Compós*. Porto Alegre: PUCRS, 2000. CD-ROM.

LAGE, Nilson. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LOPES, Luis Carlos. Objetivismo, subjetivismo e comunicação pela TV. *Anais do XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2003. CD-ROM.

MANUAL da redação. São Paulo: Folha de São Paulo, 2001.

MARTINS, Franklin. *Jornalismo político*. São Paulo: Contexto, 2005.

MORETZSOHN, Sylvia. “Profissionalismo” e “objetividade”: o jornalismo na contramão da política. *Anais do IX Encontro Anual da Compós*. Porto Alegre: PUCRS, 2000. CD-ROM.

NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Stella Máris Valenzuela. O Jornal Zero Hora e as eleições de 2002 – a construção do discurso antipetista no jornal Zero Hora, durante as eleições de 2002, para o governo do Estado do Rio Grande do Sul. *Anais do XXVI Congresso Anual em Ciências da Comunicação*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2003. CD-ROM

PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.

PEREIRA, Aline Andrade. Jornalistas: contadores de histórias – ficcionalidades da notícia e objetividade da crítica. *Anais do XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2003. CD-ROM.

RANGEL, Monique Benati. Poder e discurso da imprensa na década de 1960 – a objetividade jornalística a serviço da ditadura militar. *Anais do XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2003. CD-ROM.

ROSEN, Jay. Para além da objetividade. *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa: Relógio D'Água Editores, n. 27, 2000.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker, 2000.

_____; O lugar da política na sociedade contemporânea. In: PRADO, José Luiz Aidar; SOVIK, Liv. *Lugar global e lugar nenhum: ensaios sobre a democracia e globalização*. São Paulo: Hacker, 2001.

_____; AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e política no Brasil: estudos e perspectivas. In: *Congresso Latinoamericano de Ciencias da la Comunicación*, 4, 1998. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/rubim-albino-midia-politica-brasil.html>. Acesso em: 11 abr. 2005.

SCHLESINGER, Philip. Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias, “estórias”*. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

SILVA, Luiz Martins. Por que a imprensa erra? – 100 casos e algumas hipóteses. In: *X Encontro Anual dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós)*, 10, Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias, “estórias”*. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002.

_____. *Elementos de jornalismo impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

_____. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2004. v.1.

_____. *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005. v.2.

_____ (org.). *Jornalismo: questões, teorias, “estórias”*. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. *O mundo dos jornalistas*. 3.ed. São Paulo: Summus, 1993.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias, “estórias”*. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

VÉRON, Eliseo. *Construir el acontecimiento: los medios de comunicación masiva y el accidente de la central nuclear de Three Mile Island*. 2.ed. Barcelona: Gedisa Editorial, 1987.

WHITE, David Manning. O gatekeeper: uma análise de case na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja, 1999.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fortes, 2003.

ZERO HORA. Manual de ética, redação e estilo. Porto Alegre: L&PM, 1995.

Entrevistas:

ARAÚJO, Luis Antônio. Editor de política de Zero Hora, em entrevista ao pesquisador em 22/07/2005.

BURD, Armando. Editor de política do Correio do Povo, em entrevista ao pesquisador em 01/08/2005.

CORREIO DO POVO: Armando Burd, Gustavo Machado, Luciana Meneghetti, Simone Iglesias, Taline Oppitz.

ZERO HORA: Alexandre de Santi, Alexandre Elmi, Carolina Carvalho, Dione Kuhn, Leandro Fontoura, Luís Antônio Araújo, Vinicius Vaccaro.

ANEXOS

ANEXO A
ZERO HORA, 18/07/05, CAPA



zh.clicrbs.com.br
ZERO HORA

ANO 42 - Nº 14.572 - 2ª EDIÇÃO

PORTO ALEGRE, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2005

SC/PR
RS 1,75

RS
RS 1,50

Quem acredita em Delúbio e Valério?

Parlamentares da CPI e do PT rechaçam as versões

Duas entrevistas para o Jornal Nacional, no intervalo de 24 horas, levantam suspeitas de que o empresário Marcos Valério e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares combinaram para passar uma nova e idêntica versão à imprensa. Para tentar explicar a movimentação milionária nas contas do publicitário mineiro, ambos admitiram que o PT trabalha com Caixa 2.

Segundo os dois, a tese é que entre 2003 e 2005 Valério obteve empréstimos bancários a pedido de Delúbio, repassados a pessoas indicadas pelo petista para sustentar campanhas eleitorais do partido. Parlamentares da CPI e do próprio PT acham que o objetivo de Valério e Delúbio é transformar o episódio numa irregularidade eleitoral, um crime cuja pena é menor.

■ Tarso diz que não é só o PT que usa Caixa 2

■ Para Lula, PT "fez o que todos no Brasil fazem"

■ Oposição vê indícios de outra Operação Uruguai

Páginas 4 a 11

Acidente em Nova Hartz mata quatro pessoas

Choque entre uma Kombi e um Volks TL causou a morte de dois adultos e dois adolescentes. **Página 23**

Curios!

Cientistas vigiam trajetória de asteroide que pode se chocar com a Terra em 2029.



Gaúchos se preparam para onda de frio e neve

A junção de baixas temperaturas e ventos pode causar sensação térmica de até 15 graus negativos. **Páginas 20 e 24**

Meu filho

É certo assustar a criança para fazê-la obedecer?



CADERNO DE ESPORTES

A um ponto do topo



Jorge Wagner fez dois e comandou a goleada de 5 a 2 no Juventude, que põe o Inter na vice-liderança do Brasileirão

Festa para o Grêmio que vence



Vitória de 1 a 0 sobre o Sport, em Recife, coloca o time em sexto lugar e motiva comemoração tricolor no aeroporto (foto)

ANEXO B

CORREIO DO POVO, 18/07/05, CAPA

CORREIO DO POVO

O JORNAL DE MAIOR CIRCULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL - DIAS ÚTEIS - FUNDADO EM 1º DE OUTUBRO DE 1895
Impresso simultaneamente em Porto Alegre, Carazinho e São Sepé. Transmissão digital por satélite. Assinatura mensal - Capital: R\$ 18,00 - Interior: R\$ 21,00

ANO 110 - Nº 291

PORTO ALEGRE, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2005

R\$ 1,00

Para oposição, Delúbio e Valério mentem

Declarações do ex-tesoureiro do PT e do publicitário teriam sido a estratégia combinada para esconder atos de corrupção

As últimas declarações do publicitário Marcos Valério e do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, nas quais assumem crime eleitoral, mas negam o pagamento de "mensalão", estão sendo vistas por parlamentares da oposição como uma estratégia para esconder atos de corrupção e desvio de recursos públicos. "Eles montaram uma história que só mostra a existência de mais verdades não reveladas. Tem dinheiro público envolvido e muito mais. A mentira vai afundar o PT e o governo", afirmou o senador Artur Virgílio (PSDB-AM). Ele acredita que Valério e Delúbio combinaram os depoimentos espontâneos prestados ao procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, e as entrevistas dadas sexta-feira e sábado ao "Jornal Nacional", da Rede Globo. Ao longo da semana, surgiram rumores de que os dois teriam se encontrado, mas nada foi confirmado.

Também o deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ) afirma que houve combinação para os depoimentos. "Estão tentando blindar o governo e a campanha do Lula. Querem minimizar o problema político." Para o deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), "essa história é fruto de ação combinada entre Valério e Delúbio para justificar a origem e o destino do dinheiro". O senador Delcídio Amaral (PT-MS), presidente da CPI, é mais cauteloso. "É preciso saber como essas operações foram feitas, que garantias foram dadas", disse. Sábado, no "Jornal Nacional", Delúbio confirmou que Valério fez vários empréstimos para o PT, no valor de quase R\$ 40 milhões, e que, com juros, a dívida chegaria a quase R\$ 90 milhões. Delúbio admitiu a existência de um "caixa 2" no PT e culpou o sistema eleitoral, que, segundo ele, obrigaria os partidos a manter uma contabilidade irregular para financiar suas campanhas. Segundo ele, o dinheiro foi destinado para cobrir despesas de campanha dos diretórios regionais do partido. O presidente da CPI dos Correios entrará hoje à Procuradoria-Geral da República um ofício solicitando que os depoimentos dados por Valério e Delúbio ao procurador-geral Antônio Fernando de Souza sejam disponibilizados para a CPI. **Página 2**

LEO CARLOS MURAIKAS / POLYMAZEM/CP



Carandiru

Os pavilhões 2 e 5 da antiga Casa de Detenção de São Paulo foram implodidos ontem (foto) por 200 quilos de dinamite em apenas quatro segundos. Restaram preservados os pavilhões 4 e 7. O local, onde em 1992 ocorreu a chacina de 111 detentos durante rebelião, será transformado no Parque Institucional.

Lula diz que PT deve explicar seus erros

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem à noite, em entrevista veiculada pelo programa "Fantástico", da Rede Globo, que a nova direção do Partido dos Trabalhadores (PT) deverá fazer uma auditoria interna e explicar à sociedade os erros cometidos pelo partido.

"Acho que o PT está sendo vítima do seu crescimento. Ou seja, em 20 anos, chegamos à Presidência da República. Se (o PT) cometeu erros, tem que explicá-los para a sociedade brasileira", afirmou. O presidente também comentou que não se pode

dizer que o PT está envolvido em corrupção por causa "do erro de um dirigente ou de outro".

Para Lula, a atual crise política é resultado do trabalho do governo no combate à corrupção. "Quando a corrupção é combatida, passa a aparecer mais na imprensa. Passa à sociedade a impressão que tem mais corrupção, exatamente porque a está combatendo", justificou. No entanto, ele considera que as denúncias de corrupção não chegaram ao governo e que as CPIs fazem parte do "jogo democrático". "Vamos con-

tinuar sendo implacáveis na apuração da corrupção e quem tiver que ficar bravo com o governo, que fique", acrescentou.

O presidente reiterou que a crise faz parte da política. "Acho que o Brasil não merece isso, porque está vivendo um bom momento em sua economia, na geração de empregos. Gostaria que fosse tudo diferente, mas não é. Faz parte da política." Lula ainda comentou que não sente saudades da época de oposição. "Passei a vida inteira brigando para chegar aonde cheguei", concluiu.

Atentado diante de mesquita mata 98 no Iraque

Mais uma onda de ataques atingiu o Iraque no final de semana, matando pelo menos 114 pessoas. O atentado de sábado em Al Musayeb matou 98 e deixou outras

152 feridas, 65 em estado grave, disseram fontes no Hospital de Hillah, onde a maioria das vítimas foi internada. A explosão ocorreu em um caminhão de gasolina



Explosão de caminhão de combustível em Musayeb atingiu o templo xiita

em frente a uma mesquita xiita, na praça principal, 60 quilômetros ao Sul de Bagdá. Outros 16 mortos foram contados ontem.

O primeiro ataque do domingo ocorreu pela manhã, quando um carro-bomba foi detonado contra um comboio da Polícia em Bagdá. Dois membros do comando de elite e um civil foram mortos. Outras 13 pessoas ficaram feridas, nove delas policiais. Em seguida, no Oeste da capital, novo atentado matou um policial e feriu três civis. O terceiro matou mais cinco pessoas, entre elas um policial, e deixou sete feridos em frente ao escritório da comissão eleitoral em Kan Sara, Sudeste de Bagdá. Ao Sul da capital, na estrada de Mahmoudiyah, um civil morreu e outro foi ferido na explosão de um carro-bomba. No Norte, seis pessoas, entre as quais dois soldados e dois caminhoneiros, foram mortos. Desde sexta-feira houve nada menos que 20 atentados suicidas no Iraque.

Internacional goleia o Juventude e fica a um ponto da liderança

Páginas 23 e última



Agasalhos e guarda-chuvas durante um dia instável que teve até mesmo sol forte

Chuva e frio esvaziam o domingo

A queda de 10 graus na temperatura em menos de 48 horas obrigou a maioria dos porto-alegrenses a alterar a rotina de domingo. Foram poucos os que se arriscaram a passear em parques e praças ou fazer caminhadas e corridas. A chuva fina da manhã, o vento e a temperatura por volta dos 14°C deixou os parques da Redenção, Moínhos de Vento e Marinha do Brasil desertos, assim como o Brique da Redenção.

Com o movimento reduzido, poucas bancas funcionaram. A Caminhada das Vitorias, iniciativa do Instituto da Mama do RS, também foi cancelada devido ao mau tempo e deverá ocorrer no próximo dia 24. À tarde, a chuva parou e o sol ameaçou aparecer, mas a sensação térmica despençou. A previsão do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) é de mais frio para a semana, com possibilidade de neve na Serra.

CADERNO DE VEÍCULOS

classificados | **CORREIO DO POVO**

UMA FROTA DE OPORTUNIDADES JÁ NO SÁBADO DE MANHÃ.

TODOS OS SÁBADOS



ANEXO C

ZERO HORA, 20/07/05, p. 12

CRISE NO PLANALTO Reportagem afirma que candidato teria recebido recursos de esquema de Delúbio

Campanha de Pont é alvo de suspeita

A campanha de Raul Pont (PT) à prefeitura de Porto Alegre no ano passado é apontada em reportagem divulgada no site do jornal *Já*, da Capital, como suspeita de ter recebido R\$ 700 mil em serviços pagos por meio de um suposto caixa 2 operado pelo então tesoureiro do partido, Delúbio Soares, e pelo empresário Marcos Valério de Souza.



A informação é atribuída a um ex-assessor da campanha de Pont, que não é identificado. Os recursos teriam servido para custear os serviços da agência Duda Mendonça Marketing Político, que enviou uma equipe para a Capital no segundo turno da disputa, entre Pont e o atual prefeito, José Fogaça (PPS). Os petistas gaúchos afirmam que o socorro de Duda fazia parte de um pacote doado pelo comando nacional, mas dizem desconhecer a origem dos recursos.

O comando nacional, diz o site, teria indicado um "interventor" para a campanha; o então secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT, Paulo Ferreira. Ao lado de Duda, Ferreira teria im-

Contrapontos

O que disse o deputado estadual e candidato a prefeito em 2004, Raul Pont:

"As duas ou três pessoas que vieram de Minas Gerais para cá foram pagas pela direção nacional do PT e ficaram aqui cinco ou 10 dias. A direção nacional disse que poderia ajudar com um reforço de equipe de TV e pagou pelos serviços. Não tenho a mínima ideia do valor da ajuda".

O que disse a deputada federal e candidata a vice-prefeita em 2004, Maria do Rosário:

"Desconheço completamente esse assunto. Todas as finanças da campanha foram gerenciadas pelo partido".

O que disse o presidente municipal do PT, Waldir Bohn Gass:

"Desconheço essa história".

O que disse o secretário nacional de Relações Internacionais do PT, Paulo Ferreira:

"Não tive qualquer relação com a parte financeira da campanha".

postos como coordenador das atividades do jornalista Augusto Fonseca, integrante da equipe de Duda e um dos responsáveis pela vitória em primeiro turno do petista Fernando Pimentel, atual prefeito de Belo Horizonte.

Fonseca teria provocado desconforto nos antigos colaboradores da equipe de Pont ao traçar as novas linhas da propaganda na TV e no rádio. O problema, porém, não seria apenas técnico, mas política. A

campanha de Pont — integrante da Democracia Socialista, conhecida como DS, ala mais à esquerda e adversária da maioria moderada da cúpula nacional — passaria a ser orientada por representantes do moderado Campo Majoritário, tendo Ferreira à frente. O comando inicial da campanha teria sido colocado de lado pelos dois.

Procurado por Zero Hora ontem, Ferreira, que tem parte de sua trajetória política vinculada ao Rio

Grande do Sul, onde ocupou cargos de direção estadual do PT, reconheceu ter participado da coordenação da campanha de Pont no segundo turno. O dirigente disse desconhecer, porém, a origem dos recursos que pagaram o reforço a Pont.

— Agradeço muito ao *Já* por ter me citado, mas não tive qualquer relação com a parte financeira da campanha — afirmou.

Ministério Público pede investigações à PF

A denúncia surge uma semana depois de o presidente estadual do PT, David Stival, ter admitido em entrevista à Rádio Bandeirantes que o partido recebe dinheiro não-declarado em campanhas. Delúbio também falou da existência de caixa 2 em nível nacional. No domingo, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que, ao recorrer ao caixa 2, a direção do PT "fez o que se tem feito sistematicamente no país".

Ontem, o Ministério Público Estadual anunciou ter pedido à Polícia Federal (PF) investigações sobre as declarações de Stival. Receber recursos por fora constitui crime eleitoral, e a PF deve instaurar inquérito para apurar os indícios.

Os números

Confira os recursos arrecadados na campanha de Pont, durante o segundo turno, declarados à Justiça Eleitoral:

De outros candidatos/comitês: R\$ 120,8 mil

De pessoas físicas: R\$ 2.350

De pessoas jurídicas: R\$ 313.962

Total no 2º turno: R\$ 437.112 mil

Receitas do PT

■ Total: R\$ 153.840 mil

* Declarado ao Tribunal Regional Eleitoral, referente a valores arrecadados em toda a campanha — no 2º turno, não houve doação do PT declarada

CORREÇÃO

A prestação de contas do candidato Mendes Ribeiro Filho (PMDB) à prefeitura da Capital teve um déficit de R\$ 96.701,52 e não um superávit de mesmo valor como publicado na página 6 da edição de ontem.

A TV, o videogame, o som e o home theater agora no seu PC.

HOME THEATER + PC + TV + SOM + GAME + FOTOS + MP3 + DVD + INTERNET



O CENTRO DIGITAL DA SUA CASA
1+24x R\$ 181,
à vista R\$ 3.200,
PREÇOS FIXOS

FOCUS PRIMEIRO PC	FOCUS XGAME	FOCUS EXTREME	FOCUS	FOCUS VELOX EXTREME
FOCUS PROCESSADOR Intel® Celeron® D 2.26 GHz - 256 Mb de memória ram - HD 40 GB 7200 rpm Samsung (2 anos de garantia) - Monitor 17" Samsung - Teclado, Mouse Optico, Caixa de som - Gravador de CD - WINDOWS STARTER - LANÇAMENTO DA MICROSOFT - ESPECIAL PARA USUÁRIOS PRINCIPANTES. 1+24x R\$ 99, à vista R\$ 1.499, PREÇOS FIXOS	FOCUS PROCESSADOR Intel® PENTIUM® 4 2.26 GHz - 256 Mb de memória ram - HD 40 GB 7200 rpm Samsung (2 anos de garantia) - Placa mãe Asus 01 Sound - Placa de vídeo SFGA G-Force 7300 128 Mb - Placa de som Realtek - Monitor Samsung 17" - Teclado, Mouse Optico, Caixa de som - Sem Sistema Operacional GRAVADOR DE DVD 1+24x R\$ 121, à vista R\$ 2.099, PREÇOS FIXOS	FOCUS PROCESSADOR Intel® PENTIUM® 4 2.26 GHz - 256 Mb de memória DDR 400 Mhz - HD 40 GB 7200 rpm Samsung (2 anos de garantia) - Monitor Samsung 17" - Placa de rede 10/100 - Placa de som Realtek - Gravador de CD - Teclado, Mouse Optico, Caixa de som - Sem Sistema Operacional OFERTA ESPECIAL 1+24x R\$ 97, à vista R\$ 1.469, PREÇOS FIXOS	FOCUS PROCESSADOR Intel® PENTIUM® 4 HT 3 GHz - 512 Mb de memória DDR 400 Mhz - HD 40 GB 7200 rpm Samsung (2 anos de garantia) - Monitor Samsung 17" - Placa mãe Asus 01 - Placa de rede 10/100 - Placa de som Realtek - Teclado, Mouse Optico, Caixa de som - Sem Sistema Operacional GRAVADOR DE DVD 1+24x R\$ 132, à vista R\$ 2.299, PREÇOS FIXOS	FOCUS PROCESSADOR Intel® PENTIUM® 4 HT 3 GHz - 128 Mb de memória ram - HD 120 GB 7200 rpm Samsung (2 anos de garantia) - Monitor LCD 17" - Placa mãe Asus 01 - Placa de vídeo G-Force 7300 256 Kb - Drive 1.6x - Teclado, Mouse, Caixa de som - Sem Sistema Operacional GRAVADOR DE DVD 1+24x R\$ 214, à vista R\$ 3.799, PREÇOS FIXOS

NOTEBOOKS

ACER 3002 LCI Processador AMD SEMPRON MOBILE 2800+ - HD 40 GB - Memória 256 Mb - Tela Matriz Ativa 12" - Wi-Fi 1+24x R\$ 203, à vista R\$ 3.599, PREÇOS FIXOS	SONY B100 B08 PROCESSADOR CENTRINO™ T.4 6MHz - HD 40 GB - Memória 256 Mb - Tela Matriz Ativa 14,1" - Wi-Fi - Windows XP 1+24x R\$ 312, à vista R\$ 5.599, PREÇOS FIXOS
--	--

TELEFONADAS 3323.3000
Félix da Cunha, 830 Shopping Iguatemi, fone: 3328.6226
www.compujob.com.br

10 ANOS
compuJOB

Ofertas válidas enquanto durar o estoque. Preço sujeito a alteração sem aviso prévio. Condições de financiamento sempre por análise. Taxa de juros de 1,8%. Condição exclusiva para empresas. Financiamento pelo Banco SBT em 1+24x. Taxas mensais variáveis. Anúncios, frete, instalação, e suporte total grátis. Inclui Cartão de Crédito e Suporte Total. Garantia, Caixa, Teclado, Mouse, Cabo de som, Gravador de CD, Gravador de DVD, Mouse Optico, Caixa de som, Sem Sistema Operacional.

ANEXO D

ZERO HORA, 25/07/05, p. 4-6

REPORTAGEM
ESPECIAL

4 PORTO ALEGRE, SEGUNDA-FEIRA, 25/07/2005

ZERO HORA

Deputado que é o pivô do escândalo do mensalão passou final de semana em Porto Alegre e segue hoje para a serra gaúcha

O retiro de Jefferson na Capital



Sobe-e-desce: na escada rolante do shopping Bourbon Country, ao lado da mulher, Ana Lúcia, Roberto Jefferson é seguido pela imprensa e fica sob o olhar curioso das pessoas que o reconheceram

DAVID COIMBRA

Debaixo de sobancelhas desenhadas em forma de gaivotas, os olhos do deputado Roberto Jefferson jamais dissimularam o seu estado de espírito quando ele concedeu entrevista a Zero Hora, ontem à noite, na casa de amigos, no bairro Passo D'Areia. Se o assunto era a conjuntura política brasileira, seus olhos ficavam baixos, as olheiras chegavam a se aprofundar. Jefferson não se negava a falar, mas o fazia sem entusiasmo. Qualquer outro tema o empolgava, o deputado relaxava e conversava animadamente.

Jefferson e sua mulher, Ana Lúcia, estão hospedados desde sábado na casa da ex-deputada Sônia Santos e de seu marido, o especialista em marketing político Djedjah Lisboa. Ana Lúcia quase não falou durante a hora inteira que durou a entrevista. Ficou sentada no mesmo sofá que o deputado, observando em silêncio, a um metro de distância. Djedjah e Sônia, do outro sofá, também fizeram poucas intervenções.

Jefferson acabou que não seria tão assediado em Porto Alegre. No domingo à tarde foi à Livraria Cultura, no Bourbon Country, a fim de comprar o livro *Kobbé*, da Jorge Zahar Editores, que tem mais de 400 páginas. Viu-se cercado de jornalistas, falou com eles por cinco minutos e voltou caminhando para



Caminhada: na volta para casa, o deputado e a mulher (D) passam por um muro pintado pelo PT

a casa de Sônia e Djedjah. Gostaria de encontrar um restaurante onde pudesse passar algumas horas sem ser assediado pela imprensa. Preferiu o Calamares, onde já provou uma paella que até hoje lhe tira suspiros.

— A gente conhece a boa paella pelo arroz, e o arroz daquela é cremoso — elogia.

Hoje, vai a Gramado, onde pretende encontrar algum restaurante tranquilo. Mas há algo, na serra gaúcha, que o faz tremer: o chocolate. Jefferson é um ex-gordo. No momento em que seu 1m80cm de altura comportou 170 quilos e 600 gramas, ele decidiu se submeter a uma cirurgia de redução do

estômago. Hoje pesa 96 quilos e só consegue comer uns 200 gramas por refeição.

Mas o passado de bom garfo ainda não se esfumou por completo. A comida é um dos assuntos prediletos de Jefferson.

— Um dia, em Carlos Barbosa, comi uma lingüiça de javali maravilhosa — lembrou, com satisfação.

Com igual satisfação se referiu ao vinho gaúcho Don Laurindo ("O melhor do Brasil!"), que serviu ao presidente Lula num jantar em sua casa.

— Servi o tanat, o merlot e o cabernet sauvignon — recordou, sorrindo.

— Ele ainda está gordo? Jefferson admira a eloquência de Uequed e Brossard.

— São grandes oradores — elogia.

Para ele, os gaúchos se destacam exatamente por isso: pela oralidade. Ninguém mais, ressaltou, do que o senador Pedro Simon.

— Uma coisa linda de se ver o Pedro Simon discursar — disse.

São justamente a retórica afiada, as aulas de canto e a nova forma física que estão dando a Jefferson a capacidade de enfrentar os longos depoimentos, as entrevistas, o assédio que o cansa. Jefferson faz exercícios vocais todas as manhãs, por duas horas, a partir das 7h30min. Depois de 10 minutos de exercício do diafragma, fica empapado de suor. Mas garante que compensa:

— O canto e a forma física me tornaram uma pessoa mais serena, capaz de suportar as piores pressões. Só assim para conseguir resistir. Se ainda fosse gordo, não conseguiria fazer nada do que estou fazendo.

david.coimbra@zerohora.com.br

Veja galeria de fotos e ouça entrevista com Roberto Jefferson em zh.clicrbs.com.br

**REPORTAGEM
ESPECIAL**

6 PORTO ALEGRE, SEGUNDA-FEIRA, 25/07/2005

ZERO HORA


Ecletismo musical: Roberto Jefferson falou sobre tangos argentinos, mas acabou dando preferência aos clássicos, levando uma versão de "Madame Butterfly" na interpretação de José Carreras

CRISE NO PLANALTO Na Capital, pivô das denúncias do mensalão passeia em shopping e gasta mais de R\$ 500 em CDs e DVDs

O deputado vai às compras

ALEXANDRE DE SANTI

Roberto Jefferson quer descanso. Às 15h30min de ontem, sentado no café da Livraria Cultura, no Shopping Bourbon Country, o deputado federal (PTB-RJ) tomava um expresso e lia a edição dominical do jornal Folha de S.Paulo.

Por vezes, a leitura era interrompida por admiradores que queriam falar com o novo ídolo. Será difícil manter a paz até sexta-feira, quando volta para Brasília, após um provável tour pela serra gaúcha acompanhado da mulher, Ana, da amiga Sônia Santos, suplente de deputado federal do PTB, e do seu marido Djedah Lisboa.

— Vim me inspirar. Amo este Estado, a luz é linda nesta época. Venho sempre para cá, mas, agora que fiquei famoso, não consigo nem caminhar — diz o turista Jefferson, vestindo jaqueta azul, tênis e calça jeans larga.

O deputado que abalou o país ao denunciar o suposto esquema de pagamento de mesadas aos parlamentares da base aliada faz suspense na primeira aproximação do repórter. Política? De preferência, não. Após o café, Jefferson vai em direção ao setor de música clássica, mas é parado no caminho por um admirador. A conversa passa pelos tangos. *Uno*, de Mariano Mores e Enrique Santos Discépolo, é o preferido do deputado, que, aos sorrisos, disserta sobre a origem alemã do bandoneon, o instrumento típico do ritmo argentino.

Na prateleira, Jefferson busca por cantores barítonos. Gasta R\$ 553 em três DVDs e dois CDs, entre os quais *Madame Butterfly*, de Giacomo Puccini — seu favorito — numa versão de José Carreras. As compras iniciaram no sábado. Às 15h, o deputado chegou a Porto Alegre e foi ao shopping Iguatemi. Jantou na casa de Sônia Santos, sua anfitriã, junto com o senador Sérgio Zambiasi. A noite foi longa: Jefferson cantou até as 4h.

Os próximos dias serão como o domingo, na intimidade de livros, música e amigos. Na semana que vem, terá uma semana dura no Congresso, com o depoimento do ex-ministro José Dirceu na CPI do Mensalão.

— Nós precisamos conversar. Vou sentar na primeira fila e olhar nos olhos dele. Enquanto espera, Jefferson passeia pela

feira de vinhos do shopping na procura de um Don Laurindo, o melhor do Brasil na sua opinião. Não encontra. Como a notícia da sua presença está se espalhando e o deputado está cada vez menos anônimo, chega a hora de voltar para a casa da amiga. Jefferson compra um saco de pipoca e vai à rua enfrentar o ar gelado. Por 20 minutos, a comitiva composta pelos amigos e jornalistas sai a pé pelas ruas do Passo D'Areia. Sempre simpático, Jefferson faz comentários sobre a Serra, os gaúchos e os dias de descanso. Política entra na roda somente se alguém lembra do assunto.

— O mensalão é pro outro lado! — grita um motorista.

alexandre.santi@zerohora.com.br

Político é aplaudido e vaiado

— Fala sério. Ele é o meu herói — diz uma jovem sobre o deputado Roberto Jefferson.

O público ainda é tímido. Enquanto o parlamentar relaxa tomando um café, um grupo se aglomerava do outro lado do vidro que separa a Livraria Cultura dos corredores do shopping Bourbon Country. Aos poucos, pessoas de todas as idades tomam coragem para falar com o político que desperta paixão e ódio pelo país. Um deles é Augusto Carlos Bürger, 76 anos.

— Felicitei ele. Entre 180 milhões de brasileiros, ele foi o único que teve coragem de falar — elogia Bürger.

Jefferson é afável com todos, dá abraços, sorri e olha nos olhos, sempre pronto para disparar frases como "conte comigo no que

precisar". O deputado também puxa papo com os admiradores. Com Bürger, conversa sobre tangos. No papo com o estudante de biologia Guy Barcellos, 18 anos, o tema é a influência francesa no nome do rapaz.

Mas Jefferson não é unanimidade. Quando sai, acaba hostilizado por um pequeno grupo aos gritos de "ladrão, ladrão" e "carade-pau".

— Ele é igual a todos eles — ataca Daniel Donatelli, um dos mais irados.

O deputado desce as escadas rolantes ao som de vaias. Os gritos, no entanto, se transformam em aplausos antes de chegar ao primeiro andar.

— Adeus descanso — lamenta por Jefferson a amiga Sônia Santos.


Celebridade: Roberto Jefferson caminha pelo shopping e é cumprimentado por admiradores

ANEXO E

CORREIO DO POVO, 25/07/05, CAPA



CORREIO DO POVO



O JORNAL DE MAIOR CIRCULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL - DIAS ÚTEIS - FUNDADO EM 1º DE OUTUBRO DE 1895
 Impresso simultaneamente em Porto Alegre, Carazinho e São Sepé. Transmissão digital por satélite. Assinatura mensal - Capital: R\$ 18,00 - Interior: R\$ 21,00
 ANO 110 - Nº 298 PORTO ALEGRE, SEGUNDA-FEIRA, 25 DE JULHO DE 2005 R\$ 1,00

Valério nega chantagem ao governo e teme calote

O empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, acusado de ser o principal operador do "mensalão", divulgou nota neste domingo em que nega ter chantageado o PT ou o governo. Ele desmentiu as informações da revista Veja desta semana e acusou o partido de montar essa versão para dar o calote nos empréstimos bancários que disse ter feito a pedido do ex-sousinho Delúbio Soares para ajudar a legenda. Valério afirmou que, se necessário, cobrará a dívida do PT na Justiça.

Ele informou que entregará documentação que comprova a regularidade da movimentação financeira de suas empresas à Procuradoria-Geral da República e ao Supremo Tribunal Federal, ainda no início desta semana. Valério descartou a existência de fontes secretas que injetariam dinheiro em suas agências. Revelou que todos os comprovantes requisitados pela Justiça estão sendo encaminhados à Receita Federal e à procuradoria. O empresário afirmou, na nota, que não entende por

que alguns políticos alegaram ter recebido doações da Ustímias, quando os recursos, na verdade, saíram da conta da SMP&B, uma de suas agências de publicidade.

A Ustímias emitiu nota negando qualquer relação entre o seu presidente, Rinaldo Campos Soares, e Valério. A reação da mulher do empresário, Renilda Santiago, que depõe na CPI dos Correios amanhã, preocupa os amigos do casal. Sustentam que ela desconhecia a situação das empresas colocadas em seu nome. **Página 2**



Tradição alemã

São Leopoldo reviveu uma tradição histórica neste fim de semana: o desfile de carros alegóricos representando educação, cultura, religião e desenvolvimento da cidade. As alegorias retrataram a vinda dos alemães e o desenvolvimento da cidade, que se deu a partir da colonização, há 181 anos. **Página 17**

Tarso deve aceitar a indicação para concorrer à presidência do PT

Página 2

Jefferson espera a 'verdade' de José Dirceu

O responsável pela crise que atingiu o governo Lula e o PT, deputado federal Roberto Jefferson, do PTB, passou o dia de ontem aproveitando o frio de Porto Alegre. No começo da tarde, Jefferson, acompanhado da esposa, Ana Lúcia, e da ex-vereadora Sônia Santos, caminhou e comprou livros em shopping na zona Norte da Capital. A presença do deputado causou surpresa e reações diversas. Durante o percurso, sempre comendo pipocas, foi vaiado, aplaudido e cumprimentado. Jefferson, que está em Porto Alegre desde o início da tarde de sábado, afirmou ter vindo ao Rio Grande do Sul para descansar e recarregar as energias em função dos embates que terá no início de agosto. "Vim me inspirar. Adoro a luminosidade deste Estado, venho aqui há muitos anos, mas agora não consigo passar despercebido", brincou.

O deputado destacou que estará na primeira fila durante o depoimento do ex-chefe da Casa Civil José Dirceu no Conselho de Ética da Câmara, no dia 2. Salientou que pela primeira vez encontrará Dirceu após o início da crise gerada por suas acusações a integrantes do governo e do PT. "Quero olhar bem nos olhos dele e lembrar os diálogos que tivemos. Creio que ele não mentirá como o Marcos Valério de Souza, o Delúbio Soares e o Sil-

vio Pereira. Dirceu vai querer preservar seu currículo e dizer a verdade." Jefferson fez a pé o trajeto do shopping até a residência da ex-vereadora, onde está hospedado. Ficará em Porto Alegre até hoje ou amanhã e então irá a Gramado, retornando na sexta-feira a Brasília. No dia 3, prestará depoimento na CPI do Mensalão.



Roberto Jefferson visita Porto Alegre e diz que veio recarregar baterias

As vitoriosas

Mais de 800 pessoas participaram ontem, em Porto Alegre, da Caminhada das Vitoriosas. O evento começou no Parque da Redenção e teve o objetivo de lembrar a luta contra o câncer de mama e homenagear as mulheres que venceram a doença. O RS é o segundo em novos casos por ano e lidera em número de mortes: uma média de 18,4 óbitos a cada 100 mil mulheres. **Página 7**



Londres vê protesto brasileiro

A comunidade brasileira de Londres realizou protesto ontem, na área central da cidade, contra a morte do brasileiro Jean Charles de Menezes, com 27 anos, pela Polícia britânica. Menezes, que era electricista e vivia há três anos na Inglaterra, foi morto sexta-feira pela Polícia, na estação de Stockwell, ao Sul de Londres, durante busca a suspeitos dos atentados terroristas. Segundo testemunhas, Jean foi morto com cinco tiros na cabeça. A família dele, da cidade de Gonzaga (MG), aguarda a li-



Jean de Menezes

beração do corpo, mas o governo britânico não dá prazo e diz que o corpo de Jean é importante até que terminem as investigações.

Segundo familiares e amigos, Jean tinha visto de residência de cinco anos. Hoje, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, deve se encontrar

com o colega britânico, Jack Straw, para tratar do assunto. Segundo Amorim, o governo britânico prometeu fazer uma investigação "completa" sobre a morte do brasileiro. A Scotland Yard admitiu o erro e informou que o homem foi atingido cinco vezes

na cabeça depois de ter se recusado a obedecer a ordens da Polícia de parar dentro de um vagão do metrô. "Um homem morrer nessas circunstâncias é uma tragédia, e a Polícia Metropolitana lamenta", disse a Scotland Yard.

O ministro da Justiça britânico, Charles Clarke, disse "só ter elogios e admiração" pela maneira como a Polícia cumpriu sua função no episódio. "Foi uma tragédia para Menezes e sua família e lamento profundamente o ocorrido", afirmou o ministro, observando que a Polícia "está fazendo o melhor, sob as mais impressionantes condições." **Página 10**



Brasileiros levaram bandeiras e cartazes na manifestação

CADERNO DE IMÓVEIS *classificados* CORREIO DO POVO

MILHARES DE CHANCES DE VOCÊ ENCONTRAR SEU LAR-DOCE-LAR.

TODOS OS SÁBADOS



ANEXO F

ZERO HORA, 19/07/05, p. 4

REPORTAGEM
ESPECIAL

ZERO HORA

4 | PORTO ALEGRE, TERÇA-FEIRA, 19/07/2005

Especialistas ouvidos por Zero Hora afirmam que versão de Delúbio e Valério se assemelha a técnica de lavagem de dinheiro

Explicação para saques multiplica dúvidas

LEANDRO FONTOURA

A versão do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e do empresário Marcos Valério para as movimentações milionárias nas contas das empresas SMP&B e DNA se assemelha a um caminho clássico percorrido por lavadores de dinheiro no Brasil.

Especialistas ouvidos por Zero Hora afirmam que é comum o uso de empréstimos, verdadeiros ou simulados, para legalizar dinheiro fruto do caixa 2.

Em linguagem contábil, o esquema é conhecido pelo nome de "passivo fictício". Para esquentar recursos garimpados em negócios sujos – como superfaturamento em contratos, por exemplo –, os fraudadores simulam um empréstimo que jamais será pago. A verba do caixa 2 passa a ter uma origem legal. Como normalmente os empréstimos ocorrem entre entidades privadas, o controle da sua real existência é difícil.

Trata-se da forma mais comum de se lavar dinheiro – diz o procurador da República Celso Trés.

Conforme o procurador, muitas das operações frias envolvem esquemas no Exterior. Empréstimos internacionais somente precisam ser registrados no Banco Central, sem qualquer exigência de con-

firmação do negócio. Assim, o dinheiro sujo previamente enviado para outros países retorna ao Brasil com aspecto de recurso limpo. Outra operação para lavar dinheiro, observa Trés, é a simulação da venda de uma empresa. O dono transfere a companhia para o nome de um laranja no Exterior e é "pago" com os recursos do caixa 2.

Para especialistas em contabilidade que pediram para permanecer no anonimato, o esquema entre Delúbio e Valério pode envolver sangria de recursos públicos. Na semana passada, o empresário revelou que o ex-tesoureiro lhe pediu que fizesse empréstimos bancários – no valor total de cerca de R\$ 39 milhões – para campanhas do PT em nome da DNA e a SMP&B. Nesse caso, admitem Delúbio e Valério, as agências tomaram empréstimos legais em instituições financeiras e os repassaram ao PT, que usou os recursos para cobrir dívidas de campanha da própria sigla e de legendas aliadas. Delúbio admitiu o uso do caixa 2 pelo PT.

O problema, alegam os especialistas, estaria na forma de pagar os compromissos. As dívidas poderiam nunca ser quitadas pelo PT. As agências usariam os contratos com estatais para honrar os empréstimos. Notas frias para serviços nunca realizados garantiriam o dinheiro necessário para bancar os débitos.

leandro.fontoura@zerohora.com.br

Simon diz que esquema é pior do que Operação Uruguai

Em entrevista à Rádio Jovem Pan, de São Paulo, o senador Pedro Simon (PMDB) disse ontem que os escândalos do governo federal e do PT são mais graves do que as tentativas do grupo do ex-presidente Fernando Collor de evitar o impeachment, em 1992.

– A coisa lá, Operação Uruguai e tudo mais, foi bem inferior. Na época eles usaram dinheiro das empresas, fizeram garantias, só que isso aconteceu com eles fora do governo. Agora, o partido está dentro do governo, e foram usadas empresas públicas como os Correios e Furnas para fazer transações ilícitas em troca do dinheiro dado ao partido. O nome disso é peculato, é formação de quadrilha – disse.

A cada dia que passa, acrescentou Simon, as acusações feitas pelo deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) envolvendo o PT se confirmam.

– A CPI tem de parar de ouvir tanta gente. Pessoas que vão lá e

contam a história que querem e, como a comissão não tem o levantamento do sigilo bancário, não pode constatar. Temos de fazer esses levantamentos de uma vez por todas, mas acho que isso deve acontecer esta semana – concluiu.

Alberto Rolo, especialista em legislação eleitoral, disse ontem que o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, por confessar o crime eleitoral de ter utilizado caixa 2 em campanhas políticas, poderá ser condenado a até cinco anos de prisão. Mas, por ser réu primário e ter bons antecedentes, deverá receber pena alternativa, como a distribuição de cestas básicas. Ao PT, que teria utilizado formas ilegais de arrecadação de dinheiro, é prevista apenas a perda de participação nas verbas do Fundo Partidário.

– Como Delúbio diz que foi só ele, nenhum outro dirigente poderá ser punido. Só quem praticou o crime ou ajudou a praticá-lo – afirmou Rolo.

A nova tese

O empresário Marcos Valério de Souza e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares forneceram uma explicação parecida para as altas somas movimentadas nas contas de empresas do primeiro.

A pedido de Delúbio, Valério teria contratado empréstimos de cerca de R\$ 39 milhões entre 2003 e 2006 e depositado os valores em favor de pessoas indicadas pelo tesoureiro. O dinheiro se destinaria a supostos caixa 2 de campanhas do PT.



Valério



Delúbio



Vantagens da versão

■ **Pena mais leve** – Ao admitir que o dinheiro se destinava a um suposto caixa 2 de campanha, Valério e Delúbio admitem crime eleitoral – o de prestação de contas fraudulenta, com pena de um a cinco anos de reclusão, mas que pode ser substituída por penas alternativas.

■ **PT inocentado** – Valério e Delúbio dizem que o dinheiro era depositado em contas de pessoas indicadas pelo ex-tesoureiro, e não nas contas regulares do PT. Assim, o partido poderia, em tese, ficar preservado de pedidos de quebra de sigilo.

Furos da versão

■ **Falsidade ideológica** – Os envolvidos na movimentação dos recursos podem ser processados por falsidade ideológica (omissão de declaração em documento público), com pena de até cinco anos de prisão.

■ **Toma-lá-dá-cá** – A CPI dificilmente acreditaria na versão de que Valério teria empréstimos em favor do PT sem obter nada em troca. Serão aprofundadas as investigações de favorecimento do governo às empresas de Valério.

■ **Papel da cúpula do PT** – É pouco razoável que o tesoureiro fizesse operações de crédito no valor de R\$ 39 milhões sem o conhecimento do restante da direção do PT ou pelo menos dos detentores de cargos-chave.

Um padrão suspeito

Especialistas ouvidos por Zero Hora descrevem procedimentos usados por lavadores de dinheiro que guardam semelhanças com a versão contada por Valério e Delúbio:

CENÁRIO 1



■ O interessado em lavar dinheiro legaliza empréstimo bancário junto a instituição financeira nacional ou no Exterior.



■ Os valores do empréstimo ingressam legalmente nas contas do lavador, e o contrato do empréstimo passa a ser o certificado de bons antecedentes do dinheiro.



■ O dinheiro legal é usado para quitar o empréstimo junto à instituição.

CENÁRIO 2



■ Empresa toma empréstimo legalmente no sistema financeiro e repassa o dinheiro aos beneficiários do esquema.



■ A fim de quitar o compromisso com o banco, a empresa emite notas fiscais frias de mercadorias ou serviços supostamente fornecidos a companhia privada ou pública, da qual recebe os recursos por meio de desvio.



■ Com os valores recebidos, a empresa quita o empréstimo junto ao banco.

Simon: esta é a mais grave crise

Teme que envolvimento de tucanos iniba combate à corrupção e não ocorram mudanças necessárias

O senador Pedro Simon, do PMDB, afirmou ontem que a crise política pela qual atravessa o governo Lula é a mais grave já ocorrida no país e acredita que novas denúncias ainda virão pela frente, tornando a situação do PT e do Palácio do Planalto mais difícil. Simon defendeu que a sociedade e os parlamentares mais jovens, que estão começando a vida política, não permitam que todas as investigações por várias instâncias do Congresso Nacional e das instituições externas deixem de buscar resultados e punições.

Simon argumentou que o fato de ter sido descoberto envolvimento de tucanos com o empresário Marcos Valério de Souza poderia gerar acordo que iniba investigações ainda mais profundas. "Agora que entraram na roda o PSDB e o



Pedro Simon

governo Fernando Henrique Cardoso, há possibilidade de surgir acordo entre as lideranças de alguns partidos para que porjam uma pedra em cima de tudo. Não podemos aceitar que isso aconteça. Deveria surgir movimento da sociedade insistindo para as coisas mudarem no país, resultando em punições", enfatizou. Segundo ele, tudo o que ocorreu no governo Fernando Collor de Mello e na CPI do Orçamento vem se repetindo, sem que tenha havido forma de instaurar a corrupção. Defendeu que o resultado das investigações não se restringe à cassação de parlamentares que futuramente retornarão ao Congresso Nacional, mas altere, na prática, a política.

Simon acredita que, após o aprofundamento das investigações no Banco do Brasil, Petro-

bras e nos fundos de pensão, a crise irá piorar sensivelmente. Ele criticou declaração do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de que os problemas de seu governo já são fatos passados. Simon disse que a atitude foi inícuo porque durante parte da gestão anterior pediu reiteradas vezes instalações de CPIs com objetivo de examinar denúncias. "Fiz de tudo para investigar o governo Fernando Henrique", ressaltou o senador.

O depoimento do deputado federal José Dirceu ao Conselho de Ética da Câmara, amanhã, não é aguardado por Simon com muita expectativa. Ele disse não ter uma previsão sobre a manifestação do ex-ministro chefe da Casa Civil, mas que deverá fazer o jogo do governo e do PT. Observou ainda que se Dirceu levar dados novos terão finalidades de acusar outros partidos ou pessoas, isentando o Palácio do Planalto e seu partido.

Azaredo vai à CPI amanhã sem esperar ser chamado

O senador Eduardo Azeredo, presidente nacional do PSDB, decidiu não esperar convocação e marcou o seu depoimento na CPI dos Correios para amanhã. Ele vai explicar as denúncias de que teria recebido dinheiro da SMP&B, agência de Marcos Valério, na sua campanha pela reeleição ao governo de Minas Gerais, em 1998. Documentos revelam um empréstimo no Banco Rural, no valor de R\$ 11,5 milhões, feito pela empresa de Valério.

Polícia Federal convoca diretora pela segunda vez

A diretora administrativa da SMP&B, Simone Vasconcelos, deve prestar depoimento hoje, pela segunda vez, à Polícia Federal (PF) em Belo Horizonte, no inquérito que apura o repasse de R\$ 6 milhões a parlamentares. Ela também irá depor na PF de Brasília, onde o delegado Luiz Flávio Zampronha pretende ouvir a gerente financeira da agência, Geisa Dias, e o policial David Rodrigues Alves, que tinha atividade extra na empresa e foi afastado.

Sub-relatorias começam a funcionar esta semana

A CPI dos Correios terá a partir desta semana quatro sub-relatorias para que os trabalhos possam ser agilizados e melhor organizados. Conforme o presidente da comissão, senador Delcílio Amaral, do PT, as sub-relatorias ficarão divididas em Administrativa, que cuidará da agenda e encaminhamento dos trabalhos; e Depoimentos, para ouvir os envolvidos nas investigações (até agora há 40 relacionados); Contratos; e sobre o Sistema Financeiro.

Existem indícios de 19 tipos de crimes

Em 50 dias de investigações sobre a corrupção no governo Lula, as instituições envolvidas em exames as denúncias já colheram em 19 tipos de crimes praticados. "Está claro que existe muito mais do que crime eleitoral. A CPI dos Correios encontrou vários indícios de irregularidades", afirmou o presidente da comissão, senador Delcílio Amaral. A lista faz parte de levantamento realizado com base em informações de advogados, políticos, promotores e procuradores da República.

Os crimes apontados envolvem mais de 230 pessoas, entre parlamentares, dirigentes partidários, empresários, funcionários públicos, assessores de deputados federais, secretárias e contínuos.

Para FHC, Lula virou a casaca

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse, sábado à noite, que está preocupado com o rumo do Brasil. Ele criticou o presidente Lula e afirmou que a situação do país é de desordem, pois falta direção. "Essa crise é muito desafiadora. Aqui é tudo harmonia", disse o ex-presidente em Campos do Jordão.

Questionado sobre a necessidade de fazer um pacto de governabilidade entre governo e oposição, ele falou que é contra pactos. "Nenhum de nós está fazendo nada que atrapalhe a governabilidade. O que está acontecendo é roubo. Roubo não tem o que fazer, que é apurar o roubo. Não há risco nenhum para a governabilidade", sustentou ele.

Fernando Henrique afirmou ainda que o presidente Lula não precisa

Jefferson envolvido em nova denúncia

Gravações revelaram que policiais supostamente apadrinhados do deputado Roberto Jefferson operavam na Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro esquema de liberação irregular de caminhões e carretas apreendidas. As escutas, entre 2003 e 2004 pela Polícia Federal, integram investigação sobre adulteração de combustíveis. Conforme as gravações, há acordos financeiros, liberação de veículos, participação em campanhas do PTB e discussão sobre política com assessores do partido. Numa das fitas, Jefferson aparece fazendo tráfico de influências. Luis Carlos Roque, um dos servidores que seria apadrinhado de Jefferson, negou envolvimento e afirmou que é montagem para atingi-lo.

O que já foi identificado nas investigações

- 1. Corrupção ativa** — Oferecer vantagem indevida a funcionário público. Pena prevista de dois a oito anos de prisão.
- 2. Corrupção passiva** — Solicitar ou receber vantagem indevida ou aceitar vantagem. Pena de dois a 12 anos de prisão e multa.
- 3. Preparação** — Deixar de praticar ou retardar ato de ofício em benefício pessoal. Pena de três meses a um ano de prisão.
- 4. Formação de quadrilha** — Associarem-se mais de três pessoas para cometer crimes. Pena de um a três anos de prisão.
- 5. Tráfico de influência** — Obter vantagem ou promessa de vantagem para influenciar em ato praticado por funcionário público. Pena de dois a cinco anos de prisão e multa.
- 6. Crime contra a ordem tributária** — Sonegação fiscal. Pena prevista de dois a cinco anos de prisão.
- 7. Advocacia administrativa** — Cometer crime o funcionário que defende interesses privados perante a administração pública, valendo-se do cargo. Pena de um a três meses de prisão e multa.
- 8. Falsidade ideológica** — Omittir dados que deveriam constar em documento ou nele incluir declaração falsa para alterar a verdade de fato relevante. Pena de um a cinco anos de prisão.
- 9. Falsificação de documento** — Fabricar ou dar aparência de legítimo a documento. Pena de um a seis anos de prisão.

- 10. Uso de documento falso** — Utilizar documento não-legítimo. Pena prevista de um a cinco anos de prisão.
- 11. Concussão** — Exigir vantagem indevida pelo cargo que ocupa. Pena de dois a oito anos de prisão.
- 12. Peculato** — Apropriar-se de dinheiro ou bem móvel que tenha a posse em razão do cargo ou desviá-lo em proveito próprio. Pena de dois a 12 anos de prisão.
- 13. Emprego irregular de verbas públicas** — Dar a verbas aplicação diversa da prevista em lei. Pena: um a três meses de prisão.
- 14. Lavagem de dinheiro** — Transformar em verba lícita capital gerado por atividades criminosas. Pena de três a 10 anos de prisão.
- 15. Evasão de divisas** — Enviar dinheiro para o exterior ilegítimamente. Pena de dois a seis anos de prisão.
- 16. Gestão lícita** — Gerir fraudulenta e ilegalmente instituição financeira. Pena de dois a oito anos de prisão.
- 17. Fraude à licitação** — Gerir fraudulenta e ilegalmente concorrência pública. Pena de dois a seis anos de prisão.
- 18. Emprego irregular de verbas públicas** — Queer patrimônio incompatível com a renda. Pena administrativa e suspensão de direitos políticos.
- 19. Supressão de documentos** — Suprimir ou ocultar documento em benefício próprio. Pena de um a seis anos de prisão.

Suspeita adia explicação ao PT

ser blindado. "Se se ele tiver pecados. Eu não estou sabendo". Porém, o tucano fez questão de reforçar que não está preocupado com Lula. "Estou preocupado com país. Eu gostaria que ele tivesse agido melhor como presidente. Segundo Fernando Henrique, o país está em crise por falta de direção. "Faltou acreditar em alguma coisa. A política econômica é a mesma que a minha, que ele (Lula) sempre atacou. Agora eu só o vejo louvando. Isso está errado. As pessoas devem ter posição na vida e não virar a casaca. O presidente Lula virou a casaca".

Sobre a denúncia de que a campanha eleitoral do PSDB em Minas Gerais, há sete anos, teria dinheiro de Marcos Valério, disse que é favorável a uma investigação profunda.

Berzoini aguarda relatório de saques

O secretário-geral do PT, deputado Ricardo Berzoini, disse ontem esperar que todos os petistas envolvidos em saques suspeitos nas contas do publicitário Marcos Valério procurem o partido esta semana para darem explicações à executiva nacional, que se reunirá quinta-feira. Segundo Berzoini, todos os citados nas denúncias estão sujeitos a julgamento, inclusive o deputado federal José Dirceu. A CPI dos Correios apurou que Roberto Marques, o Bob, aliado ao PT, auxiliar e amigo do ex-ministro da Casa Civil, teve autorização para sacar R\$ 50 mil na conta da SMP&B, agência do publicitário Marcos Valério, no Banco Rural. "Ninguém mais aceita as inverdades", acrescentou o secretário.

Rigotto não aceita varrer nada para baixo do tapete

O governador Germano Rigotto criticou ontem, pouco antes de embarcar para o Uruguai, tentativas de acordo em torno das investigações parlamentares que estão em andamento no Congresso Nacional. Destacou que o Brasil "não aceitará que nada seja varrido para baixo do tapete". O governador defendeu punição exemplar aos considerados culpados e salientou que o poder Legislativo continuará existindo ainda que muitos sofram cassações.

CPI dos Bingos tem seis depoimentos marcados

A CPI que investiga o envolvimento do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz com casas de bingo ouvirá seis depoimentos nesta semana. Amanhã, às 10h, falará o ex-secretário Nacional de Segurança Pública Luiz Eduardo Soares e o empresário de jogos no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul Sérgio Canozzi. O presidente da CPI, Eraldo Moraes, pretende definir o depoimento de Waldomiro nos próximos dias.

PPS exige punição e pede Assembleia Constituinte

O diretório nacional do PPS divulgou nota ontem em favor da punição a corruptos e da instalação de uma Assembleia Constituinte. O PPS pede que a Constituinte pautar reformas dos poderes e do regime de governo, estabelecendo um novo pacto federativo.

PSB rejeita a saída de Beto

O diretório estadual do PSB rejeitou ontem, por 327 votos a três, moção apresentada pelo vereador Professor Garcia pedindo a saída do deputado federal Beto Albuquerque do cargo de vice-líder do governo Lula na Câmara. O episódio provocou a indignação do deputado, vaia dos delegados e militantes, marcando o congresso comemorativo aos 20 anos de reorganização do partido no Estado. No mesmo encontro, que começou sábado, Caleb de Oliveira foi reconduzido à presidência do PSB, aclamado, para mais dois anos.

Após justificar a iniciativa, Professor Garcia ressaltou que Beto defende o governo Lula com mais lealdade do que o próprio PT. "Não estamos pedindo que o PSB abandone o governo, mas acredito que seja neces-

essário agir como porta-voz, mediador e interlocutor", afirma, no texto de duas páginas que submeteu à avaliação do congresso socialista.

Beto reagiu à moção com duras críticas. "Garcia tenta criar um fato político nas minhas costas, imaginando que isso auxiliaria em sua pretensão de pré-candidato ao governo do Estado", destacou o deputado. Dirigindo-se ao vereador, o acusou de deslealdade por ter tratado sobre a moção fora do partido. "Desculpe minha franqueza, mas isso é golpe baixo e pelas costas", afirmou Beto. Militantes em coro pediram a retirada da moção, mas o Professor Garcia resistiu. "Posso perder, mas mantenho minhas convicções", disse, pouco antes da derrota por ampla maioria do congresso.

ANEXO H

ZERO HORA, 19/07/05, p. 12

12 | PORTO ALEGRE, TERÇA-FEIRA, 19/07/2005

| POLÍTICA

ZERO HORA

CRISE NO PLANALTO Ex-ministro se considera abandonado pelo governo

Abatimento de Dirceu preocupa seus amigos

♦ Brasília

De volta à planície, o deputado José Dirceu (PT-SP) já começou a firmar convicções pela forma como foi recebido e está sendo tratado no Congresso.

A interlocutores, o ex-todo poderoso chefe da Casa Civil mostra-se preocupado com a disposição de partidos de oposição em tentar cassá-lo ao fim das investigações das denúncias de corrupção contra o governo e o PT.



Segundo revelou o jornalista Jorge Bastos Moreno no jornal O Globo, Dirceu chegou a chorar de tristeza.

Estimativas dos próprios petistas indicam que, numa votação secreta, poderia haver votos suficientes para cassá-lo. Entre eles estariam alguns companheiros de partido, que nunca o perdoaram pelos métodos usados para garantir a unidade do PT em votações polêmicas, como a reforma da Previdência. De acordo

com uma fonte, ele esperava solidariedade maior do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não participou de sua despedida e não fez qualquer menção pública a seu nome desde a saída da Casa Civil. Os dois se encontraram poucas vezes desde então.

— Agora, vou cuidar da minha vida — desabafou Dirceu a um parlamentar amigo.

Para evitar cassação, idéia é investigar tucanos

Longe do Palácio do Planalto, o ex-ministro não demorou muito para sentir a dura realidade de quem perde o poder. No modesto gabinete no nono andar do Anexo IV da Câmara dos Deputados, ele demonstra mágoa diante do afastamento de velhos companheiros e de aliados políticos, que até bem pouco tempo disputavam a tapa uma audiência em seu gabinete.

Dirceu tem circulado de forma discreta pelo Congresso. Quando aparece, está sempre sozinho. Ainda não passou nem perto da sala onde funciona a CPI dos Correios. Esperava-se que ele fosse articular

a estratégia de ação da base governista. Amigos mais próximos também estão preocupados com os sinais físicos de abatimento, como os olhos vermelhos e as olheiras aparentes.

Segundo petistas, o ex-ministro pretende evitar a cassação arrastando para o centro das investigações alguns dos tucanos mineiros citados na agenda do publicitário Marcos Valério de Souza, apontado como operador do mensalão.

— Nossa! Como ele está humilde agora. Veio até falar comigo. Será que está com medo de alguma coisa? Nem parece o mesmo — ironiza a deputada Nice Lobão (PFL-MA), depois de ser cumprimentada por Dirceu no cafezinho da Câmara.

Ontem, a ministra Dilma Rousseff exonerou duplamente uma assessora de confiança da equipe do antecessor. Sandra Cabral não é mais a chefe da Assessoria Especial da Casa Civil e nem integra o Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Ela segue o mesmo caminho do ex-secretário-executivo Swendenberger Barbosa, braço-direito de Dirceu, já demitido.



Em defesa dos maridos

Um grupo de aproximadamente 50 mulheres de militares montou ontem vigília em frente ao Palácio do Planalto. Elas querem 23% de reajuste para os maridos, retroativos a janeiro. Segundo a presidente da União Nacional das Esposas de Militares das Forças Armadas (Unemfa), Ivone Lusardo, o governo sugeriu um parcelamento (13% em agosto e 10% em janeiro de 2006). A manifestação, com panelas, apitos, buzina, nariz de poluço e até cueca forrada com dinheiro, foi vigiada por cerca de 30 soldados e outros 30 seguranças do Planalto. As mulheres reclamam também do sucateamento das Forças Armadas e dizem que os baixos salários fazem com que grande parte dos militares esteja com os nomes no Serasa.

— Exigimos respeito com a família militar — disse a líder do grupo.

PÓS-GRADUAÇÃO 1ª GERÊNCIA MBA EXECUTIVO PÓS-GRADUAÇÃO

O QUE É ATUAL EM NEGÓCIOS TEM O DNA ESPM.

- PÓS-GRADUAÇÃO 1ª GERÊNCIA
- PÓS-GRADUAÇÃO 1ª GERÊNCIA EM MARKETING
- PÓS-GRADUAÇÃO 1ª GERÊNCIA EM GESTÃO EMPRESARIAL
- PÓS-GRADUAÇÃO
- PÓS-GRADUAÇÃO EM MARKETING DE SERVIÇOS
- PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE PROJETOS (NOVO)
- PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN DE MODA (NOVO)
- PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS
- PÓS-GRADUAÇÃO EM FINANÇAS EMPRESARIAIS
- PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO COM O MERCADO
- MBA EXECUTIVO
- MBA EXECUTIVO EM MARKETING
- MBA EXECUTIVO EM GESTÃO EMPRESARIAL

VAGAS LIMITADAS
INSCRIÇÕES ABERTAS

ESPM PÓS-GRADUAÇÃO
O MELHOR EM COMUNICAÇÃO E NEGÓCIOS TEM O DNA ESPM.



WWW.ESPM.BR
FONE: 51 3210.1300
CENTRALINFO@ESPM.BR

ANEXO I

ZERO HORA, 20/07/05, p. 13

ZERO HORA

POLÍTICA

PORTO ALEGRE, QUARTA-FEIRA, 20/07/2005 | 13

CRISE NO PLANALTO Governistas e oposição disputam comando de comissão

Congresso cria CPI do Mensalão

◆ Brasília

Frustrado com a falta de acordo para que todas as denúncias de corrupção fossem investigadas por uma única comissão mista de parlamentares, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), anunciou ontem os nomes dos 34 parlamentares da CPI do Mensalão.

A instalação da comissão e o início dos trabalhos, porém, foram adiados para hoje por falta de acordo. A exemplo do que ocorreu na CPI dos Correios, os parlamentares da base aliada e a oposição disputam os cargos de presidente e de relator.

A oposição defende que os cargos sejam ocupados por um deputado do PT e por um senador do PSDB ou PFL – as duas maiores bancadas em cada uma das Casas. Já os governistas querem que a presidência seja ocupada por um senador do PMDB, e a relatoria, por um deputado do PT. Se não houver acordo, os dois cargos serão definidos pelo voto dos integrantes da comissão.

Comissões poderão trabalhar em conjunto

Criada para investigar denúncias de pagamento de mesadas a parlamentares em troca de apoio político ao governo federal, a comissão será composta por 17 senadores e

17 deputados titulares. Três parlamentares gaúchos serão titulares: os deputados Paulo Pimenta (PT) e Júlio Redecker (PSDB) e o senador Sérgio Zambiasi (PTB). A CPI ainda vai investigar o suposto esquema montado, em 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), para a compra de votos para a emenda da reeleição.

Calheiros afirmou que os trabalhos das CPIs dos Correios e do Mensalão poderão convergir, dada a coincidência de fatos e personagens envolvidos nos escândalos. O presidente do Senado sugeriu um intercâmbio de informações e até sessões conjuntas para evitar sobreposições e redundâncias de depoimentos nas duas frentes de investigação do Congresso.



Mascarados: manifestantes fizeram alusão a personagens dos escândalos

Protesto bem-humorado contra Lula

◆ Taubaté

Embalados por retrôes como "Ô, Lula, que papelaô, tirou do povo pra botar no cucaço" e "Ô, Lula, você sabia, Marcos Valério é o seu PC Farias", cerca de 150 pessoas filiadas ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e ligados ao PSTU improvisaram ontem a "quadrilha do mensalão" em frente à fábrica LG Electronics, em Taubaté, interior de São Paulo, num protesto contra a corrupção no governo federal.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participava da cerimônia de ampliação das instalações da empresa na cidade. Apesar da manifestação, Lula estava descontraído. O presidente brincou ao ameaçar talhar um dos dedos da luva branca no momento de cortar a faixa

para a abertura da nova fábrica. Lula não tem um dos dedos da mão esquerda.

Usando máscaras com os rostos do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, do ex-presidente do partido José Genoino, do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) e do empresário Marcos Valério, o grupo carregava malletas com notas falsas de dólares e reais. Um boneco de cerca de 2 metros com a máscara de Lula usava uma cueca na qual também foram colocadas notas falsas, além de um cheque de R\$ 30 mil assinado por "Delúbio PC Farias".

O presidente do PSTU, Antônio Ferreira, afirmou ser a favor do impeachment do presidente. Outro grupo, de cerca de 40 pessoas, ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos, também fez protesto contra a corrupção, mas a favor de Lula.

Os titulares da CPI

Câmara

PT

Odair Cunha (MG), Paulo Pimenta (RS) e Professor Luizinho (SP)

PMDB

Mauro Lopes (MG), Zé Gerardo (CE) e João Correia (AC)

Blocos PARAFRONTA

José Rocha (BA) e Moroni Torgan (CE)

PSDB

Júlio Redecker (RS) e Zulaê Cobra (SP)

PP

Agnaldo Muniz (RO) e Ibrahim Abi-Akel (MG)

PTB

Luiz Antonio Fleury (SP) e Arnaldo Faria de Sá (SP)

PL

José Carlos Araújo (BA)

PC do B

Daniel Almeida (BA)

PFS

Raul Jungmann (PE)

PSB

Renato Casagrande (ES)

Senado

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PDT

Augusto Boteelho (RR)

PZ

Valmir Amarel (DF)

Blocos PT/PSDB/PL

Sibá Machado (AC), Ana Júlia Carpa (PA), Sérgio Silveira (MT) e Filáma Cleide (RO)

PMDB

Júlio Batista Motta (ES),

Amir Lando (RO)

Wellington Salgado de Oliveira (MG), Magulo Vilela (GO) e Ney Suassuna (PB)

Bloco PFL/PSDB

José Jorge (PE), Romeu Tuma (SP), Jorge Bonthausen (SC), Almeida Lima (SE), Leonel Pavan (SC) e Teófilo Vilela Filho (AL)

TOTAL VANTAGEM

REDE SINOSCAR

Os melhores carros e condições do mercado.



CLASSIC
a partir de **R\$ 23.490,**
à vista



MERIVA MAXX
com BÔNUS de **R\$ 4.000,**



NOVO CORSA HATCH JOY
a partir de **R\$ 26.490,**
taxa 0% à vista

15. Airlock Light
 16. Lâmp. desem. travessa
 17. Direção hidráulica
 18. Bateria de 45Ah/60V
 19. Injeção eletrônica
 20. Alarme anti-furto
 21. Proteção de carter
 22. Ar-condicionado
 23. Iso-elétrico
 24. Preparação p/ som
 25. Antena no teto
 26. Display digital (hora e temperatura)
 27. Regulagem elétrica dos faróis
 28. Espelho no retrovisor dos dois lados
 29. Alças e molduras no cor de veículo
 30. Controles elétricos dos espelhos retrovisores
 31. Regulagem de altura do banco do motorista
 32. Pneu reserva
 33. Tampa de cinto, com acionamento elétrico
 34. Luz retromarcadora
 35. Acabamento interno de luxo
 36. Detalhes internos em grão

Linha CELTA com BÔNUS INÉDITO de até R\$ 3.000.

Farrapos: 51 3357.4000 - Sertório: 51 3021.9000



Sinoscar
Com você em todos os km.

Modelo de R\$ 2.000,00 válido para Celta 1.0. Linha limitada de eficiência energética 2005. Financiamento 2005. O Bônus será deduzido do preço público regular. Bônus de R\$ 4.000,00 válido para Meriva Maxx. Modelo de R\$ 2.000,00 válido para Novo Corsa Hatch Joy. Modelo de R\$ 2.000,00 válido para Celta 1.0. Linha limitada de eficiência energética 2005. Financiamento 2005. O Bônus será deduzido do preço público regular. Bônus de R\$ 3.000,00 válido para Celta 1.0. Linha limitada de eficiência energética 2005. Financiamento 2005. O Bônus será deduzido do preço público regular. Bônus de R\$ 3.000,00 válido para Celta 1.0. Linha limitada de eficiência energética 2005. Financiamento 2005. O Bônus será deduzido do preço público regular.

ANEXO J

ZERO HORA, 21/07/05, p. 10

10 | PORTO ALEGRE, QUINTA-FEIRA, 21/07/2005

| POLÍTICA

ZERO HORA

Protesto encena prisão do presidente Lula

Preso em uma cela, o clone de Luiz Inácio Lula da Silva avisa que irá tomar uma providência contra as denúncias de mensalão. Mesmo algemado, o falso presidente empina uma garrafa cuja marca é "Cachaça Providência".

— Eu não tomo destilado, mas do outro lado tomo todas — brincou o humorista Sérgio Bizarro, travestido de Lula.

A cena ocorreu ontem à tarde, no Calçadão de Pelotas, durante um protesto organizado pelo vereador Cláudio Insaurriaga (PFL), o Cururu (na foto, à direita). Quarto vereador mais votado e autor de uma campanha na qual se intitulava "palhaço de um circo fracassado", Cururu atraiu uma multidão.

Ele construiu uma cela com bambu e nela colocou pessoas usando máscaras dos principais envolvidos

nos escândalos de Brasília. Além do filho Lula — vestindo cueca por cima das calças "para provar que não tem nada a esconder" —, estavam no xadrez clones dos deputados Roberto Jefferson (PTB-RJ) e José Dirceu (PT-SP), do empresário Marcos Valério e dos ex-dirigentes petistas Delúbio Soares e José Genoino.

— O povo não aguenta mais. Por muito menos, cassaram o (ex-presidente) Fernando Collor. Lula merece a mesma punição — disse Cururu.

Além do PFL, sindicatos e até mesmo partidos denunciaram como beneficiários de supostas propinas avalizaram o protesto, como PP, PMDB e PTB.

— O partido é maior que Jefferson. Ele tem de ser cassado junto com os demais envolvidos nesse mar de lama espalhado pelo PT — disse o vereador José Inácio de Jesus (PTB).



JONAS ROSSIGNOL, ESPECIAL DA

Amigo do peito.

<ul style="list-style-type: none"> • Toques polifônicos • Melodias personalizáveis • Jogos • Calculadora • Data e hora <p>SIEMENS AS2 TIM PÓS GSM CONTA FIXA</p> <p>10x Juro zero 149,00 9,00</p> <p>SIEMENS AS2 TIM PRÉ GSM</p> <p>10x Juro zero 199,00 19,00</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Display alta resolução • Melodias personalizáveis • Jogos • Despertador/data/hora • Calculadora • Viva voz integrado <p>SIEMENS AS7 TIM PÓS GSM CONTA FIXA</p> <p>10x Juro zero 149,00 14,00</p> <p>SIEMENS AS7 TIM PRÉ GSM</p> <p>10x Juro zero 249,00 24,00</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relógio/alerta vibratório • Melodias personalizáveis • Tela colorida • Viva voz integrado • Calculadora, jogos <p>SIEMENS AGO TIM PÓS GSM CONTA FIXA</p> <p>10x Juro zero 149,00 14,00</p> <p>SIEMENS AGO TIM PRÉ GSM</p> <p>10x Juro zero 249,00 24,00</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relógio/alerta vibratório • Jogos/calculadora • Melodias personalizáveis • Tela colorida • Viva voz integrado <p>SIEMENS CG5 TIM PÓS GSM CONTA FIXA</p> <p>10x Juro zero 499,00 49,00</p> <p>SIEMENS CG5 TIM PRÉ GSM</p> <p>10x Juro zero 599,00 59,00</p>
---	--	---	--

Para a Colombo, o melhor de ter amigos é poder comemorar todos os dias.

Ofertas válidas somente para 21/07/2005 ou enquanto durarem os estoques no estado do RS. Crédito sujeito a aprovação. 10x (1+9) com entrada no ato e juro zero no crediário ou no cartão de crédito somente para os produtos anunciados nessas condições. Disponibilidade: 15 peças por produto. Fotos meramente ilustrativas. Aparelho para uso exclusivo do TIMCIP sujeito a pagamento de taxa de serviço para desbloqueio. Após o término da franquia o serviço é bloqueado até a próxima concessão de crédito da futura. Para continuar usando o celular basta realizar recargas de créditos. Franquia válida para ligações e serviços. Taxas e outras cobranças deverão ser pagas através de recargas adicionais. São R\$35,00 de franquia mensal. Maiores informações no site ou no 0800 74 14 141.

revenda

SIEMENS

lojas

Colombo

O lado bom da vida.

ANEXO L

ZERO HORA, 21/07/05, p. 8

8 | PORTO ALEGRE, QUINTA-FEIRA, 21/07/2005

| POLÍTICA

ZERO HORA

CRISE NO PLANALTO Notoriedade do empresário envolvido no esquema do chamado mensalão gera brincadeiras nas ruas

Ninguém quer parecer Marcos Valério

CAROLINA CARVALHO

“

Flávio Lorenzini,
comerciante:

*Quando
estou de
costas,
dizem: 'É o*

*Valério'. Então,
respondo que eu não
tenho um mar de
dinheiro.*



Jorge
Fernandes,
advogado:

*Careca
por careca,
prefiro ser
igualado a outro.*

”

Enquanto o pivô do escândalo investigado pela CPI dos Correios, o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, não sai das manchetes de jornais, um sem-número de carecas anônimos ganha um novo apelido e é fustigado por bem-humorados comentários sobre a crise política no país.

Nas últimas semanas, a figura que ganhou notoriedade depois de ser acusada de operar o mensalão também parece ter se multiplicado nas ruas e conversas de Porto Alegre.



Volta e meia o representante comercial Altair Couto precisa atender quem lhe chama de "Marcos Valério" nas ruas da Capital. Sempre em tom de gozação.

— O pessoal quer saber quando irei de novo à CPI — contou.

Desde de que o empresário apareceu na revista Veja pela primeira vez, o advogado Jorge Fernandes ouve dos colegas frases como "só não tens o mesmo saldo bancário".

— Eles nos acham muito parecidos. Mas,

careca por careca, preferia ser igualado a outro.

No Salão Figaro, no Centro, o barbeiro Carlitos conta que atende de quatro a cinco "Valérios" por semana:

— A gente cria intimidade, e eles levam a comparação na brincadeira.

A fama quase instantânea fez do empresário um personagem comum até a desligados do universo político. Mesmo admitindo estar "por fora" do noticiário, o comerciante Flávio Lorenzini reconhece o nome que virou seu último apelido.

— Quando estou de costas, dizem: "É o Valério!". Então, respondo que não tenho mar de dinheiro nenhum.

A notoriedade recente de Valério — um dos principais envolvidos no esquema conhecido como mensalão, o suposto pagamento de mesada pelo PT a deputados da base aliada do governo — recebeu outra explicação do representante comercial Breno Brum, ainda a salvo das brincadeiras:

— O calvo é sempre um ponto de referência. Quando querem saber onde está algo, apontam: ali, ao lado do careca.

“

Altair Couto,
representante
comercial:

*O pessoal
quer saber
quando vou*

de novo à CPI.

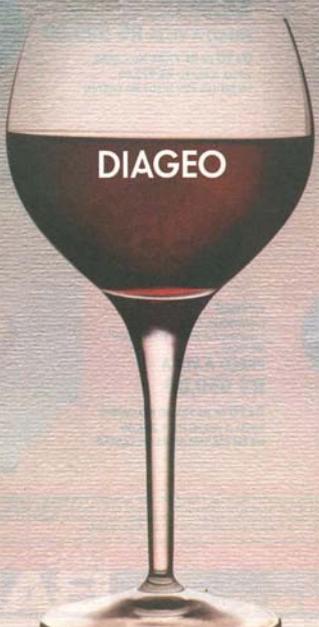
Breno Brum, representante
comercial:

*O calvo é
sempre
ponto de
referência.*

*Para saber
onde está
algo, apontam: ali,
ao lado do careca.*

”

APRECIAR COM MODERAÇÃO.



Uma das estrelas
do Universo.

DIAGEO

Bourbon Country

Cia Zaffari

Universo dos VINHOS Bourbon Country

Venha degustar um bom vinho. De segunda a sexta, das 14h às 22h, sábado e domingo, das 10h às 22h.